

REVISTA CIENTÍFICA

AMBIENTE ACADÊMICO

VOLUME 7, NÚMERO 2, JULHO A DEZEMBRO DE 2021 ISSN IMPRESSO 2447-7273, ISSN ON LINE 2526-0286

MULTIVIX

CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

REVISTA CIENTÍFICA AMBIENTE ACADÊMICO
Volume 7, número 2

Cachoeiro de Itapemirim

2021

EXPEDIENTE**Publicação Semestral****ISSN 2447-7273****Temática Multidisciplinar****Revisão Português****Andressa Borsoi Ignez****Capa****Marketing Instituto de Ensino Superior do Espírito Santo – Faculdade Multivix –
Cachoeiro de Itapemirim**

*Os artigos publicados nesta revista são de inteira responsabilidade de seus autores e não refletem,
necessariamente, os pensamentos dos editores.*

Correspondências**Coordenação de Pesquisa e Extensão Faculdade Multivix-Cachoeiro de Itapemirim**

Rua Moreira, 29, Bairro Independência, Cachoeiro de Itapemirim/ES | 29306-017

E-mail: ambienteacademico@multivix.edu.br

FACULDADE MULTIVIX-CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM**DIRETOR EXECUTIVO**

Tadeu Antônio de Oliveira Penina

DIRETORA ACADÊMICA

Eliene Maria Gava Ferrão Penina

DIRETOR ADMINISTRATIVO

Valderedo Sedano Fontana

COORDENADORA ACADÊMICA

Laureanny Madeira

BIBLIOTECÁRIA

Alexandra Barbosa Oliveira

PRESIDENTE DA COMISSÃO EDITORIAL

Eliene Maria Gava Ferrão Penina

COMISSÃO EDITORIAL

Valderedo Sedano Fontana

Laureanny Madeira

Andressa Borsoi Ignêz

Natalia Ribeiro Bernardes

Valquiria Cereza

Raphael Cardoso Rodrigues

Eliene Maria Gava Ferrão Penina

João Batista Barbosa

Simone Vilela Talma

Yuri Barbosa Guerson

Marcos Aurélio Lima Balbino

Cristiane Bittencourt Felício

Revista Científica Ambiente Acadêmico / Multivix Cachoeiro,
Ensino, Pesquisa e Extensão Ltda., Faculdade do Espírito Santo
– v. 7. n. 2, 2021 – Cachoeiro de Itapemirim: MULTIVIX, 2021.

Semestral

ISSN Impresso 2447-7273

ISSN on line 2526-0286

1. Generalidades: Periódicos. I. Faculdade Multivix Cachoeiro de
Itapemirim – MULTIVIX.

CDD. 000

APRESENTAÇÃO

Caro Leitor,

Em tempo de mudanças de cenários a Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim busca aproximar cada vez mais a instituição do público leitor. Portanto, essa edição traz textos de inovação e tecnologia, temas sociais, formação de público leitor e Covid-19.

Buscamos com essa edição aprofundar temas que nos fazem repensar o cotidiano e suas nuances através de diálogos entre docentes, discentes e público externo à instituição.

É preciso ter um olhar diferenciado e inovador quanto ao uso de mecanismos que possam potencializar o conhecimento desde a mais tenra idade bem como aliar a formação de conhecimento na busca de qualidade de vida e pertencimento à sua realidade.

Assim, nesse contexto complexo que estamos vivendo convidamos você leitor para ampliar seu universo e enriquecer-se com mais conhecimento.

Ótima Leitura.

SUMÁRIO

MARKETING DE RELACIONAMENTO COMO INSTRUMENTO PARA CONQUISTAR E FIDELIZAR NOVOS PARCEIROS.....	7
Ednea Zandonadi Brambila Carletti	
PARTICIPAÇÃO DA MULHER NO AGRONEGÓCIO NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.....	20
Caciane Martins dos Santos, Jainy dos Santos Fernandes, Ednéa Zandonadi Brambila Carletti	
A INFLUÊNCIA DA RESPONSABILIDADE SOCIAL NA DECISÃO DE COMPRA DO CONSUMIDOR: O USO DO MARKETING SOCIAL COMO ESTRATÉGIA.....	36
Adriana Loureiro Moulin, Lilia Simões Wingler, Nelson Coimbra Ribeiro Neto	
QUEM CONTA UM CONTO AUMENTA UM PONTO: HISTÓRIAS DA ESCOLA COMO ESPAÇO DE CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES.....	59
Cícero Gimenez Moreira, Juliana Fiorese, Mônica Págio de Ângelo, Fabiana Davel Canal	
EVOLUÇÃO DA INDÚSTRIA 4.0 E A SUBSTITUIÇÃO DO TRABALHO HUMANO NAS ORGANIZAÇÕES.....	74
Eric José de Angeli, Patricia de Oliveira Bastos, Ednéa Zandonadi Brambila Carletti	
CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO DA POPULAÇÃO DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19: DEMANDAS E SAÚDE MENTAL.....	92
Alba Valéria Ferreira Barbosa, Caio Cezar Turini Rossetto, Maitê Imaculada Cremasco de Gouveia, Thiago Pereira Machado, Néia Gava Rocha	
ANEMIA FALCIFORME: DIAGNÓSTICO LABORATORIAL, ALTERAÇÕES MORFOLOGIAS E TRATAMENTO.....	113

Ana Clara Zambon Alves, Thamirys Alves Cantarini, Heloisa Oggioni Brachini,
Natalia Ribeiro Bernardes

EFEITOS TÓXICOS DA AUTOMEDICAÇÃO.....127

Daniele Falçoni, Grazielle Ferreira Santos, Larisse Vicentin Moreira, Roselena
Abreu Guedes

**SEGURANÇA ALIMENTAR, DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO
ADEQUADA (DHAA) E PANDEMIA: O PAPEL RENOVADO DOS BANCOS DE
ALIMENTOS À LUZ DA LEI Nº 14.016/2020 E DO DECRETO Nº
10.490/2020.....148**

Yasmin do Carmo Cacemiro, Lorena Fonseca Bressanelli Dalto

**LEVANTAMENTO DOS CASOS DE INFECÇÃO DO TRATO URINÁRIO EM
UM LABORATÓRIO PARTICULAR NO MUNICÍPIO DE
ITAPEMIRIM.....166**

Alessandra Vidal Decothé, Olimphio Portela Bianchi, Thamara Coelho Araujo,
Raphael Cardoso Rodrigues.

MARKETING DE RELACIONAMENTO COMO INSTRUMENTO PARA CONQUISTAR E FIDELIZAR NOVOS PARCEIROS

Ednea Zandonadi Brambila Carletti¹

RESUMO

O mercado de trabalho está cada vez mais competitivo, as empresas buscam pessoas com currículos enriquecedores e experiências que associem dentro da instituição profissional uma vez que a concorrência está cada vez mais acirrada e cliente mais rígido, desta forma é de extrema importância atender as necessidades dos clientes para que possa criar relacionamentos mais duradouros. Diante das mudanças que ocorrem constantemente, o presente artigo tem como objetivo geral debater a relevância da estratégia de marketing de relacionamento, visando oferecer ao cliente e a empresa uma oportunidade de se desenvolver em uma esfera desafiadora. A metodologia aplicada nesse estudo foi revisão bibliográfica, utilizando como fonte os livros, monografias, artigos e publicações eletrônicas que se refere ao assunto explorado. O objetivo principal é verificar a relevância e a aplicabilidade das estratégias de marketing de relacionamento para a conquista e manutenção de clientes.

Palavras-Chave: marketing, clientes, administração.

ABSTRACT

The job market is increasingly competitive, companies are looking for people with enriching résumés and experiences that they associate within the professional institution since competition is increasingly fierce and the client more rigid, thus it is extremely important to meet the needs of customers so you can create longer-lasting relationships. Given the changes that are constantly occurring, this article aims to discuss the relevance of the relationship marketing strategy, aiming to

¹Coordenadora do Curso de Administração e Professora da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

offer the customer and the company an opportunity to develop in a challenging sphere. The methodology applied in this study was a bibliographic review, using as source books, monographs, articles and electronic publications that refer to the subject explored. The main objective is to verify the relevance and applicability of relationship marketing strategies for acquiring and retaining customers.

Keywords: marketing, customers, administration

1. INTRODUÇÃO

As constantes mudanças no cenário mundial vêm desafiando as organizações a adequar suas práticas de gestão à realidade de mercado. Tais mudanças estão ocorrendo no campo tecnológico, político, social, ambiental, econômico, financeiro, entre outros, o que exige das empresas, meios confiáveis de obter informações indispensáveis ao seu desenvolvimento. Informações adequadas e em tempo hábil para subsídio ao processo de tomada de decisão. O mercado de trabalho está crescendo constantemente e possuem muitos concorrentes, as instituições vêm buscando por profissionais no qual se destaquem no campo de trabalho e faça a diferença para que possam amparar e conquistar o cliente.

Para Carvalho (2008), o mercado de trabalho diz respeito às ofertas de trabalho ou emprego oferecido pelas organizações, em determinada época ou lugar, e sofre instabilidade decorrente do número de empresas existentes em certa região e sua demanda, o que gera disponibilidade de vagas e, portanto, oportunidades de emprego. No mesmo sentido, Chiavenato (2009), quando há oferta maior do que a procura, há excesso de ofertas de emprego pelas empresas e escassez de candidatos. Nesse caso, as organizações acabam investindo mais em recrutamento, os critérios de seleção se tornam mais flexíveis, investem mais em treinamento para compensar a inadequação dos candidatos, os salários são mais altos para atrair mais candidatos, sem mencionar na concorrência entre as empresas na disputa pelos mesmos candidatos. Já para os candidatos, esta situação representa mais oportunidades de trabalho, podem escolher onde trabalhar e passam a fazer reivindicações de

aumento de salário na empresa em que atuam e se não estiverem satisfeitos, é o momento de procurar um novo emprego.

A carência de profissionais aptos à disposição no mercado faz com que as organizações procurem contratar pessoas sem experiências adequadas para que sejam treinados dentro das empresas e que desenvolvam as habilidades que são exigidas no campo de trabalho podendo fazer diferença para a sua evolução profissional.

Diante desse contexto pode-se observar que o mercado procura profissionais com competências e habilidades para assimilar as responsabilidades e entender o negócio, visando orientação ao gestor e participação das decisões de forma consciente e sustentável.

O mercado de trabalho é bastante competitivo, necessitando a todo o momento de informações, atitudes e habilidades, sempre se destacando aos novos fatos, procurando atender as demandas dos seus usuários. Desta forma as empresas criam estratégias para que consigam atender as exigências e se destacarem no mercado.

O marketing tornou-se indispensável para as organizações, sendo pública ou privada, por ser usado como um instrumento essencial para ajudar as empresas enfrentar o mercado atual de trabalho, devendo-se estimular os consumidores e criar uma intensa necessidade de adquirir bens ou serviços, além de conhecer as necessidades dos consumidores que é a parte central de toda empresa.

2. REFERENCIAL TEORICO

2.1. MARKETING

Um dos conceitos de marketing é administrar relacionamentos lucrativos com os clientes, mais do que qualquer outra função, é saber lidar com eles. Contudo marketing possui dois principais objetivos: o primeiro atrair novos clientes proporcionando-lhes valor superior e como segundo manter e cativar os clientes

atuais, proporcionando a eles a satisfação (KOTLER; ARMSTRONG, 2011). Ainda conforme Kotler (2011, p. 27), “marketing é um processo social e gerencial pelo qual indivíduos e grupos obtêm o que necessitam e desejam através da criação, oferta e troca de produtos de valor com outros”.

Maso (2010) diz que a função básica do marketing é identificar as necessidades dos consumidores e desenvolver produtos que possam atendê-los. Com essas definições entendemos que o marketing tem como função determinar os mercados alvos que a organização pode atender adequadamente, fazendo o planejamento de novos produtos, serviços ou programas que possam satisfazer as necessidades de consumo. Além do mais buscar dentro da organização a melhor forma de atender a demanda dos seus consumidores.

Conforme a AMA (2008): “Marketing é a atividade, conjunto de instituições e processos para criar, comunicar, oferecer e trocar ofertas que tenham valor para os consumidores, clientes, parceiros e para a sociedade como um todo.” (AMA 2008). Segundo Dias et al (2004, p. 2), “marketing é a função empresarial que cria continuamente valor para o cliente e gera vantagem competitiva duradoura para a empresa por meio da gestão estratégica das variáveis controláveis de marketing: produto, preço, comunicação e distribuição”.

De acordo com Hooley, Piercy e Nicoulaud (2011, p. 5), “marketing é o processo de planejar e executar a concepção, o apreçamento, o planejamento e a distribuição de ideias, bens e serviços para criar trocas que satisfaçam os objetivos individuais e organizacionais”. Para Lamb, Hair e MacDaniel (2012, p. 3), “marketing é uma atividade, um conjunto de normas e processos destinados a criar, comunicar, proporcionar trocas e ofertas, que têm valor para consumidores, clientes, parceiros e sociedade”. Boone e Kurtz (2009, p. 8) retratam que “marketing é o processo de planejar e executar a concepção, a fixação de preço, a promoção e a distribuição de ideias, produtos, serviços, organizações e eventos para criar e manter relacionamentos que satisfarão objetivos individuais e organizacionais”. Ainda para Lamb, Hair e MacDaniel (2012), o marketing pode ser entendido como uma atitude, uma filosofia, ou até mesmo uma perspectiva de gestão que busca a satisfação do cliente.

Para Cavallini (2008), outro ponto que merece destaque e atenção são os concorrentes, já que a mercado está cada vez mais competitivo, exigindo novas estratégias e um cuidado maior com o seu planejamento de marketing e uma alteração de postura. Partindo da ciência de que a empresa não se limita somente ao consumidor e se atenta para o seu público, Ogden e Crescitelli (2007) classificam o público em grupos: interno, intermediário, comunidade e consumidor. Segundo Kotler, Kartajaya, Setiawan (2010), quando a marca é bem-sucedida, ela deixa de ser propriedade da empresa, ou seja, os verdadeiros proprietários da marca se tornam os consumidores. Por este motivo, a marca deve realizar ações dentro da missão da empresa, para não desfocar do motivo que fez os consumidores serem fiéis a ela.

Uma empresa não se define pelo seu nome, estatuto ou produto que faz; ela se define pela sua missão. Somente uma definição clara da missão é razão de existir da organização e torna possíveis, claros e realistas os objetivos da empresa. (DRUCKER, 1993, p. 34).

Para uma melhor relação entre o consumidor e a empresa, o primeiro passo é estudar o mercado-alvo. Será necessário fazer uma análise das oportunidades para descobrir qual será o foco das ações de marketing da empresa. Essa análise do comportamento do consumidor colabora na descrição e previsão da empresa em relação às escolhas do seu público atualmente e no futuro, de acordo com Ogden e Crescitelli (2007).

De acordo com Waterschoot (1992), o marketing deve ser argumentado como um conceito composto, ou seja, abrangendo vários usos e significados. Essa ideia foi agregada por Neil Borden, em 1953, tomando por base o trabalho executivo de James Culliton, ainda na década de 1940, que costumava caracterizar os profissionais de marketing como um misturador de ingredientes.

Conforme Culliton (1948, apud BORDEN, 1984, p.9), o marketing apresenta-se como um conjunto de variáveis que devem influenciar a maneira como o consumidor corresponde ao mercado, ou seja, um conjunto de atitudes que a empresa deve adotar para influenciar a procura do consumidor pelos seus produtos. A expressão Composto de Marketing ganhou a conotação de uma mistura de ingredientes para se obter uma resposta do mercado

(WATERSCHOOT, 1992). O Composto de Marketing é considerado por Kotler (2000) um dos conceitos básicos do marketing moderno, sendo definido como um conjunto de ferramentas que a empresa utiliza para atingir seus objetivos no mercado-alvo. Sob este ponto de vista, o composto de marketing torna-se um conjunto de instrumentos ou parâmetros essenciais para a tomada de decisões.

2.1.1 Elementos básicos do marketing

De acordo com Shapiro (1989), o marketing é composto de quatro elementos básicos, aplicados como ferramentas para que o profissional do setor possa conduzir seu trabalho. Os elementos do marketing são os seguintes, de acordo com McCarthy (1960):

- Produto: é à base da existência da empresa, ou seja, tudo o que se refere aos bens ou serviços disponibilizados por uma empresa para seu mercado-alvo, tendo em vista a satisfação dos clientes;
- Preço: é a quantidade de dinheiro que o consumidor paga pelo benefício do produto ou prestação de serviços;
- Praça: refere aos canais de distribuição e os pontos de vendas, sejam eles físicos ou virtuais;
- Promoção: refere-se às estratégias para estimular a demanda pelo produto junto ao público-alvo.

As abordagens dos autores vêm sendo úteis para a composição de uma disciplina de marketing e para a elaboração de estratégias integradas.

2.2 MARKETING DE RELACIONAMENTO

Foi na década de 1970, que começaram a surgir os termos rede de interação e aproximação, marketing como relação interativa e marketing interativo (GUMMESSON, 1999). Na década de 1980, inicia a mudança de foco do marketing transacional para o relacional (MORGAN; HUNT, 1994), visando promover a colaboração do cliente, para gerar comprometimento por meio da confiança (ANDERSEN, 2005). Essa abordagem relacional do marketing aponta

para a manutenção de clientes como algo menos custoso e complexo do que a disputa por conquista de novos clientes (NAKAGAWA; GOUVÊA, 2006).

O marketing de relacionamento é, então, aplicação de técnicas e processos de marketing, de maneira contínua, que visa identificar individualmente os clientes, promover relacionamentos duradouros e administrar esses relacionamentos com intuito de gerar benefícios (STONE; WOODCOCK, 1998). Ele também constitui um esforço integrado das empresas para identificar, construir, manter e aprimorar relacionamentos individuais com clientes, em um processo de troca de benefícios voltado para o longo prazo (Parvatiyar & Sheth, 2000). Não se trata, portanto, de simplesmente desenvolver ações promocionais a partir de um banco de dados; tampouco mover esforços de retenção (Parvatiyar & Sheth, 2000).

As estratégias de marketing de relacionamento, porém, não são uma solução para todos os clientes em todas as situações possíveis (Agariya & Singh, 2011;). Os relacionamentos dependem do tempo para serem desenvolvidos. Além disso, alguns clientes não desejam manter um relacionamento próximo com seus fornecedores e vice-versa, com isso o relacionamento precisa ser estável o suficiente para durar um tempo e dinâmicos o suficiente para assegurar o desenvolvimento de capacidades (Batt & Purchase, 2004).

Confiança, comprometimento e cooperação são alguns dos elementos-chave dos relacionamentos (Agariya & Singh, 2011; Palmatier et al., 2006). Confiança, crença da empresa sobre honestidade e boa vontade do outro (Geyskens, Steenkamp & Kumar, 1999), faz com que parceiros fiquem mais propensos a compartilhar informações, aumenta a sensação de segurança e reduz o oportunismo (Palmatier et al., 2006). No entanto, ela diminui em ambientes instáveis (Kang & Jindal, 2015). Comprometimento é a vontade permanente de manter um relacionamento (Palmatier et al., 2006). Além disso, os relacionamentos são moldados por um ambiente social que permite a cooperação, quando as interações passadas são vistas favoravelmente e as ações futuras são consideradas construtivas (Morgan, 2000).

2.3 Cultura organizacional e marketing de relacionamento

Marketing de relacionamento pode até ser entendido como sinônimo moderno para as práticas ideais de marketing. O primeiro passo para sua aplicação é o compromisso firme com os propósitos mais essenciais do marketing: a empresa existe para atender consumidores, satisfazendo suas necessidades e seus desejos (Slater, 1997). Este deve ser, portanto, o modelo mental que permeia toda a organização e que fornece entendimento do que é, em essência, o negócio da empresa (Crosby & Johnson, 2002; Day, 2000, 2002), comprometendo-a com a criação contínua de valor e a redução ao máximo das diferenças entre o que querem os clientes e o que a empresa oferece (Woodruff, 1997).

O marketing, antes de uma área funcional específica, deve tornar-se atividade de toda a organização (Gruen, 1997). Como reflexo do compartilhamento de crenças como essas, os sistemas de recompensa e de avaliação de desempenho são vinculados à criação de valor para o cliente (Day, 2002; Woodruff, 1997), e não a métricas financeiras simplesmente. A incapacidade de disseminar esses valores é que tem tornado o marketing de relacionamento mais forte na teoria do que na prática (Fournier, Dobscha, & Mick, 1998).

Os relacionamentos são culturais: as interações são construídas em premissas culturais (Ellis, Lowe & Purchase, 2006). Os benefícios dos relacionamentos dependerão de quanto eles são valorizados em nível organizacional e são enraizados na cultura organizacional (Winklhofer, Pressey & Tzokas, 2006). Os relacionamentos envolvem o ponto de encontro de diferentes culturas, ou seja, é a partir da compatibilidade de valores, que precedem a confiança e o comprometimento (Morgan, 2000; Morgan & Hunt, 1994), que se podem identificar semelhanças entre organizações (experiências passadas, ações atuais e expectativas futuras).

A ambiguidade e a complexidade são razões para que a cooperação ocorra, porque organizações interdependentes com interesses semelhantes, apesar de terem pontos de vista diferentes, geram certo grau de familiaridade e soluções juntas (Pitsis, Kornberger & Clegg, 2004). Com base em valores compatíveis,

confiança, comprometimento, cooperação e formas de perceber e lidar com a realidade, é possível observar que os relacionamentos podem interferir nas culturas organizacionais envolvidas, considerando as perspectivas culturais de Martin et al. (2006).

A cultura interorganizacional pode ser percebida como uma rede de significados e símbolos que circulam entre as fronteiras organizacionais, uma interação e combinação entre símbolos e significados que podem levar a novos significados. Saenz, Revilla e Knoppen (2014) definem a cultura interorganizacional como um conjunto de normas ou valores compartilhados por diferentes organizações.

Além disso, quanto maior a frequência e o nível de comunicação nos relacionamentos, maior a chance de integração cultural; quanto maior a compreensão cultural entre os parceiros, maior a qualidade da relação (Iglesias et al, 2011). Sinteticamente, pode-se avaliar a adesão de uma organização ao marketing de relacionamento examinando a maneira como está comprometida com seus princípios culturais, estratégicos e operacionais.

3. METODOLOGIA

Há inúmeros caminhos para refletir-se sobre a produção de um conhecimento de uma área. Neste estudo, a opção foi por uma revisão bibliográfica, realizada a partir de uma abordagem de pesquisa qualitativa abordando sobre o marketing como instrumento para conquista de novos parceiros. Em termos de tipo de fonte de pesquisa, trabalhou-se com artigo científico, livros, monografias, publicações eletrônicas. Essa modalidade de produção, além de ser comumente a mais valorizada no conjunto da produção bibliográfica, é a mais facilmente acessada.

Nesta revisão bibliográfica, o tema está sendo entendido como uma categoria mais ampla que pode abranger mais de um núcleo de sentido. Na análise dos artigos, caminhou-se da identificação das ideias centrais dos artigos, passando pela interpretação dos sentidos dessas ideias e pelo agrupamento das ideias em categorias empíricas ou núcleos de sentido, chegando-se a descrição de temas, como classificações mais amplas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, basicamente, foram percorridos os seguintes passos de análise: (a) leitura exaustiva de cada artigo visando a uma compreensão global e à descoberta da abordagem utilizada pelos seus autores; (b) identificação das ideias centrais de cada artigo; (c) classificação das ideias em torno de núcleos de sentido; (d) comparação entre os diferentes núcleos de sentido presentes nos artigos estudados; (e) classificação dos núcleos de sentido em eixos mais abrangentes (temas) em torno dos quais giravam as discussões dos autores e (f) redação das sínteses interpretativas de cada tema. Após a análise dos conteúdos dos artigos, buscou-se estabelecer um diálogo entre as temáticas encontradas e a literatura que serviu de base para introduzir o presente estudo.

5. REFERENCIAS

Agariya, A. K., & Singh, D. (2011). What really defines Relationship Marketing? A review of definitions and general and sector-specific defining constructs. *Journal of Relationship Marketing*, 10(4), 203-237.

AMA. American Marketing Association. Definition of Brand. Disponível em: <http://www.marketingpower.com/_layouts/dictionary.aspx?dLetter=B>. Acesso em: 28 nov. 2021.

AMA. American Marketing Association. Definition of Marketing. Disponível em: <<http://www.marketingpower.com/AboutAMA/Documents/American%20Marketing%20Association%20Releases%20New%20Definition%20for%20Marketing.pdf>>. Acesso em: 28 nov. 2021.

ANDERSEN, P. H. Relationship marketing and brand involvement of professionals through web enhanced brand communities: the case of Coloplast. In: *Industrial Marketing Management*, Vernon, v. 34, n. 1, p. 285-297, 2005. Disponível em: <<http://faculty.mu.edu.sa/public/uploads/1360927883.2926relationshippercentage20mark49.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2012.

BOONE, Louis E. KURTZ, David L. *Marketing contemporâneo*. 12. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2009.

CARVALHO, Iêda Maria Vecchioni; PASSOS, Antônio Eugênio Valverde Mariani; SARAIVA, Suzana Barros Corrêa. *Recrutamento e seleção por competências*. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

CAVALLINI, R. O Marketing depois de amanhã. São Paulo: Ed. do Autor, 2008.

CHIAVENATO, Idalberto. Planejamento, recrutamento e seleção de pessoal: como agregar talentos à empresa. 7. Ed. rev. Atual. Barueri: Manole, 2009.

Crosby, L. A., & Johnson, S. L. (2002, January/February). CRM and management. *Marketing Management*, 11(1), 10-11.

CULLITON, James W. The Management OJ Marketing Costs. Boston: Division of Research, Graduate School of Business Administration, Harvard University, 1948.

Day, G. S. (2002, October). Winning the competition for customer relationships. [working paper]. *The Wharton School*.

Ellis, N., Lowe, S., & Purchase, S. (2006). Towards a re-interpretation of industrial networks: A discursive view of culture. *The IMP Journal*, 1(2), 20-40.

Geyskens, I., Steenkamp, J., & Kumar, N. (1999). A meta-analysis of satisfaction in marketing channel relationships. *Journal of Marketing Research*, 36(2), 223-238.

Gruen, T. W. (1997, November/December). Relationship marketing: the route to marketing efficiency and effectiveness. *Business Horizons*, 40(6), 32-38.

GUMMESSON, Evert. Total relationship marketing: experimenting with a synthesis of research frontiers. *Australian Marketing Journal*, v. 7, n. 1, p. 72-85, 1999. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1441358299702041>>. Acesso em: 28 nov. 2021.

HOOLEY, G.; PIERCY, N. F.; NICOULAUD, B. Estratégia de Marketing e Posicionamento Competitivo. Tradução de Luciane Pauleti e Sonia Midori. 4. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

Iglesias, O., Sauquet, A., & Montaña, J. (2011). The role of corporate culture in relationship marketing. *European Journal of Marketing*, 45(4), 631- 650.

Kang, B., & Jindal, R. P. (2015). Opportunism in buyer–seller relationships: Some unexplored antecedents. *Journal of Business Research*, 68(3), 735-742.

KOTLER, Philip. Administração de Marketing. 10ª Edição, 7ª reimpressão. Tradução Bazán Tecnologia e Linguística; revisão técnica Arão Sapiro. São Paulo: Prentice Hall, 2000.

KOTLER, Philip. ARMSTRONG, Gary. Princípio de marketing. 12. ed. São Paulo: Person, 2011.

KOTLER, P.; KARTAJAYA, H.; SETIAWAN, I. Marketing 3.0: as forças que estão definindo o novo marketing centrado no ser humano. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

LAMB, Charles W. HAIR, Joseph F. MACDANIEL, Carl. MKTG. 5 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

Martin, J., Frost, P. J., & O'Neil, O. A. (2006). Organizational culture: Beyond struggles for intellectual dominance. In S. R. Clegg, C. Hardy, T. B. Lawrence, & W. R. Nord (Eds.). *Handbook of organizational studies* (2nd. ed., pp. 599-621). London, UK: Sage.

MASO, Luciano. Marketing de Relacionamento: o que é? Pare que serve? Qual sua importância para o cliente? RACI revista de administração e ciências contábeis do IDEAU. 2010.

MCCARTHY, J. Basic Marketing – A Global Managerial Approach. Richard Irwin, 1960.

MORGAN, R. M.; HUNT, S. D. The commitment-trust theory of relationship marketing. *Journal of Marketing*, Chicago, v. 58, p. 20-38, jul. 1994.

Morgan, R. M. (2000). Relationship marketing and marketing strategy: The evolution of relationship marketing strategy within the organization. In J. Sheth, & A. Parvatiyar (Eds.), *Handbook of relationship marketing* (Cap. 18, pp. 481-504). Thousand Oaks, CA: Sage.

Morgan, R. M., & Hunt, S. D. (1994). The commitment-trust theory of relationship marketing. *Journal of Marketing*, 58(3), 20-38.

NAKAGAWA, Sandra Sayuri Yamashita; GOUVÊA, Maria Aparecida. Marketing de relacionamento sob a influência da Internet. *Revista de Gestão USP*, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 57-73, jan. /mar. 2006.

OGDEN, James. R.; CRESCITELLI, Edson. Comunicação integrada de marketing: conceitos, técnicas e práticas. Tradução Cristina Bacellar. 2ª Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

Palmatier, R.W. (2008). *Relationship marketing*. Cambridge, MA: Marketing Science Institute.

Parvatiyar, A., & Sheth, J. (2000). The domain and conceptual foundations of relationship marketing. In: J. Sheth, & A. Parvatiyar. *Handbook of relationship marketing* Thousand OAKS: Sage.

Pitsis, T. S., Kornberger, M., & Clegg, S. (2004). The art of managing relationships in interorganizational collaboration. *Management*, 7(3), 47-67.

Saenz, M. J., Revilla, E. & Knoppen, D. (2014). Absorptive capacity in buyer–supplier relationships: Empirical evidence of its mediating role. *Journal of Supply Chain Management*, 50(2), 18-40.

SHAPIRO, B. P. *Getting Things Done: Rejuvenating the Marketing Mix*. 2ª ed. California: The Scientific Press, 1989.

Slater, S. F. (1997, Spring). Developing customer value-based theory of the firm. *Journal of the Academy of Marketing Science*, 25(2), 162-167.

STONE, Merlin; WOODCOCK, Neil. *Marketing de relacionamento*. São Paulo: Littera Mundi, 1998.

WATERSCHOOT, W. V. The 4P Classification of the Marketing Mix Revisited. In: *Journal of Marketing*, v.56, oct. 1992.

Winklhofer, H., Pressey, A., & Tzokas, N. (2006). A cultural perspective of relationship orientation: Using organizational culture to support a supply relationship orientation. *Journal of Marketing Management*, 22(1), 169-194.

PARTICIPAÇÃO DA MULHER NO AGRONEGÓCIO NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Caciane Martins dos Santos¹

Jainy dos Santos Fernandes²

Ednéa Zandonadi Brambila Carletti³

RESUMO

Este estudo demonstra a importância da participação feminina no agronegócio espírito-santense, bem como os desafios que as mulheres gestoras ainda enfrentam nesse ramo de atividade. Trazendo uma breve análise sobre o contexto histórico do início da agricultura e o conceito do agronegócio, buscando também abordar sobre o início da mulher no mercado de trabalho e sua inserção no agronegócio, com uma pesquisa de natureza básica e cunho qualitativo, com objetivos exploratórios e procedimentos bibliográficos. Ao buscar analisar a inserção feminina no agronegócio bem como os desafios que as mulheres gestoras enfrentam nesse ramo, ficou clara a grande necessidade de desenvolvimento nesse setor e a carência de informações reais e factíveis de mulheres que realmente fazem a diferença nesse setor da economia brasileira.

Palavras-Chave: Participação feminina, agronegócio, mercado de trabalho.

ABSTRACT

This study demonstrates the importance of female participation in Espírito Santo agribusiness, as well as the challenges that women managers still face in this field of activity. Bringing a brief analysis of the historical context of the beginning of agriculture and the concept of agribusiness, also seeking to address the beginning of women in the labor market and their insertion in agribusiness, with a research of a basic and qualitative nature, with exploratory and bibliographic procedures. When seeking to analyze the insertion of women in agribusiness as

1 Alunos Administração Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim

3 Professora da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

well as the challenges that women managers face in this field, the great need for development in this sector and the lack of real and feasible information on women who really make a difference in this sector of the Brazilian economy became clear.

Keywords: female participation, agribusiness, labor market.

1 INTRODUÇÃO

A participação feminina em diversas atividades do mercado de trabalho tem se mostrado cada vez mais relevante, visto como a mulher tem conquistado seu espaço nos mais variados setores econômicos. No campo as conquistas femininas têm levado as mulheres a assumirem a direção de propriedades rurais, oferecendo a oportunidade de mostrarem sua competência ante o agronegócio (DIAS, 2008).

Com toda a evolução feminina perante a sociedade, hoje a mulher é vista de maneiras diferentes, não apenas como mãe e dona de casa como no passado, a mulher vem adquirindo maior independência, capacidade, respeito e reconhecimento no mercado de trabalho, atuando em diversos setores distintos. No decorrer da história foi possível ver a mulher cuidando dos plantios e dos animais, assim como dos serviços domésticos, dando conta dos filhos e inúmeros outros afazeres. Porém, no ramo mais específico que é o agronegócio a participação feminina não era reconhecida e valorizada. Em áreas de atuação de maior liderança e responsabilidade, os homens eram os que sempre estavam à frente. Mas como tudo se modifica, a mulher vem conquistando seu lugar nesse ramo de atividade, de forma que pode se dizer que há um grande desenvolvimento em relação à participação da mulher no agronegócio brasileiro segundo Cielo, Schmidt e Wenningkamp (2014).

Mesmo com o crescimento profissional no campo e busca pelo seu espaço, a mulher ainda enfrenta muitos desafios em sua trajetória, como nos assegura Ribeiro (2021), pode se afirmar que a falta de incentivo para um desenvolvimento pessoal e profissional é recorrente na vida de muitas mulheres. Como de fato, a

trajetória da mulher no agro foi e continua sendo árdua. Dessa maneira nos fica a pergunta: Quais os desafios que as mulheres ainda enfrentam no ramo do agronegócio?

Dado o pressuposto, o presente trabalho tem como objetivo geral demonstrar a importância e os principais desafios que as mulheres gestoras ainda encontram no ramo do agronegócio bem como descrever o panorama da mulher no agronegócio no estado do Espírito Santo.

Dessa maneira, é possível compreender no decorrer desse trabalho pontos relevantes que nos trarão uma nova percepção da mulher em uma área de atuação tão diferenciada como o agronegócio, bem como os obstáculos que elas ainda têm de enfrentar, pois ainda tem muito para ser mudado e melhorado. É preciso qualificar o agronegócio e também enxergar a mulher brasileira se posicionando e ganhando espaço de forma tão significativa nesse ramo de atividade, embora muitos desafios ainda sejam enfrentados, mais tendo a certeza que um dia o respeito e igualdade serão predominante e igualado nesse setor.

2 METODOLOGIA

Esta pesquisa possui natureza básica, pois, segundo Gil (2012) a pesquisa básica tem como objetivo o crescimento do conhecimento científico sem preocupação com a forma de aplicar os conhecimentos obtidos sendo assim classificada como de caráter básico. Traz abordagem qualitativa, pois não busca enumerar ou ajustar fatos, nem realiza análise estatística das informações. Abrangendo a aquisição de elementos descritivos sobre pessoas, ambientes e métodos interativos, sobre a circunstância examinada pelo pesquisador, envolvendo os acontecimentos segundo a expectativa dos sujeitos, dos participantes da ocasião em questão (GIL, 2017).

Com objetivos exploratórios, apresenta um propósito de adequar a visão comum, com tipo aproximativo, sobre um evento a ser apurado; trabalhando um assunto selecionado e com menos pesquisas a respeito (APPOLINÁRIO, 2011).

Buscaram alcançar os objetivos propostos através de uma pesquisa bibliográfica onde as fontes para coletas de dados foram de livros, artigos, sites, dissertações e teses através de bases de dados.

3 INÍCIO DA AGRICULTURA E DEFINIÇÃO DE AGRONEGÓCIO

Para melhor compreensão do texto, torna-se necessário descrever uma breve análise na linha do tempo. Voltando lá trás, nos primórdios da humanidade, o homem era considerado como um ser nômade, ou seja, eram grupos de indivíduos que não possuíam paradeiro fixo, pois sempre estavam se locomovendo de um lugar para outro onde o alimento era propício. Pode se dizer que tempos atrás a humanidade era objetivada apenas a buscar por alimento. Por conta da necessidade de sobrevivência habilidades foram desenvolvidas, porém, pode se constatar que devido a essas características básicas de nossos ancestrais, o desenvolvimento intelectual era facilmente vencido pelas necessidades de segurança o que de fato contribuiu para correlacionar o agro a uma atividade primitiva (ARIEIRA 2017).

Segundo Mazoyer e Roudart (2010) apud Arieira (2017, p.4) “entre 10.000 e 9.000 anos antes de Cristo, as primeiras comunidades aprenderam a cultivar alguns grãos e, diante do processo de cultivo, significativas mudanças foram introduzidas na sociedade”, como por exemplo, o início da agricultura e pecuária. A adoção da agricultura e da domesticação de animais, que costumavam ser vista como uma mudança drástica e repentina, quase sempre se deu ao longo de muito tempo. A agricultura é a “Arte de cultivar os campos; cultivo da terra, lavoura; cultura” (BUENO 2010, p. 38), ou seja, essa ideia mostra que a arte de trabalhar com a terra para cultivar qualquer espécie de planta, é o ponto central das atividades agrícolas. Foi a partir de então, com o início do cultivo do solo e também da criação de animais, onde a base era apenas para consumo próprio e familiar, que técnicas de produção e manejo foram se desenvolvendo, ganhando melhorias e novas qualificações ao longo do tempo. “Nesse sentido, pode-se afirmar que a agricultura é um elemento tecnológico de toda e qualquer civilização, em qualquer época ou era na história da humanidade” (ARIEIRA, 2017, p 5).

Nesse contexto histórico do início da agricultura, é preciso compreender o conceito do agro. Assim, o agronegócio, mais também conhecido como *agribusiness* e/ou *agrobusiness* se refere ao conjunto de atividades produtivas que se relaciona direta ou indiretamente com os suprimentos da produção agrícola e pecuária. De acordo com um estudo feito pela Fundação Getúlio Vargas - FGV Projetos (2007) pode-se afirmar que o agronegócio é um conjunto de atividades que está ligada a qualquer sociedade ou ramo de atividade. Correlacionando desde a produção de alimentos até a distribuição de energia; no Brasil, é responsável por 30% do PIB, 36% da pauta de exportações e 37% dos empregos. Segundo a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA);

O agronegócio tem sido reconhecido como um vetor crucial do crescimento econômico brasileiro. Em 2019, a soma de bens e serviços gerados no agronegócio chegou a R\$ 1,55 trilhão ou 21,4% do PIB brasileiro. Dentre os segmentos, a maior parcela é do ramo agrícola, que corresponde a 68% desse valor (R\$ 1,06 trilhão), a pecuária corresponde a 32% ou R\$ 494,8 bilhões (CNA, 2020, s.p.).

O agronegócio pode ser definido como uma cadeia produtiva agropecuária, onde várias operações e fatores econômicos estão envolvidos, podendo ser dividido em três grandes grupos, como: setor primário, onde inclui os produtores rurais, agricultores e pecuaristas; o setor secundário que engloba as agroindústrias e indústrias de insumos agrícolas; e por fim o setor terciário que remete as transportadoras, distribuidores e comerciantes de produtos agrícolas (BLOGOAGRO, 2020). Taguchi (2015) retrata como antes da porteira, dentro da porteira e depois da porteira.

O termo “antes da porteira” faz referência a tudo que é necessário à produção agrícola, mas não está na fazenda. É aquilo que o produtor rural precisa comprar para produzir: todos os insumos (máquinas, defensivos químicos, fertilizantes, sementes, frota, etc.). Já “dentro da porteira” é tudo o que se refere à produção – plantio, manejo, colheita, beneficiamento, manutenção de máquinas, armazenamento dos insumos, descarte de embalagens de agrotóxicos e mão de obra. E “depois da porteira” faz referência à armazenagem e distribuição, incluindo a logística. (TAGUCHI, 2015, s.p.).

Vale lembrar, que este setor vem se destacando devido à sua importância para a sustentabilidade populacional, pela grande capacidade de expansão de processamento e produção, e também por agregar valores, oferecendo muitas

oportunidades de emprego no ramo agrícola em várias regiões (MORAES, 2020). Muitos itens que compõe nossas vidas são oriundos dessa cadeia produtiva, tirando a parte da alimentação que é primordial, o algodão das roupas que vestimos a madeira que compõe nossos móveis, grande parte dos remédios que ingerimos, ou até mesmo a essência dos sabonetes, perfumes e outros componentes, tudo têm origem desse ramo de atividade.

[...] uma vez que as atividades desempenhadas incidem sobre o meio ambiente, influenciando as mudanças climáticas, o uso da água, ou a forma como é produzida a energia. Também se articula significativamente com questões sociais relevantes, como a garantia alimentar, a qualidade dos alimentos e os empregos viabilizados ao longo das cadeias. A saúde humana e animal, assim como o bem-estar geral dependem do agronegócio, em qualquer país do mundo (FGV PROJETOS 2007. p.4).

Resumidamente, o agronegócio faz referência aos processos produtivos da agricultura, incluindo todos os serviços, técnicas, equipamentos a ela relacionados desde as atividades primárias desenvolvidas no campo, no setor agroindustrial, comercialização e consumo final. O agronegócio tem um papel de destaque na economia do país, pois é considerado como um dos maiores setores da economia brasileira, sendo um dos mais representativos do mundo, sobretudo, no que diz respeito à dinâmica de exportações. Para Araújo (2007) apud Camargo (2018), o agronegócio brasileiro apresenta inúmeros benefícios para a economia do país, tais como o pau-brasil, o café, o açúcar, a borracha, o cacau, carnes, derivados e inúmeros outros produtos. “Essa contribuição foi mais relevante ainda nos últimos anos, quando o Brasil abriu as portas às importações e não teve a mesma resposta às exportações de modo geral” (ARAÚJO 2007, p.29 apud CAMARGO 2018, p. 18).

4 A HISTÓRIA DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO NO AGRONEGÓCIO E SUA REPRESENTATIVIDADE

Após a criação do mundo, quando Deus criou o homem a sua imagem e semelhança, dando-lhe domínio sobre todos os seres vivos da terra, dos céus e dos mares (A BÍBLIA, 2013), o Senhor Deus diz;

Não é bom que o homem esteja só; far-lhe-ei uma ajudadora idônea para ele [...]. Então o Senhor Deus fez cair um sono pesado sobre Adão, e este adormeceu; e tomou uma das suas costelas, e cerrou a carne em seu lugar; E da costela que o Senhor Deus tomou do homem, formou uma mulher, e trouxe-a a Adão (A BÍBLIA, 2013, GÊNESIS, 2:18,21 e 22).

Desde sua criação, a mulher vem crescendo a cada dia, se desenvolvendo pessoalmente e/ou profissionalmente e conquistando seu espaço no mundo. Por muito tempo, talvez pela cultura imposta pela sociedade patriarcal, à mulher tinha o papel de servir, ela era vinculada apenas como a mantenedora do lar e destinada à criação dos filhos. Segundo Kamada (2015, p.96) “a sua educação era apenas o necessário para torná-las agradáveis e úteis, formá-las para seus papéis de futuras mães, donas de casa e esposas, em suma, um saber social. Voltava-se para a domesticação e não para a emancipação”.

Com a primeira e segunda guerra mundial, a mulher teve acesso a uma nova realidade. Quando a maioria dos homens saía de casa para ir para as batalhas, as mulheres eram sujeitadas tomar a frente e assumir os negócios da família e o lugar dos homens nas indústrias, foi dessa forma que iniciaram os trabalhos femininos no mercado de trabalho (LESKINEN, 2004 apud CAMARGO, 2018). Devido a isso, as mulheres trabalhavam muito, suas jornadas de trabalho eram longas podendo chegar de 14 a 16 horas por dia, os salários não condiziam com a prestação de serviço, elas eram sujeitas a trabalhar com condições de saúde precárias e exercer tarefas pesadas além do que podiam executar, aceitavam trabalhar sobre pressão para não correr o risco de perder o emprego nas indústrias, (CAMARGO, 2018). Fora o trabalho nas indústrias, e com o pouco tempo disponível, as mulheres tinham que se virar em várias para conseguir dar conta de todo o trabalho doméstico e também dos filhos.

Toda essa trajetória feminina ao decorrer dos anos, cercado de muitos desafios, trouxe para as mulheres uma data especial, no qual ressalta toda essa luta vivenciada e que de certa forma foi um marco na sociedade. No dia 08 de março é comemorado o dia internacional da mulher; embora tenham muitas teorias com relação a esta data, uma delas até se referindo a um incêndio que ocasionou a morte de 129 operarias, quando as mesmas protestavam por melhorias, porém nada de concreto foi identificado. De fato, muito foram às lutas das mulheres em

busca de melhorias nas condições de trabalho, igualdade salarial e direitos (TELES, 2016). Anos depois, as mulheres começaram a receber os merecimentos pelas dificuldades.

Somente mais de 20 anos depois, em 1945, a Organização das Nações Unidas (ONU) assinou o primeiro acordo internacional que afirmava princípios de igualdade entre homens e mulheres. Nos anos 1960, o movimento feminista ganhou corpo, em 1975 comemorou-se oficialmente o Ano Internacional da Mulher e em 1977 o "8 de março" foi reconhecido oficialmente pelas Nações Unidas (TELES, 2016, s.p.).

Depois de todo trajeto vivenciado, o trabalho feminino passou a ser reconhecido e muito importante no mercado de trabalho, visto que as mulheres são mais detalhistas e organizadas, são atentas metodicamente a cada detalhe das operações, contudo, elas também não deixaram de ser imprescindível para os cuidados com seu lar. Dessa forma, com a atualidade e relevância da mulher no mercado de trabalho, foi visto a necessidade em se criar leis de proteção ao trabalho feminino, como a limitação da jornada de trabalho semanal e períodos noturnos, para que a relação da mulher relacionada à família não fosse prejudicada, algo muito importante também, foi à concessão do salário maternidade, o que garante mais segurança para a mulher quando contempla a dádiva da maternidade.

[...] licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias (artigo 7º, inciso XVIII da CF/BRASIL,1988).

Hoje em dia a mulher é vista de outra forma, bem diferente do começo do século, pois hoje além de trabalhar e ocupar cargos de responsabilidade assim como os homens, ela concilia sua vida profissional com as tarefas tradicionais de ser mãe, esposa e dona de casa, para a mulher é uma conquista relativamente recente, pois ganhar seu próprio dinheiro, ser independente e ainda ter sua competência reconhecida é motivo de orgulho para todas (CAMARGO, 2018).

Mediante toda circunstância histórica, a mulher nunca abaixou a cabeça perante os obstáculos no seu caminho, sempre com muita garra e coragem ela se manteve de pé, lutando pelos seus ideais e no que acreditavam, a mulher conquistou e continua conquistando seu espaço em meio à sociedade. Hoje

encontramos mulheres atuando em cargos importantíssimos e de liderança, embora ainda não seja muito, mais só o fato de que na atualidade ela é vista de outra maneira é gratificante; hoje ela é ouvida, respeitada e independente.

Desde muito tempo, como mencionado anteriormente, a mulher, mesmo que de forma indireta e sem reconhecimento vinha exercendo um papel muito importante no agronegócio, espaço este tradicionalmente masculino. Antigamente diziam que o lugar de mulher era na cozinha, cuidando da casa e dos filhos, hoje, lugar de mulher é onde ela quiser isso graças as suas lutas constantes por direitos iguais e pelas conquistas de independência (FUNDAÇÃO ROGE, 2020).

Embora, desde o início a mulher sempre esteve vinculada com a agricultura familiar, onde tinham como prioridade o consumo próprio e/ou comercialização dos produtos, mas visando a fonte de renda para família, hoje a participação feminina vem conquistando outro espaço, lugar este de maior autoridade, independência, responsabilidade e compromisso, mesmo que de forma ainda sutil, as atividades desenvolvidas por mulheres gestoras traz significância para o setor econômico.

No setor agropecuário, a exemplo de demais setores econômicos, a inserção feminina se dá de maneira tímida, pois apenas 13,2% da população economicamente ativa (PEA) do gênero feminino atuam no setor (IBGE, 2012), reforçando a cultura econômica centrada no poder masculino. O viés de gênero que se faz presente nas definições de postos de trabalho, nas políticas públicas e nas responsabilidades familiares fazem com que as mulheres enfrentem barreiras no campo profissional. Esse cenário torna-se mais evidente nas atividades relacionadas ao agribusiness, foco de discussão da seção subsequente (CIELO; SCHMIDT; WENNINGKAMP, 2014, p.5).

Mesmo com os desafios, a mulher vem crescendo no mundo do agro, pois a mesma tem pensado fora da caixinha, saindo do comodismo e aderindo novas ideias. Muitas têm saído do papel de auxílio de seus cônjuges para tomar a frente dos negócios, embora ainda seja pequeno a participação da mulher no agronegócio, o seu papel de liderança vem se desenvolvendo a cada dia no ramo. Estudos feitos pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e

a Alimentação (FAO, 2019) apontam que as mulheres rurais representam 45% da força de trabalho agrícola em países em desenvolvimento como Brasil.

Antes vistas como meras ajudantes no serviço agrícolas, hoje a mulher desempenha grandes funções dentro desse universo do agronegócio e em vários setores distintos. Todavia, o papel da mulher nas atividades agrícolas, não se restringe a produção e comercialização de alimentos, pois além do trabalho no campo, observa-se também sua atuação na mais distinta função ao longo da cadeia produtiva do agronegócio, como papel de executivas em empresas agroindustriais, docentes em cursos voltados à área, hoje muitas mulheres estão à frente de pesquisas para o desenvolvimento de novas tecnologias agrícolas e ainda, nos distintos órgãos públicos voltados às questões do agribusiness (CIELO; SCHMIDT; WENNINGKAMP, 2014).

É importante destacar os outros contextos em que a mulher se inclui no agronegócio, pois a mesma não está vinculada apenas no desenvolver das atividades realizadas nos campos, e sim em diversas áreas relativamente coligadas, assim diz Ribeiro (2021).

Mas, precisamos reconhecer: aquelas que vieram antes de nós trilharam um caminho árduo e difícil, que nos permitiu iniciar um movimento de inserção da mulher no setor do agro. Setor esse que tem aprendido a acolher as mulheres, a se beneficiar com nosso trabalho, a somar forças e deixar de lado a competitividade mesquinha entre homens e mulheres. A cada dia, o setor do agronegócio tem contado com mais mulheres que relatam experiências positivas tanto nas empresas quanto nas fazendas. E apesar de ainda haver um longo caminho rumo à equidade, temos que assumir o quanto o cenário tem sido promissor para as mulheres em muitas regiões do país (RIBEIRO, 2021, s.p.).

Dessa maneira algo que também impulsiona a participação feminina nesse ramo é devido algumas características femininas que traz aperfeiçoamento nos processos produtivo da organização, visto que, a mulher por ser mais detalhista pensa de forma sistêmica e organizada na execução dos processos produtivos, de acordo com Mesquita (2012, p.19) “A explicação é para o maior detalhismo e perfeccionismo, características típicas das mulheres”.

Dado o pressuposto, observamos o avanço da trajetória feminina, em um meio onde apenas a força e presença do homem era reconhecida, a mulher tem conquistado seu espaço, e mostrado o seu valor e do que é capaz, embora ainda haja uma certa desigualdade entre ambos, mais a cada dia a mulher tem lutado para que os direitos possam ser igualados, e assim sigam fazendo o melhor para levar produtos de qualidade ao consumo humano, e também gerando renda e desenvolvimento da economia.

5 PRINCIPAIS DESAFIOS QUE AS MULHERES ENFRENTAM NO AGRONEGÓCIO

A mulher é responsável por desempenhar muitos papéis na sociedade; e quem acha que tudo é simples e fácil, não é não; a mulher tem sido símbolo de força de vontade, persistência e o principal, resiliência. Mesmo com o desenvolvimento e Conquista pelo seu espaço, a mulher ainda tem que encarar muitos desafios. No mundo do agronegócio não é diferente, em vista que, por ser um ramo de atividade onde a presença do homem predomina, as mulheres têm que lidar com essa desigualdade de gênero e um certo preconceito. O medo muitas vezes fala mais alto; a falta de oportunidade, reconhecimento e incentivo também são comuns na realidade de muitas mulheres (RIBEIRO, 2021).

A participação feminina no agronegócio ainda é presenciada como uma certa diferença, muitas vezes as mulheres recebem o título de incapacidade e fraqueza, sendo inferiorizada muita das vezes. Assim afirma Cramer et al (2001) apud Dias (2008, p. 26)

Embora exista o discurso de igualdade de oportunidades, são explícitas as desigualdades relativas à participação das mulheres em relação aos homens no ambiente de trabalho, seja em relação à remuneração, ascensão e até mesmo na oportunidade de exercer determinadas funções.

Outro fator correlacionado é o salário, a diferença salarial é assunto a ser apontado; no desenvolver da mesma tarefa, a mulher ainda recebe menos por isso. “Mesmo nas profissões femininas, os homens ganham mais. Mesmo

exercendo profissões masculinas, as mulheres ganham menos” (GOLDENBERG, 2000, p.110).

Seguindo esse mesmo contexto, a falta de acesso ao crédito, as tecnologias e a informação, é mais um obstáculo que a mulher tem de enfrentar, segundo um estudo feito pelo Mundo Coop (2020). Nessa mesma plataforma, Graciela Fernandez relata;

Focando no papel feminino no agro, e cooperativismo, a presidente trouxe para o debate os desafios econômicos que a mulher ainda precisa enfrentar. “O tema de linha de crédito é muito complicado, principalmente para as mulheres que recebem menos do que os homens dentro do agro”, comentou e concluiu que “é preciso avançar em plataformas de comércios cooperativos” (MUNDOCOOP, 2020, s.p.).

Outro desafio corriqueiro é sobre o medo que muitas ainda enfrentam. A insegurança da mulher nesse ramo de atividade às vezes ultrapassa o entendimento. Segundo Segabinazi (2013, p.26) “Medo de não ser apreciada. Medo de fazer a escolha errada. Medo de atrair uma atenção negativa. Medo de ser uma fraude. Medo de ser julgada. Medo do fracasso”.

Para a mulher, se especializar cada vez mais no ramo é primordial, pois para desenvolver um trabalho de qualidade, com eficácia e excelência, deve-se estar sempre atento as novidades, seja com relação aos nichos de mercado, desde os novos insumos e maquinários disponibilizado, sempre obtendo novos conhecimentos e técnicas, seja de manejo, procedimento e processamento é muito importante, profissionalização da gestão exercida nas fazendas, especializações em gerenciamento de empresas rurais, capacitações comportamentais, auxílio de especialistas, alianças estratégicas e preservação ambiental, de maneira ética e responsável, tudo isso a qualifica ainda mais para gerir seus negócios, tornando-as cada vez mais competentes e independentes (DIAS, 2008).

Embora as mulheres tenham muitos obstáculos a serem enfrentados, elas estão cada vez mais focadas em fazer o diferencial no mundo agro. Sua trajetória até os dias atuais foram e continua sendo árdua, mas nem mediante a tudo isso a

mulher desiste de continuar fazendo o que gosta. Mesmo que as oportunidades não sejam tantas, elas se juntam, criam cooperativas e assim ganham mais voz. O respeito e admiração elas tem conquistado aos poucos, mais a certeza de que o mundo será delas é inevitável. A mulher é capaz de ser e fazer o que ela quiser, seja no meio rural, nas cidades, nas indústrias, ou em qualquer ramo de mercado que ela queira estar; mediante isso Ribeiro diz;

Ser mulher do agro é assim. Uma montanha russa de altos e baixos, em um caminho de muita perseverança e vontade de construir um agronegócio inteligente e cada vez mais inclusivo. Por isso, seja persistente no caminho e execute tudo com amor. Nenhum desafio é maior do que aquilo que fazemos com o melhor que podemos ser (RIBEIRO, 2021, s.p.).

Que a mulher continue se desenvolvendo a cada dia, conquistando e alcançando lugares imagináveis com toda força, garra, coragem e persistência que ela tem dentro de si.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo buscou-se analisar a inserção feminina no agronegócio e, de forma mais específica a importância da participação feminina no agronegócio Espírito-santense, bem como os desafios que as mulheres gestoras ainda enfrentam nesse ramo de atividade. Objetivou-se a contribuir com as literaturas inerentes ao mercado de trabalho feminino e ao agronegócio.

A intenção do estudo seria aplicar um questionário online direcionado as mulheres atuantes neste ramo, para que pudéssemos compreender melhor os problemas enfrentados no seu dia a dia. Contudo, após distribuição do formulário, obtivemos apenas três respostas, o que reforça como ainda é raro encontramos mulheres envolvidas ao agronegócio, vale ressaltar que no setor agropecuário, a exemplo de demais setores econômicos, “a inserção feminina se dá de maneira tímida, pois apenas 13,2% da população economicamente ativa (PEA) do gênero feminino atuam no setor (IBGE, 2012)” (CIELO; SCHMIDT; WENNINGKAMP, 2014, p.5).

O método de pesquisa utilizado foi à busca em acervos bibliográficos, como artigos científicos e pesquisa em Internet, focando em conceituar os problemas enfrentados pelas mulheres no agronegócio no estado o Espírito Santo. O desenvolvimento do trabalho foi bastante gratificante para as pesquisadoras, pois o tema é pertinente com a realidade e região e contribuiu para um melhor conhecimento da cultura e particularidades de Estado.

Por fim, a participação feminina no mercado de trabalho do agronegócio, mesmo que ainda pouco explorada e, muitas vezes, subestimada, é de suma importância social e econômica. Além de apresentar crescimento ao longo dos anos ela contribui para um empoderamento feminino e maior igualdade de gêneros, colaborando diretamente com o processo de mudanças necessário para a evolução desse indispensável setor.

5 REFERÊNCIAS

A BÍBLIA. **Como Deus criou a mulher**. Tradução de João Ferreira de Almeida. São Paulo, King Cross Publicações, 2013, 1626 p. Velho Testamento e Novo Testamento.

APPOLINÁRIO, F. **Dicionário de metodologia científica**: um guia para a produção do conhecimento científico. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

ARIEIRA, Jailson de Oliveira. **Fundamentos do agronegócio**. UNIASSELVI, 2017.

BLOG O AGRO. **O agro**, 2020. Quais são os setores produtivos do agronegócio? Disponível em: <<https://blog.oagro.com.br/2020/06/09/quais-sao-os-setores-produtivos-do-agronegocio/>>. Acesso em: 09 de jun. de 2021.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 03 de jun. de 2021.

BUENO, F. S. **Minidicionário escolar da língua portuguesa**. São Paulo: DCL, 2010.

CAMARGO, Tatiane Pinto. **Os desafios encontrados na inserção da mulher no agronegócio**. Jaraguá, 2018. Disponível em: http://repositorio.aee.edu.br/jspui/bitstream/aee/1055/1/2018-1_TCC_CamargoThatiannePinto.pdf>. Acesso em 03 de jun. de 2021.

CIELO, I.D; WENNINGKAMP, K.R.; SCHMIDT, C.M. **A Participação Feminina no Agronegócio**: O Caso da Coopavel – Cooperativa Agroindustrial de Cascavel, 2014. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/230462037.pdf>>http://agromulher.com.br/os-desafios-das-mulheres-no-agro/>. Acesso em: 07 de jun. de 2021.

CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL-CNA. Panorama da Agro2020. Disponível em <<https://www.cnabrasil.org.br/cna/panorama-do-agro>>. Acesso em 07 de jun. de 2021.

DIAS, Larissa Gomes. **Liderança feminina no agronegócio**: Principais desafios enfrentados pelas mulheres gestoras. Brasília, 2008. Disponível em: <<https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/235/8976/1/20500525.pdf>>. acesso dia 25 de maio de 2021.

FAO. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A AGRICULTURA E A ALIMENTAÇÃO. O papel da mulher na segurança alimentar. 04 out. 2019. Disponível em: <<http://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/pt/c/1238916/>>. Acesso em: 01 de jun. de 2021.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. Agronegócios. **Cadernos FGV Projetos**, ano 2, n.4, abr. 2007. Disponível em: <https://conhecimento.fgv.br/sites/default/files/caderno_n4.pdf>. Acesso em 26 de maio de 2021.

FUNDAÇÃO ROGE. O brilho das mulheres no agronegócio. 2020. Disponível em: <<https://www.fundacaoroge.org.br/blog/o-brilho-das-mulheres-no-agroneg%C3%B3cio>>. Acesso em: 07 de jun. de 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2012.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GOLDENBERG, Mirian (Org.). **Os novos desejos**: das academias de musculação às agências de encontros. Rio de Janeiro: Record, 2000.

KAMADA, F.L *et al.* **Direito do Trabalho no Brasil de 1930 a 1946**. Grupo GEN, 2015. v.1. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522496020/>>. Acesso em: 03 de jun. de 2021.

MESQUITA, G. R. I. **Particularidades do trabalho agrícola da mulher**: revisão da literatura. Seminário. Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/67/o/PARTICULARIDADES_DO_TRABALHO_AGRICOLA_DA_MULHER.pdf?1353349531#:~:text=S%C3%A3o%20dois%20os%20paradigmas%20predominantes,seu%20car%C3%A1ter%20campon%C3%AAs%20no%20fundamental>. Acesso em: 07 de jun. de 2021.

MORAES, Michelly. **Agropós**. Agronegócio no Brasil: qual a Importância para o País?2020. Disponível em: <<https://agropos.com.br/agronegocio-no-brasil/>>. Acesso em: 09 de jun. de 2021.

MUNDOCOOP. Impacto da presença feminina no cooperativismo é discutido no Congresso Nacional das Mulheres do Agronegócio. 26 out. 2020. Disponível em: <<https://www.mundocoop.com.br/destaque/desafios-e-representatividade-quais-os-caminhos-das-mulheres-no-agro.html>>. Acesso em: 09 de jun. de 2020.

RIBEIRO, M. C. **Os desafios das mulheres no agro**. Agro Mulher, 2021. Disponível em: <<http://agromulher.com.br/os-desafios-das-mulheres-no-agro/#:~:text=Desafios%20relacionados%20a%20falta%20de,de%20muitas%20mulheres%20no%20agroneg%C3%B3cio>>. Acesso em: 26 de maio de 2021.

SEGABINAZI, Gabriella Gonçalves Trindade. **A inserção da mulher no agronegócio**. Recanto Maestro, RS, 2013.

TAGUCHI, Viviane. O que quer dizer “antes da porteira”, “dentro da porteira” e “depois da porteira”. **Globo Rural**, 2015. Disponível em: <<https://revistagloborural.globo.com/Colunas/fazenda-sustentavel/noticia/2015/07/100-o-que-quer-dizer-antes-da-porteira-dentro-da-porteira-e-depois-da-porteira.html>>. Acesso em 01 de jun. de 2021.

TELES, Guilherme. Você sabe por que 8 de março é o Dia Internacional da Mulher? **Jus Brasil**, 2016. Disponível em: <<https://guilhermetelesadv.jusbrasil.com.br/artigos/312300741/voce-sabe-por-que-8-de-marco-e-o-dia-internacional-da-mulher>>. Acesso em 04 de jun. de 2021.

A INFLUÊNCIA DA RESPONSABILIDADE SOCIAL NA DECISÃO DE COMPRA DO CONSUMIDOR: O USO DO MARKETING SOCIAL COMO ESTRATÉGIA

SOCIAL RESPONSIBILITY INFLUENCE INTO CONSUMER PURCHASE DECISION: THE USE OF SOCIAL MARKETING AS A STRATEGY

Adriana Loureiro Moulin¹

Líliã Simões Wingler²

Nelson Coimbra Ribeiro Neto³

RESUMO

O conceito de empresa sustentável sintetiza seus propósitos e ações aos mecanismos de resposta social em relação a todos os interessados em seus negócios e a impulsiona a pensar e atuar com responsabilidade social, buscando desenvolver ações ou estratégias capazes de suscitar um relacionamento ético e transparente com os grupos que direta ou indiretamente são impactados por ela. O objetivo deste estudo é de apresentar como a preocupação com questões sociais e ambientais incidem sobre a decisão de compra dos consumidores. Foi desenvolvida uma pesquisa de revisão bibliográfica integrativa, de caráter exploratório e qualitativo, realizada entre novembro de 2020 e março de 2021, com publicações na Língua Portuguesa, incluindo-se trabalhos da área temática de Ciências Sociais Aplicadas. Apegoa-se que os programas em marketing social têm influência na decisão de compra do consumidor, ao apresentarem benefícios relacionados à diferenciação da marca. Porém, para que tais benefícios se concretizem, faz-se necessário enfrentar o desafio da

¹Pós-Graduada em MBA em Marketing e Comunicação Empresarial pelo Centro Universitário São Camilo-ES – adrimoulin@gmail.com

²Pós-Graduada em MBA em Marketing e Comunicação Empresarial pelo Centro Universitário São Camilo-ES – simoes_lilia@hotmail.com

³Fisioterapeuta. Especialista em Docência do Ensino Superior, em Fisioterapia Traumatológica e em Fisioterapia Pneumofuncional. Mestre em Ensino de Ciências da Saúde e do Ambiente. Docente e Coordenador do Curso de Fisioterapia da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES –nelson.coimbra@multivix.edu.br

comunicação, esclarecer e apresentar a responsabilidade social da empresa, com referenciais que buscam honrar valores éticos, respeitar as comunidades e o meio-ambiente como parte do processo gerencial necessário para a operacionalização dos negócios. Concluiu-se que a responsabilidade social, marketing social e comportamento ético, no trato de questões que envolvem a empresa, influenciam direta ou indiretamente a comunidade próxima, e a sociedade de maneira geral, no processo de decisão de compra. As campanhas de marketing social dão credibilidade ao nome da organização, principalmente quando a base da campanha estiver fundamentada com a responsabilidade social corporativa e ética.

Palavras-chave: Decisão de Compra do Consumidor, Marketing Social, Responsabilidade Social.

ABSTRACT

The concept of sustainable company emerges its purposes and actions to the mechanisms of social response in relation to all those interested in its business and impels it to think and act with social responsibility, seeking to develop actions or strategies capable of creating a relationship ethical and transparent with the groups that are directly or indirectly impacted by it. The Objective was to present how concerns about social and environmental issues affect consumers' purchasing decisions. It was developed an integrative bibliographic review research, exploratory and qualitative, carried out between November 2020 and March 2021, with publications in the Portuguese language, including works in the thematic area of Applied Social Sciences. It is claimed that social marketing programs have an influence on the consumer's purchase decision, as they present benefits related to brand differentiation. However, for these benefits to materialize, it is necessary to face the communication challenge, clarify and present the company's social responsibility, with references that seek to honor ethical values, respect communities and the environment as part of the necessary management process. for the operationalization of business. It was found that social responsibility, social marketing and ethical behavior, in dealing with issues that involve the company, directly or indirectly influence the surrounding

community, and society in general, in the purchase decision process. Social marketing campaigns give credibility to the name of the organization, especially when the basis of the campaign is based on corporate social responsibility and ethics.

Keywords: Consumer Purchase Decision, Social Marketing, Social Responsibility.

1 INTRODUÇÃO

Com o advento do capitalismo, a maximização dos lucros figurou-se, durante muito tempo, como o principal objetivo das empresas (SOUSA; WEFFORT; CILLO, 2015). Nesse período a responsabilidade empresarial concentrava unicamente na geração de empregos e de tributos. Notadamente, o acirramento da concorrência e a exploração indiscriminada dos recursos naturais associado ao crescimento de um público cada vez mais consciente e engajado, exige das organizações uma postura mais ética e responsável no seu processo de gestão.

Nesse contexto emerge o conceito de empresa sustentável, onde a empresa sintetiza seus propósitos e ações aos mecanismos de resposta social em relação a todos os interessados em seus negócios – acionistas, clientes, parceiros, governos, comunidades locais – agregando valor econômico a valores sociais e ambientais para os quais esta organização contribui – ou ajuda a destruir, conforme sua ética. (ETHOS; UNIETHOS, 2005).

Notadamente esse conceito de sustentabilidade impulsiona as empresas a pensarem e atuarem com responsabilidade social, buscando desenvolver ações ou estratégias capazes de suscitar um relacionamento ético e transparente com os grupos que direta ou indiretamente são impactados por ela, extrapolando assim, suas obrigações legais e abrangendo também obrigações morais; desenvolvendo ações que colaborem para a melhoria da qualidade de vida da sociedade.

Iniciativas desenvolvidas por uma empresa socialmente responsável contribuem para formar uma boa imagem da mesma, incidindo efetivamente na decisão de compra do consumidor. De acordo com Karsaklian (2010), o ato de comprar produtos ou serviços, seja para si mesmo ou para outros, está diretamente ligado ao comportamento do consumidor.

Diversos fatores, tanto internos quanto externos influenciam no processo de decisão de compra, e atualmente, fatores de natureza social, tecnológica e ambiental, têm exercido uma influência maior nesse processo, visto que, cada vez mais, os consumidores estão em busca de soluções para satisfazer seu anseio de transformar o mundo globalizado num mundo melhor. Muitos consumidores buscam empresas que abordem suas mais profundas necessidades de justiça social, econômica e ambiental em sua missão, visão e valores (KOTLER, 2010).

Assim, como o propósito do marketing é satisfazer aos desejos e às necessidades dos consumidores, sendo extremamente importante conhecer o seu comportamento de compra, o marketing social entra no momento de compreender o comportamento desse novo consumidor e definir as estratégias de vendas com base nesses atributos e comunicar às pessoas as ações que estão sendo colocadas em prática pelas empresas.

Diante do exposto, o objetivo do presente artigo é de apresentar, no contexto de desenvolvimento sustentável, como a preocupação com questões sociais e ambientais incidem sobre a decisão de compra dos consumidores, bem como o marketing social venha a favorecer a imagem de uma empresa ou marca.

2 DESENVOLVIMENTO

Trata-se de uma pesquisa de revisão bibliográfica integrativa, de caráter exploratório e qualitativo, realizada entre novembro de 2020 e março de 2021, sendo encontrados 15 trabalhos publicados a partir do ano 2000, disponíveis na base de dados Scientific Electronic Library Online (Scielo), na Língua Portuguesa. Os descritores utilizados foram: “Decisão de Compra do Consumidor”;

“Marketing Social”; “Responsabilidade Social”. Como critérios de inclusão, definiu-se trabalhos da área temática de Ciências Sociais Aplicadas, selecionando-se 7 artigos científicos, 2 publicações em anais de congresso, 2 trabalhos de conclusão de curso de especialização, 3 dissertações, 1 tese de doutorado e 15 livros.

2.1 Sustentabilidade empresarial

Segundo Santos e Silva (2017), após a Segunda Guerra Mundial, o consumismo teve um aumento, de maneira exponencial, não só nos Estados Unidos como também se espalhou pelo mundo. Complementando, Lima (2010) cita que, conseqüentemente, o consumo desnecessário de bens e serviços afetou o meio ambiente, provocando o desmatamento de florestas, mitigando os recursos naturais, provocando o desgaste do solo, além do aumento considerável da poluição das águas, do ar entre outros.

Por conseguinte, em 1972 a ONU – Organização das Nações Unidas – invitou a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, com intuito de estabelecer medidas para proteção do meio ambiente, além do uso racional dos recursos naturais. Conseqüentemente, foi elaborado um documento contendo 19 (dezenove) princípios configurando um Manifesto Ambiental atualmente (ONU BR, 2017).

A ONU retomou o debate sobre as questões ambientais na década de 1980. Tendo à frente dos debates a primeira ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland:

“Gro Harlem Brundtland chefiou a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, para estudar o assunto. O documento final denominou-se Nosso Futuro Comum, também conhecido como Relatório Brundtland, o qual propõe o Desenvolvimento Sustentável como aquele cujo objetivo é suprir as necessidades da geração presente sem afetar as gerações futuras no suprimento das delas” (SILVEIRA e PETRINI, 2018, p.57).

Dessa forma, conforme a ONU estabelecia acordos com os países objetivando proteger o mundo da degradação ambiental e propiciar meios de geração para o desenvolvimento sustentável, era imprescindível que eles fossem cumpridos.

Importante ressaltar que, em diferentes países, dentre eles o Brasil, grandes empresas foram assumindo o compromisso de exercer uma atividade sustentável. Inicia-se a Sustentabilidade Empresarial.

De acordo com Santos e Silva (2017), o conceito de sustentabilidade é muito amplo e satisfaz a necessidade de a empresa ofertar produtos e/ou serviços, que atendam às necessidades do mercado, buscando competitividade e rentabilidade ao longo do tempo e, conseqüentemente, uma justa remuneração da sua força de trabalho, proprietários e investidores.

De maneira ampla, tem-se no conceito de sustentabilidade temas como a responsabilidade social e o meio ambiente por meio do tripé da sustentabilidade, ou em inglês, triple bottom line:

“Pode-se dizer que a adoção do conceito de Triple BottomLine, em si, representa a incorporação dos princípios do desenvolvimento sustentável pela gestão empresarial. Dessa maneira, a empresa sintetiza seus propósitos e ações aos mecanismos de resposta social em relação a todos os interessados em seus negócios – acionistas, clientes, parceiros, governos, comunidades locais – agregando valor econômico a valores sociais e ambientais para os quais esta organização contribui – ou ajuda a destruir, conforme sua ética”. (ETHOS; UNIETHOS, 2005, p.127)

Complementando:

“O tripé da sustentabilidade é usado como uma ferramenta que mede o desempenho da organização e os compara com os quesitos econômicos, ambientais e sociais, de modo geral, este termo (tripé da sustentabilidade ou Triple BottomLine) é empregado para estabelecer valores e processos que as empresas devem adquirir com o intuito de reduzir os impactos causados nas três esferas: social, ambiental e econômica” (SANTOS; SILVA, 2017, p.78).

Atualmente, discorrer sobre responsabilidade social e suas manifestações tornou-se algo comum, porém, relevante, como será exposto a seguir.

2.2 Responsabilidade social empresarial

O conceito de responsabilidade social é complexo e foi tomando contornos ao longo do tempo. De acordo com Gil (2008) o lucro é a essência do capitalismo,

e à partir desse entendimento limitou-se a responsabilidade de uma empresa somente a maximização dos lucros. Atualmente, de forma bem mais ampla, a responsabilidade social pode ser entendida como um relacionamento ético e transparente que as empresas mantêm com os grupos que direta ou indiretamente são impactados por ela. Esse relacionamento ético pode ser traduzido por iniciativas adotadas pelas organizações que vão além das estabelecidas legalmente, portanto são compreendidas como ações voluntárias que preconizam, por exemplo, o desenvolvimento sustentável, o respeito à diversidade e o bem estar da sociedade como um todo.

Chiavenato (2004, p.121), define responsabilidade social como “o grau de obrigações que uma organização assume através de ações que protejam e melhorem o bem-estar da sociedade à medida que procura atingir seus próprios interesses”.

Nessa mesma linha, Soares (2005) afirma que responsabilidade social corresponde ao comprometimento de uma organização com a sociedade, de ampla maneira, por atitudes positivas ou, a alguma comunidades especificamente, com atitudes proativas e coerentes. Dessa forma, a organização se compromete, além de suas responsabilidades legais, com obrigações morais, de maneira a contribuir para o desenvolvimento sustentável da população, ou seja, numa visão ampla, responsabilizar-se socialmente é realizar ações com intuito de colaborar para melhoria da qualidade de vida da sociedade.

Corroborando, Tenório (2006) defende esse conceito para discorrer que a responsabilidade social surge a partir de uma obrigação da organização com a sociedade, indo além de, simplesmente, ofertar empregos, gerar impostos e lucros. Cita-se a ética e a responsabilidade, em todas as frentes, como manutenção do equilíbrio da empresa inserida no ecossistema social, ao agir em harmonia com o desenvolvimento econômico, o equilíbrio ecológico e com o desenvolvimento social, concomitantemente.

Complementando, pode-se citar ainda o entendimento de responsabilidade social diz:

“[...] forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais.” (ETHOS; UNIETHOS, 2005, p.127).

Na prática, de acordo com a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, do Ministério da Educação (2016), responsabilidade social significa, entre outras coisas, tratar com dignidade os seus funcionários, fabricar produtos adequados ao que se espera prestar serviços de qualidade, veicular propaganda verdadeira, promover limpeza no ambiente de trabalho, não sujar ruas ou dificultar o trânsito, contribuir para as causas da comunidade, não explorar mão de obra infantil escrava, ou de qualquer forma incapaz de se defender. E, ainda, fabricar produtos ou prestar serviços que não degradem o meio ambiente, promover a inclusão social e participar do desenvolvimento da comunidade de que fazem parte, entre outras iniciativas.

Notadamente essas são iniciativas que tem como resultado a aproximação com um público cada vez mais consciente, emergindo como um diferencial, uma vantagem competitiva que colaboram para formar uma boa imagem da empresa, incidindo efetivamente na decisão de compra do consumidor.

Nesses termos, de acordo com Machado Filho (2002) a responsabilidade social nas empresas é uma coerência ética nas práticas e relações com seus diversos públicos que contribui significativamente para o desenvolvimento contínuo das pessoas, das comunidades e do meio ambiente, além de conquistar o respeito e a preferência dos consumidores.

Sendo assim, qual será a forma ideal e o método mais adequado para que as empresas respondam sobre suas obrigações sociais? Para responder tal questionamento verifica-se a cooptação da responsabilidade social empresarial à consciência ética e à valorização da qualidade de vida no exercício das

atividades da organização como fatores colaborativos para a estruturação de um mercado mais harmônico.

2.3 A ética empresarial

“a responsabilidade social surge a partir do compromisso ético das instituições entendidas como um dever moral. O dever moral decorre da ideia de que tanto a empresa quanto às atividades empresariais são passíveis de julgamentos, de modo que podem ser avaliadas conforme seu caráter íntegro.” (MONTEIRO, 2017, p.18).

Nessa acepção, a organização empresarial atua de maneira responsável, socialmente, porque é o que se considera correto, sendo assim, uma responsabilidade moral daqueles que exercem as práticas comerciais.

Dessa forma, Monteiro (2017) afirma que responsabilidade moral parte de atitude ética. Sendo assim, atitude ética é aquela exercida por um sujeito livre, capaz de apresentar condutas morais, conscientes, para agir dentro do possível, objetivando concretizar atos e comportamentos responsáveis e efetivá-los.

Srour (2000) apresenta a ética da responsabilidade como a que ajuíza sobre as normas e valores efetivamente dominantes em uma empresa, questiona-se pelos fatores qualitativos que perpetram com que determinado agir seja um agir “bom”.

Nesse viés, e de acordo com Soares (2005, p.69), a ética empresarial pode ser entendida como “a atitude e a conduta de uma empresa em relação a seus empregados, clientes, comunidade e investidores”. Complementando, vista como requisito imprescindível para a permanência das empresas no mercado, a ética pode então ser definida relações empresariais transparentes e “preocupação com o impacto de suas atividades na sociedade” (SOARES, 2005, p.71).

Segundo Arruda (2002), numa empresa, pensar e agir bem são sinônimos de ética que, em tempos remotos, seria filosoficamente admirável, porém impossível no cotidiano das organizações. Entretanto, segundo Soares (2005),

atualmente os administradores de empresas brasileiras já apreenderam que a ética é algo sério e que tem sentido, denotando até a sobrevivência das empresas.

Além disso, a autora ressalta que as empresas deverão equacionar as ações para obter lucro concomitantemente à vassalagem das leis e a um comportamento ético. Complementando, ainda de acordo com Soares (2005), as variações deverão ocorrer nas relações de comércio, envolvendo produtos e serviços de maneira que as questões éticas sejam ponderadas, como a promoção de valores morais e o respeito ao meio ambiente.

De maneira análoga, Soares (2005, p.80) ressalta o resgate do pensamento Aristotélico para os negócios: “a boa empresa deixa de ser aquela que apenas produz lucro e passa a ser aquela que apresenta um clima moralmente gratificante, em que os bons profissionais podem expandir seus conhecimentos assim como suas virtudes”.

No que tange os textos até aqui apresentados, busca-se sustentação teórica para pressupostos fundamentais, sendo eles: o fato de que a partir da responsabilidade social, a empresa auferir maior retorno do mercado; o comportamento ético é visto como uma vantagem competitiva.

Em relação aos pressupostos apresentados, destaca-se a forte relação com o marketing, ou seja, com a finalidade de melhorar a imagem da empresa perante o cenário econômico no qual ela se insere. Portanto, todos os elementos se vinculam ao fato de que organizações distintas estão incluindo à sustentabilidade empresarial e o comprometimento com a responsabilidade social, como parte de sua estratégia de crescimento sustentável. Essa coerência de posturas e relacionamento entre o discurso e a prática na conduta individual, com os pares e com a organização é que constrói elos de confiabilidade. E a força da marca está diretamente relacionada à credibilidade.

2.4 O marketing social e a influência na decisão de compra do consumidor

Atualmente o mercado está cada vez mais competitivo e, para obter sucesso nos negócios, é fundamental que as empresas busquem inovações e produtos que atendam aos consumidores em suas necessidades. Mediante tal realidade, destaca-se a importância de conhecer o consumidor para que as empresas possam identificar as necessidades dos mesmos e possam desenvolver produtos e diferenciais que criem valor no mercado (PAIXÃO, 2012).

O estudo do processo de decisão de compra do consumidor possibilita às empresas a identificar as necessidades desatendidas no mercado, propiciando condições para o direcionamento de estratégias, objetivando responder a essas demandas e atender de maneira plena as preferências dos consumidores (SILVA, DOMINGUES e BIZON, 2020).

2.5 O Processo de Decisão de Compra

De acordo com Silva, Domingues e Bizon (2020), o ato de comprar produtos ou serviços, seja para si mesmo ou para outros, está diretamente ligado ao comportamento do consumidor, seja para satisfazer alguma necessidade imediata ou para algo que precisa ser modificado ou trocado.

É importante destacar que:

o comportamento do consumidor está ligado ao ato de comprar um produto ou serviço para si mesmos ou para outras pessoas, para satisfazer alguma necessidade imediata ou algo que precisa ser modificado ou trocado, ou seja, [...] está ligado à satisfação das necessidades e desejos dos consumidores, por isso é necessária uma avaliação detalhada do comportamento das pessoas antes, durante e depois da compra (SILVA, DOMINGUES e BIZON, 2020, p.449).

Complementando, de acordo com Karsaklian (2011, p.13), “ser consumidor é ser humano. Ser consumidor é alimentar-se, vestir-se, divertir-se, é viver”. Tal definição existe para essa parte do ser humano, uma parte que é comum a todos nós e que caracteriza-se pelas atividades realizadas na seleção, mentais e emocionais, compra e uso de produtos e serviços, relacionados ao comportamento, para a satisfação de necessidades e desejos.

Dessa forma:

“com o surgimento da globalização, a partir da década de 90, o mercado ficou mais competitivo e interligado. A partir desse contexto surgiram novas ferramentas de competição entre as empresas, no qual entender o comportamento do consumidor passou a ser algo crucial e também algo que muitas empresas almejam alcançar.” (MARTINS; ALMEIDA, 2017, p.3).

Sendo assim, Kotler & Keller (2012), indicam que os profissionais de marketing passaram a monitorar, constantemente, o comportamento de compra do consumidor, pois, na visão dos autores supracitados, conhecer o processo de decisão de compra dos consumidores é fundamental para atender e satisfazer às necessidades e anseios dos mesmos, uma vez que trata-se de um dos propósitos centrais do Marketing.

Existem diferentes fatores, tanto internos quanto externos, que influenciam o processo de tomada de decisão de compra dos consumidores, como o esquematizado a seguir:

Figura 1 – Fatores de influência no processo de compra



Fonte: adaptado de Kotler (1998, p.163).

De acordo com Silva, Domingues e Bizon(2020), além dos fatores supracitados no esquema, fatores de natureza econômica, política, tecnológica, ambiental, influenciam no comportamento de compra dos consumidores que também sofre influência de fatores mercadológicos como o produto, o seu preço, a sua promoção e o seu ponto de distribuição.

Ainda, de acordo com Silva, Domingues e Bizon (2020), tais fatores devem ser observados de forma diferenciada, tanto pelos profissionais de marketing como também pelos colaboradores das organizações, buscando o entendimento de cada situação, e ter a clareza de que é preciso compreender cada fator.

É importante destacar que a cultura, fator encontrado em diferentes segmentos da sociedade, produz determinados comportamentos no momento da compra, variando muito, dependendo de cada país (KOTLER; KELLER, 2012). Complementando, Kotler (1998), cita que a cultura é o determinante basilar do comportamento e dos desejos de um indivíduo.

“O primeiro e talvez principal, obstáculo encontrado no estudo dos fenômenos culturais é a ambiguidade que cerca a noção de cultura propriamente dita. [...] A cultura é um conjunto complexo, que inclui conhecimentos, crenças, artes, lei, moral, costumes e demais capacidades e hábitos adquiridos pelo homem na sociedade.” (KARSAKLIAN, 2011, p.154).

Com relação aos fatores pessoais, Silva, Domingues e Bizon(2020) explicam que dizem respeito às particularidades de cada pessoa e são movidos por motivos distintos, utilizando grupos de referências, ou seja, pessoas capazes de influenciar nos sentimentos, no pensamento e nos comportamentos do consumidor.

Entretanto, “os fatores sociais estão interligados principalmente ao status social da pessoa frente à comunidade, seja por determinado bem ou por algum fator de sua vida que motivou a tomar a decisão de buscar um produto ou serviço em alguma loja” (SILVA, DOMINGUES e BIZON, 2020, p.451). Conforme Kotler e Keller (2012), “os membros da família constituem o grupo primário de referência de maior influência” (p.177).

E, por fim, os fatores psicológicos, que estão relacionados ao estudo da percepção, da memória, da aprendizagem, dos valores, das crenças, da motivação, das atitudes e do estilo de vida de cada consumidor (SILVA, DOMINGUES e BIZON, 2020).

Kotler e Keller (2012) abordam ainda sobre o modelo de etapas utilizado pelos profissionais de marketing visando compreender o processo de compra do consumidor. Tal o modelo denomina-se “modelo de etapas”, conforme o esquema a seguir:

Figura 2 – Modelo das cinco etapas do processo de compra do consumidor



Fonte: Adaptado de Kotler e Keller (2012, p.189).

Não necessariamente o consumidor passará por todas essas etapas, porém o modelo de etapas apresenta referências sobre cada estágio da compra de um produto novo, pelo consumidor. Para o reconhecimento do problema ou reconhecimento de compras, Kotler e Keller (2012, p.189), citam que “o processo de compra começa quando o comprador reconhece um problema ou uma necessidade. A necessidade pode ser provocada por estímulos internos ou externos.” Porém, convém destacar sobre a importância de as empresas identificarem as circunstâncias determinantes dessas necessidades, como por exemplo, os estímulos internos, que vêm das necessidades da pessoa, e os estímulos externos, que são provocados pelo ambiente. Complementando, Kotler e Keller (2012), ainda afirmam que identificar essas circunstâncias contribuirá, sobremaneira, para o desenvolvimento de estratégias de marketing que despertem o interesse do consumidor.

O próximo passo é a busca de informações. Comumente, o consumidor interessado busca informações sobre possíveis produtos a serem comprados. É a fase de busca de informação do processo decisório e, Santos (2010, p.3) descrevemos três elementos que caracterizam essa fase:

- 1 - Fontes de Informação: podem ser fontes empresariais e não empresariais;
- 2 - Estratégias de Busca: ou seja, padrão de aquisição de informação que os clientes utilizam para resolver seus problemas. Ela implica custos em termos de tempo, esforço físico e mental; e isto é levado para a decisão de quanta informação devem adquirir e de que fontes;
- 3 - Quantidade de Busca: mostra quanta informação o cliente irá realmente buscar? Essa quantidade depende de vários fatores: risco percebido: definido como uma expectativa subjetiva de perda [...]

envolvimento: definido como a relevância percebida de um objeto por uma pessoa, baseada em necessidades inerentes, valores e interesses [...]. O grau de envolvimento varia de acordo com os produtos e/ou serviços; familiaridade e perícia: a relação entre a experiência anterior e a busca de informações externas é em geral inversamente proporcional, quanto maior a experiência anterior, menos informações exteriores são buscadas; pressão do tempo; sobrecarga de informações: representa o comportamento do consumidor sobre influência de um número de informações maior do que este pode processar. (SANTOS, 2010, p.3)

A terceira etapa é a avaliação de alternativas que, segundo Kotler e Keller (2012, p.191), “não existe um processo único de avaliação, os modelos mais atuais consideram que o consumidor forma julgamentos principalmente em uma base racional e consciente”. Normalmente, cada indivíduo utiliza-se de suas crenças e atitudes para avaliar alternativas de compra entre diferentes concorrentes e produtos, com características e benefícios diferentes.

Após a avaliação das alternativas, a próxima etapa é a compra propriamente dita. A decisão de compra é subdividida em três partes de acordo com Santos (2010, p.4): “identificação da escolha, intenção de compra e implementação da compra”. Ocorrendo a compra, segue-se a etapa de comportamento pós-compra, que, em geral está diretamente relacionada à seguinte questão: as expectativas dos consumidores foram ou estão sendo atendidas? O autor também trata da experiência pós-compra como uma experiência que pode ser dividida em quatro partes:

“- Confirmação da Decisão – necessidade de confirmar se a decisão tomada foi sensata;

- Avaliação da Experiência – os consumidores podem experienciar produtos/serviços de forma rotineira ou não, dependendo como a avaliação de consumo é realizada. Isso depende também do nível de envolvimento e com a finalidade da compra.

- Satisfação/Insatisfação – vista como o processo de avaliação resultante da comparação entre expectativa e desempenho e da experiência de consumo ao longo do tempo.

- Resposta Futura (Abandono, Reclamação ou Lealdade)

Abandono: se os clientes estão insatisfeitos com uma experiência com determinado produto/serviço, podem decidir jamais comprá-lo de novo.

Reclamação: definida como um set de respostas de insatisfação dos consumidores, tais como requisição para reembolso ou trocas, boca-a-boca negativo, saída (ou redução no número de compras), sabotagem, e mais recentemente, postagem em websites.

Lealdade: definida como um compromisso profundamente firmado para recomprar ou favorecer constantemente um produto/serviço preferido no futuro, por meio disso, realizando a

compra de uma mesma marca ou de um mesmo jogo repetidamente, apesar de influências situacionais e esforços de marketing terem o potencial para causar a mudança no comportamento.” (SANTOS, 2010, p.5).

De acordo com Kotler (2010), atualmente é notório a escolha de produtos e empresas, por consumidores conscientes e com fácil acesso à tecnologia, que tenham espírito comunitário, idealismo e que satisfaçam suas necessidades peculiares e anseios por um modo cada vez melhor.

“Cada vez mais, os consumidores estão em busca de soluções para satisfazer seu anseio de transformar o mundo globalizado num mundo melhor. Em um mundo confuso, eles buscam empresas que abordem suas mais profundas necessidades de justiça social, econômica e ambiental em sua missão, visão e valores. Buscam não apenas satisfação funcional e emocional, mas também espiritual, nos produtos e serviços que escolhem.” (KOTLER, 2010, p.4).

Todavia, atender e satisfazer as “necessidades peculiares” em meio a uma sociedade globalizada, diversificada de culturas, valores, informações e recursos não é nada fácil. Sendo assim, organizações buscam o desenvolvimento de estratégias e planejamento eficazes, delimitando seu composto de marketing, buscando garantir o crescimento e a sobrevivência da organização. Dessa forma, tem-se que o desenvolvimento de atividades de responsabilidade social realizado pelas empresas está diretamente relacionado ao marketing.

2.6 Marketing Social

De acordo com Cobra (2009, p.34) marketing pode ser definido como “o processo de planejamento e execução desde a concepção, apreçamento, promoção e distribuição de ideias, mercadorias e serviços para criar trocas que satisfaçam os objetivos individuais e organizacionais”.

Porém, de acordo com Kotler (2010), existem questionamentos sobre a orientação de marketing, se é adequada em meio a um período em que muito se questiona sobre os problemas ambientais e sociais, pois para as distintas definições e conceitos de marketing encontrados na literatura, não são abordadas questões como os “conflitos entre os desejos e necessidades dos consumidores e o bem-estar social a longo prazo”, por exemplo:

“[...] sustenta que a tarefa da organização é determinar as necessidades, os desejos e os interesses dos mercados-alvo e fornecer as satisfações desejadas mais eficaz e eficientemente do que a concorrência, de uma maneira que preserve ou melhore o bem-estar do consumidor e da sociedade.” (KOTLER, 2010, p.47).

Surge então o termo *marketing* social definido:

“[...] uma ferramenta democrática e eficiente que aplica os princípios e instrumentos do *marketing* de modo a criar e outorgar um maior valor à proposta social, redescobrimo o consumidor por meio de diálogo interativo, gerando condições para que se construa o processo de reflexão, participação e mudança social.” (ETHOS; UNIETHOS, 2005, p.156)

Complementando, o termo “*marketing* social” tem sido utilizado pela “mídia brasileira para designar a atuação das empresas no âmbito social com a finalidade de obter diferenciais competitivos” (ETHOS; UNIETHOS, 2005, p.157).

Assim, “o que se sabe atualmente é que o socioambiental e o econômico estão tão interligados que não podem ser geridos separadamente e passam a fazer parte da nova postura de mercado e avaliada constantemente pelos consumidores.” (RAMIRES JUNIOR. et al., 2018, p.139).

Sendo assim surge, para as organizações, o desafio de conduzir essa realidade para “o mercado consumidor, sem repassar os custos dessas ações, isto é, influenciar no comportamento do consumidor.” (RAMIRES JUNIOR. et al., 2018, p.139).

2.7 A Influência na Decisão de Compra do Consumidor

O comportamento do consumidor sempre foi influenciado pelas empresas, por meio das estratégias de marketing, porém, os efeitos das variáveis externas não eram por elas controlados. Vale ressaltar que não define-se o comportamento do consumidor somente pelo processo de compra, mas também pelo estilo de vida e pelas características pessoais. “As atitudes ambientais do consumidor dependem do reforço das suas crenças estabelecidas” (RAMIRES JUNIOR. et al., 2018, p.140).

E, quando o assunto é a influência do marketing no processo decisório de compra do consumidor, Ramires Junior et al. (2018) afirma que:

“Na elaboração das estratégias de marketing é fundamental obter informações sobre o processo de tomada de decisão de compra do consumidor. Este procedimento visa elucidar como uma pessoa opta por tornar-se consumidor de um determinado produto ou serviço. O modelo do processo de tomada de decisão tem sido explorado, levando-se em consideração diversas variáveis: afetivas, sociais e também as variáveis do ambiente físico para melhor diagnosticar o comportamento de compra do consumidor baseado na sua tomada de decisão.” (RAMIRES JUNIOR et al, 2018, p.141)

Nesse contexto, cita-se Saad, Carvalho e Costa (2002), para afirmar que se a empresa passa uma imagem de socialmente responsável, criará uma empatia com o consumidor, incentivando a compra de seus produtos. Assim sendo, existem benefícios importantes de marketing oriundos de iniciativas de responsabilidade social, e uma delas está associada exatamente a imagem da empresa. Ressalta-se que, de acordo com Oliveira (2005, p.38), “quanto mais os mercados se tornam competitivos, mais as empresas necessitam configurar suas imagens de forma atraente”.

Para complementar Oliveira (2005, p.40) explica que “uma imagem favorável e bem conhecida, corporativa e/ou local, é um patrimônio para qualquer empresa, porque a imagem tem um impacto sobre a visão que o cliente tem da comunicação e das operações da empresa em muitos aspectos”. O autor afirma ainda que a imagem comunica expectativas, juntamente com as campanhas de marketing como anúncios, facilitando a empresa comunicar-se eficazmente, tornando as pessoas mais receptivas à comunicação com a empresa.

Portanto, de acordo com Melo e Froes (2002, p.38). as ações sociais das organizações “incorporam valores e fortalece a imagem corporativa de marcas e produtos. Fazem a empresa ganhar respeito, reconhecimento, e simpatia de clientes, fornecedores, distribuidores, e de toda a população”. Ou seja, ao praticar ações de responsabilidade social, vínculos com os ambientes internos e externos são criados e possivelmente mantidos pelas empresas.

Complementando, de acordo com os escritos de Oliveira (2005, p.41) “a responsabilidade social, portanto, fortalece a imagem da empresa e agrega valor, preocupação comum às empresas que pretendem desenvolver-se e manter-se em mercados tão competitivos e ferozes, como os da atualidade”.

Porém, vale destacar que, de acordo com Richers (2000, p.209), “a base semântica mais direta para firmar e promover a imagem do produto é a marca”. A marca identifica o uso do produto, ou seja, é o que irá diferenciar o produto dos seus concorrentes diretos.

Com relação à diferenciação da marca, destaca-se que:

“Os programas em marketing social corporativo podem ajudar na construção desta por meio de: (i) aumento do conhecimento da marca; (ii) reforço na imagem da marca; (iii) estabelecimento da credibilidade da marca; (iv) desenvolvimento de emoções relacionadas à marca; (v) criação de um senso de comunidade em torno da marca; (vi) esclarecimento do engajamento da marca.” (HIGUCHI; VIEIRA, 2007, p.7).

Sendo assim, os programas em marketing social têm influência na decisão de compra do consumidor, ao apresentarem benefícios relacionados à diferenciação da marca. Porém, para que tais benefícios se concretizem, faz-se necessário enfrentar o desafio da comunicação, em esclarecer e apresentar a responsabilidade social da empresa, com referenciais que buscam honrar valores éticos, respeitar as comunidades e o meio-ambiente, como parte do processo gerencial necessário para a operacionalização dos negócios, ou seja, do ponto de vista da empresa, fatores imprescindíveis para o sucesso comercial (HIGUCHI; VIEIRA, 2007).

3 CONCLUSÃO

Em uma economia cada vez mais globalizada, de concorrência acirrada, é imprescindível ter vantagem competitiva. Nesse contexto, a preocupação com questões sociais e ambientais, inserida no contexto de desenvolvimento sustentável que se reflete nas organizações, através da responsabilidade social, é um importante diferencial. Isso porque a sociedade da era da informação, mais

consciente e engajada, tem exigido das empresas maior transparência e probidade nos relacionamentos com os grupos que interagem direta ou indiretamente com as organizações.

Empresas éticas constroem uma imagem positiva aproximando suas marcas dos consumidores e agregando valores; preocupação comum às empresas que pretendem desenvolver-se e manter-se em mercados tão competitivos e ferozes, como os da atualidade. Para tal, responsabilidade social e marketing social contribuem, como também o comportamento ético e a transparência, no trato de questões que envolvem a empresa e que influenciam direta ou indiretamente a comunidade próxima e a sociedade de maneira geral.

As campanhas de marketing social dão credibilidade ao nome da organização e influenciam no processo de decisão de compra do consumidor, principalmente quando a base da campanha estiver fundamentada com a responsabilidade social corporativa e ética.

4 REFERÊNCIAS

ARRUDA, M. C. C. de. **Código de ética**: um instrumento que adiciona valor. São Paulo: Negócio, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – Aier Tadeu Morcelli; Lucas Veiga Ávila (Org.). **Responsabilidade social**. Santa Maria: Colégio Politécnico da Universidade Federal de Santa Maria, 2016, 86 p.. Disponível em: <[https://central3.to.gov.br/arquivo/453257/#:~:text=Garcia%20\(1999\)%20A%20responsabilidade%20social,com%20as%20causas%20da%20comunidade%2C](https://central3.to.gov.br/arquivo/453257/#:~:text=Garcia%20(1999)%20A%20responsabilidade%20social,com%20as%20causas%20da%20comunidade%2C)>. Acesso em 24 jan. 2021.

CHIAVENATO, I. **Administração dos novos tempos**. 2 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

COBRA, M. **Administração de marketing no Brasil**. 3 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

GIL, A. C. **Gestão de Pessoas**: enfoque nos papéis profissionais. São Paulo: Atlas, 2008.

HIGUCHI, A. K.; VIEIRA, F. G. D. **Responsabilidade Social Corporativa e Marketing Social Corporativo**: uma proposta de fronteira entre esses dois

conceitos. *In*: XXXI Encontro da ANPAD. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/15423270-Responsabilidade-social-corporativa-e-marketing-social-corporativo-uma-proposta-de-fronteira-entre-estes-dois-conceitos-resumo.html>>. Acesso em: 24 jan. 2021.

INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL; UNIETHOS. **Responsabilidade Social das empresas**: a contribuição das universidades. São Paulo: Petrópolis, 2005. 292 p. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=59XJL8OIKRYC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 10 jan. 2021.

KARSAKLIAN, E. **Comportamento do Consumidor**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

KOTLER, P.; KELLER, K. L. **Administração de Marketing**. 14 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2012.

KOTLER, P. **Administração de marketing**: a edição do novo milênio – Bazán Tecnologia e Linguística (Trad.). São Paulo: Prentice Hall, 2010.

KOTLER, P. **Administração de Marketing**: análise, planejamento, implementação e controle. Ailton Bomfim Brandão (Trad.). 5 ed. São Paulo: Atlas, 1998.

LIMA, A. K. F. G. **Consumo e Sustentabilidade**: em busca de novos paradigmas numa sociedade pós-industrial. *In*: Anais do XIX Encontro Nacional do CONPEDI, p.1686-98, out. 2010. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/fortaleza/3597.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2021.

MACHADO FILHO, C. A. P. (2002). **Responsabilidade Social Corporativa e a Criação de Valor para as Organizações**: um estudo multi casos. 2002. 204fl. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade de São Paulo – São Paulo, 2002. Disponível em: <http://pensaqa.fia.com.br/wp-content/uploads/2018/06/Responsabilidade_social_corporativa_e_criacao_de_valor_para_as_organizacoes_um_estudo_multicasos_2002.pdf>. Acesso em 15 jan. 2021.

MARTINS, C. F.; ALMEIDA, L. C. de. **Processo de Decisão de Compra**: um estudo de caso sobre os fatores que influenciam a compra do consumidor virtual no município de Campos dos Goytacazes. 2017. 25fl. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão, Design e Marketing) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense – Campos dos Goytacazes, 2017. Disponível em: <<http://bd.centro.iff.edu.br/jspui/bitstream/123456789/1963/1/Texto.pdf>>. Acesso em 25 jan. 2021.

MELO, F.; FROES, C. **Empreendedorismo social**: a transição para a sociedade sustentável. Rio de Janeiro: Quality Mark, 2002.

MONTEIRO, C. M. H. **Responsabilidade Social Empresarial**: análise do caso Natura. 2017. 48fl. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Faculdade de Direito de Vitória – Vitória, 2017. Disponível em: <<http://191.252.194.60:8080/bitstream/fdv/353/1/CAMILLA%20MORGADO%20HORTA%20MONTEIRO.pdf>>. Acesso em 25 jan. 2021.

OLIVEIRA, P. B. de. **Responsabilidade Social como Estratégia de Marketing**. 2005. 77fl. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) – Centro Universitário de Brasília UniCEUB - Brasília, 2005. Disponível em: <<https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/235/8835/1/20101413.pdf>>. Acesso em 26 jan. 2021.

ONU BR. **A ONU e o Meio Ambiente**. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/91223-onu-e-o-meio-ambiente>>. Acesso em: 17 mar. 2021.

PAIXÃO, M. V. **A Influência do consumidor nas decisões de marketing**. Curitiba: Inter Saberes, 2012.

RAMIRES JUNIOR, S. P. et al. Responsabilidade Socioambiental e o Comportamento dos Clientes na Decisão de Compra. **Revista de Administração da UNIMEP**, v.16, n.2, p.132-56, 2018. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/51556/responsabilidade-socioambiental-e-o-comportamento-dos-clientes-na-decisao-de-compra->>. Acesso em 18 jan. 2021.

RICHERS, R. **Marketing**: uma visão brasileira. São Paulo: Nobel, 2000.

SAAD, C. S.; CARVALHO, C. D.; COSTA, T. M. **Responsabilidade social das empresas**: a contribuição das universidades. São Paulo: Petrópolis, 2002.

SANTOS, E. H. dos.; SILVA, M. A. da. Sustentabilidade Empresarial: um novo modelo de negócio. **Revista Ciência Contemporânea**. v.2, n.1, p.75-94, jun./dez. 2017. Disponível em: <http://uniesp.edu.br/sites/guaratingueta/revista.php?id_revista=31>. Acesso em: 15 jan. 2021.

SANTOS, T. O Processo Decisório de Compra: um panorama das publicações brasileiras em administração. **Revista Eletrônica de Administração [Online]**, v.9, n.2, edição 17, jul./dez. 2010. Disponível em: <<http://periodicos.unifacef.com.br/index.php/rea/article/viewFile/484/460>>. Acesso em 20 jan. 2021.

SILVA, E. G.; DOMINGUES, D. A. dos S.; BIZON, V. V. Comportamento do Consumidor: fatores que influenciam o poder de compra. **Revista Científica E-Locução**, v.18, n.1, p.1-27, 2020. Disponível em: <<http://periodicos.faex.edu.br/index.php/e-Locucacao/article/view/295>>. Acesso em: 20 jan. 2021.

SILVEIRA, L. M. da; PETRINI, M. **Desenvolvimento Sustentável e Responsabilidade Social Corporativa: uma análise bibliométrica da produção científica internacional**. *Gestão & Produção*. São Carlos, v.25, n.1, p.56-67, 2018. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0104-530X3173-16>>. Acesso em 15 jan. 2021.

SOARES, B. M. C. A. **Abordagem da Ética nos Cursos de Graduação em Administração de Salvador**. 2005. 192fl. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração) – Escola de Administração – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/9702/1/111.pdf>>. Acesso em 25 jan. 2021.

SOUSA, C. B. de; WEFFORT, E. F. J.; CILLO, L. V. de. Função-objetivo da empresa sob a ótica da continuidade e das teorias econômicas. **Rev. FAE**, Curitiba, v.18, n.2, p.84-93, jul./dez. 2015. Disponível em: <<file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/54-270-1-PB.pdf>>. Acesso em 10 fev. 2021.

SROUR, R. H. **Ética empresarial**: posturas responsáveis nos negócios, na política e nas relações pessoais. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

TENÓRIO, F. **Responsabilidade social empresarial**: teoria e prática. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

QUEM CONTA UM CONTO AUMENTA UM PONTO: HISTÓRIAS DA ESCOLA COMO ESPAÇO DE CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES

Cícero Gimenez Moreira¹
Juliana Fiorese²
Mônica Págio de Ângelo³
Fabiana Davel Canal¹

RESUMO

A escola é um importante espaço na socialização do ser humano e primordial na construção de nossa identidade social. A pluralidade de vivências conseguidas nesse ambiente faz com que, constantemente, possamos refletir quem somos e quem queremos ser, além de qual sociedade queremos construir. Este trabalho teve como objetivo a aproximação entre família-escola-comunidade, valorizando os saberes de todas as partes descritas e desenvolvendo a mútua responsabilização no processo de educação cidadã de crianças e jovens. Para tanto, criou-se de canais de escuta das histórias de vida de egressos de uma escola do interior do Espírito Santo por meio de entrevistas semiestruturadas, que foram divulgadas em um jornal, produto do projeto metodologicamente enquadrado como pesquisa-intervenção. Nas histórias contadas, a escola mostrou-se como elemento transformador da realidade social. Trazer lembranças positivas às famílias e à comunidade é uma maneira de aproximar família e escola, de fazer com que esse aspecto da identidade seja resgatado.

PALAVRAS-CHAVE: Identidade social; História oral; Escola.

ABSTRACT

The school is an important space in the socialization of the human being and primordial in the construction of our social identity. The multitude of experiences achieved in this environment means that we can constantly reflect on who we are and who we want to be, in addition to what society we want to build. This work

³ Psicóloga. Mestre em Psicologia Institucional (UFES). Especialista em Psicologia Social (CFP). Professora das Multivix Castelo, Cachoeiro de Itapemirim e Vitória. Bolsista FAPES (coordenadora).

aimed to bring the family-school-community closer, valuing the knowledge of all the described parts and developing mutual responsibility in the process of citizen education of children and young people. In order to do so, channels were created to listen to the life stories of graduates of a school in the interior of Espírito Santo through semi-structured interviews, which were published in a newspaper, a product of the project methodologically framed as intervention research. In the stories told, the school proved to be a transforming element of social reality. Bringing positive memories to families and the community is a way to bring family and school closer, to rescue this aspect of identity.

KEYS-WORD: Social identity; Oral history; School.

INTRODUÇÃO

O processo de tornarmo-nos humanos não é natural, como muitos acham. Para que possamos adentrar no mundo cultural, onde nos submeteremos às regras de convivência social, será necessária nossa inserção em grupos sociais. O primeiro deles, onde acontece a garantia de nossa sobrevivência animal e nossa socialização primária, é denominada família. É este grupo que nos passa os valores essenciais em nossa primeira infância, preceitos que são difíceis de mudar e que parecem ter nascido conosco, mas que foram ensinados nos nossos primeiros anos de vida (LANE, 1981).

Posteriormente, inserimo-nos em grupos diferentes do familiar, onde os valores primários são confrontados e percebemos que nossas certezas são apenas circunscritas ao nosso grupo primário. Acontece, assim, o processo de socialização secundária, que se dá, normalmente, no ambiente escolar. É na escola que aprendemos elementos culturais que dizem respeito à transmissão de conhecimento cientificamente elaborado, além de aspectos da cidadania (LANE, 1981). O ambiente escolar tem, assim, um considerável papel na preparação da socialização individual de cada estudante, uma vez que, como destaca Durkheim (1975) “[...] o ambiente escolar é um cenário vivo de interações de trocas explícitas de ideias, valores e interesses diferentes” (DURKHEIM, 1975, p. 47).

A pluralidade cultural é essencial no espaço escolar, visto que é um espaço de socialização e onde os valores adquiridos de forma assistemática devem ser respeitados por todos. É nesta troca de experiências que os estudantes conhecerão diversas culturas que a sociedade apresenta (DELORS, 2003). Assim, sendo o espaço escolar local privilegiado de socialização, precisa ser pensado como lugar onde aconteçam possibilidades de conversas, em que as pessoas tenham oportunidade de falar, de ouvir, de questionar, de trocar, enfim, sejam sujeitos ativos na construção do conhecimento e, conseqüentemente, na formação de quem são e serão e na construção e reconstrução da sociedade (MACIEL, 2010).

A escola terá a incumbência de zelar nos indivíduos o respeito mútuo, os aspectos cognitivos e interpessoais, com o objetivo de caminhar sempre no sentido da aprendizagem. Ao integrar os contrastes no ambiente escolar, a escola sempre precisa estar disposta a oferecer ajuda quando acontecer alguma pressão social. É necessário oferecer a criança sempre um relacionamento saudável, educando-o ao questionamento em relação aos seus sentimentos, o respeito e a empatia ao diferente, como forma de enfrentamento das questões sociais através de argumentações das suas ideias, sabendo que existem muitas singularidades e que devemos respeitá-las, pois para vivermos em comunidade não devemos medir esforços para que esta seja sempre digna, justa, igualitária, não deixando as diferenças causarem conflitos, ou se este aparecer, que sejam resolvidos com diálogo, paciência e consciência (DELORS, 2003).

Nesse segmento, cabe ao docente ser mediador da aprendizagem, trabalhando esses sentimentos nos seus discentes, através de um ofício diário, voltado para o combate a preconceitos, violências, mediando conflitos quando estes forem surgindo, e valorizando a herança cultural de cada um em particular, e desenvolvendo a todo momento a cultura da concórdia e da igualdade em meio à diversidade (DELORS, 2003).

Além disso, é importante destacar que a educação, pode também ser compreendida como um processo social, uma vez que esta contribui para a

formação de uma sociedade crítica, democrática, planejada, mantida pelos próprios indivíduos que a compõem (DELORS, 2003).

Ainda segundo Delors (2003) a educação é antes de mais nada uma viagem interior, cujas etapas correspondem às da maturação contínua da personalidade e esta atua perante o enfrentamento e a execução de diversas tarefas e atividades e regula o desempenho das mesmas. A educação é, portanto, uma estratégia que as sociedades desenvolveram com o objetivo de facilitar a disseminação do conhecimento produzido socialmente, a partir de suas experiências que podem dar-se num nível individual e/ou coletivo (ARAÚJO, 2003). É esse conhecimento socialmente elaborado e passado por meio da educação familiar e escolar que nos situa no mundo cultural, para que possamos ser seres humanos e construir nossas identidades. É assim que nos tornamos quem somos que desenvolvemos o que chamamos de autoconsciência, que passamos a perceber que existe um “eu”, que pode interferir em seu meio, influenciar e ser influenciado, a ter a independência de tomar decisões, buscar suas origens, a fazer parte de grupos e desse modo, constituir sua identidade (MAY, 2012).

(...) se a definição básica de identidade vinculava-se à busca das origens; das semelhanças; dos substratos comuns; daquilo que, por baixo das diferenças, do movimento, das mudanças costura e mantém a unidade, a contemporaneidade passa a designá-la como um discurso em permanente processo de elaboração. Melhor dizendo, como uma produção que nunca se completa, formada e transformada no interior das representações (SILVEIRA, 2010, p. 70).

Identificar definições para identidade tem sido apenas uma das questões que a sociedade busca compreender. Questões como a memória, o discurso identitário e identidade social, seja esta individual ou coletiva, acabam contribuindo para esclarecer, de forma efetiva, as relações humanas na atualidade. Estas relações são as que reafirmam a identidade positiva de cada local. Desse modo, a não associação da relação do indivíduo na sociedade é algo impensável no estudo da individualidade, sobretudo no campo da identidade social (SILVEIRA, 2010). De acordo com Tilio (2009), a identidade seria uma construção social, e não um dado herdado biologicamente. Ela se dá no âmbito da representação: a

identidade representa a forma como os indivíduos se enxergam e enxergam uns aos outros no mundo.

A identidade social refere-se ao modo como nós, enquanto indivíduos nos posicionamos na sociedade em que vivemos e o modo como percebemos os outros nos posicionando. As identidades sociais provêm das várias relações sociais que as pessoas vivem e nas quais se engajam (BRADLEY, 1996, p. 24).

É importante considerar que o conceito de identidade não está apontado exclusivamente na identificação das semelhanças e dos compartilhamentos, mas que está vinculado, nesse mesmo movimento, a diferença e a distinção. É nesse âmbito que o preconceito acaba tornando-se um fator marcante por construtos associados à escola, por exemplo. (SILVEIRA, 2010).

Nesse sentido, quando o indivíduo passa a reger sua identidade social, passa a se identificar em grupos, ele distingue seu próprio grupo (seus membros) dos demais. Assim, as identidades culturais também são múltiplas, fragmentadas, contraditórias e fluidas. O não entendimento dessa natureza pode acarretar nas visões essencialistas de identidade nacional e cultura nacional (TILIO, 2009).

Ainda de acordo com Tilio (2009), as variadas identidades culturais são absorvidas por um sujeito e tornam-se partes de sua identidade social. Já a cultura, estabelece no campo dos processos inconscientes e sem a consciência de identidade, a identidade cultural. Esta “remete a uma norma de vinculação, necessariamente consciente, baseada em oposições simbólicas” (CUCHE, 1999, p.176).

Nesse aspecto, formas de se arquivar essas informações e histórias são de extrema importância, como bibliotecas ou jornais, por exemplo. Isto significa, também, na maior visibilidade deste recurso, pois são espaços nos quais a cultura mostra-se universal, tanto de tradição, como de continuidade. Parafrazeando Silveira (2010), elas se tornam “lugares de memória” que têm a função de enfrentar o tempo e as incontingências da morte e do esquecimento, bem como colaborar para que uma dada comunidade estruture suas ações em torno de referenciais identitários comuns.

Esta pesquisa teve como objetivo a aproximação entre família-escola-comunidade, valorizando os saberes das partes envolvidas e desenvolvendo a responsabilização mútua no processo de educação cidadã de crianças e jovens, criando canais de escuta das histórias de vida das famílias, proporcionando, assim, a valorização pela escola do conhecimento da família.

Em um momento em que a história é desvalorizada, justifica-se um trabalho que resgata o próprio sentido da história como sendo importante para o entendimento do funcionamento social. Com a aproximação entre pais, escola e comunidade buscou-se promover a valorização do espaço escolar como um espaço coletivo, importante para a formação de futuros cidadãos, que podem transformar a realidade individual e local.

METODOLOGIA

A pesquisa enquadra-se na categoria qualitativa, em que prioriza-se a aquisição de dados descritivos, como facilitador da compreensão da perspectiva dos participantes, propiciando o entendimento dos fenômenos apresentados, e um maior contato do pesquisador com o seu objeto de estudo (NEVES, 1996). Realizamos, assim, uma pesquisa-intervenção, visando à interrogação das práticas naturalizadas que se materializam nos estabelecimentos. Nessa modalidade de pesquisa,

[...] não se trata de produzir um conhecimento a priori buscando constatar sua veracidade, ou ainda aplicá-lo a uma dada realidade aqui entendida como já dada, já formulada. Ou ainda a busca de apreensão de uma verdade sobre um objeto. Objetiva-se cartografar os movimentos, colocando em análise as instituições em cena em determinado campo. Neste sentido, intervir refere-se a uma aposta ético-política que afirma a radicalidade da intervenção em seu sentido etimológico, isto é, intervir é vir entre (HECKERT & PASSOS, 2009, p. 380).

O primeiro passo foi realizar reuniões com o corpo técnico, administrativo e pedagógico da escola. Foram selecionados 5 alunos do ensino fundamental II, devidamente matriculados em uma escola municipal de ensino infantil e fundamental. Além dessa seleção, também foram escolhidos alunos do curso de Psicologia de uma faculdade particular no município em que a escola encontra-

se. Os alunos selecionados precisavam ter bom rendimento além de disponibilidade de se dedicar ao desenvolvimento de um projeto de pesquisa-intervenção.

Depois de realizada a seleção dos alunos, houve uma pesquisa de pessoas da cidade que soubessem sobre o contexto em que a escola pesquisada estava inserida, de maneira que considerassem os melhores modos de contribuição para a pesquisa-intervenção. Dessa forma, pessoas ligadas à escola, como alunos, ex-alunos ou pessoas que, de certo modo, tivessem passado pela instituição foram contatadas e entrevistadas pelos alunos.

As entrevistas seguiram o modelo semiestruturado, ou seja, possuindo um roteiro prévio, mas que expande espaço para que os entrevistadores pudessem fazer perguntas além do que já estava planejado. Além disso, o uso de questionários foi útil, havendo um alinhamento das perguntas que seriam respondidas.

Os alunos buscaram a escuta de histórias de vida que envolvia a escola. Segundo Amado e Ferreira (2000), essa metodologia é inovadora, pois dá uma atenção aqueles que são historicamente “dominados”, ou silenciados e excluídos. Na abordagem desta pesquisa, deu-se voz à história à comunidade, aos personagens que já passaram pela escola e que possam servir de inspiração para os pais e os alunos que lá estão atualmente.

Após a entrevista realizada, os discentes fizeram a transcrição e em seguida reportagens que compuseram um jornal. Estes foram distribuídos pela escola e para a comunidade local, com a finalidade de alcançar maiores canais de comunicação e divulgar as histórias dos que passaram pela escola.

Além disso, também se buscou na comunidade escolar, matérias que pudessem integrar o informativo (como a história de professores, de projetos que estão acontecendo na escola atualmente, de superação de alunos, atividades culturais, necessidades da escola, entre outros) para que a comunidade tenha acesso ao que, a escola está produzindo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa efetivou o total de três edições de jornais, que foram distribuídos e expostos pela escola e para a comunidade local. A variedade do conteúdo dos entrevistados foi fator notório durante o desenvolvimento do projeto, sobretudo diante as profissões dos mesmos, pois foram escolhidas pessoas das mais variadas profissões, o que proporcionou perspectivas pluralizadas.

Além disso, as edições contaram com um texto escrito pela tutora e pela coordenadora do projeto, explicando-o. E ainda, foram produzidas reportagens escritas totalmente por uma das mães de atuais alunos da escola e, outra pela filha de ex-professores, além da promoção por parte da escola, especificamente pela professora de arte da instituição, de um concurso de poesias, a qual a aluna vencedora pôde receber prêmios e ter sua obra publicada no jornal.

Todos os entrevistados realçaram a importância da instituição e se mostraram muito impactados positivamente em participar da construção do jornal. Alguns, ainda, indicaram outras pessoas para serem entrevistadas, agregando maior relevância ao projeto. Muitos enviaram fotos e lembranças do tempo em que estiveram na escola. Os professores foram lembrados como muita importância para a formação de adultos que são hoje:

Só cheguei onde estou graças ao incentivo e força dos professores! Devo muito ao Madalena! (...) Estudar no Madalena Pisa me incentivou a buscar minha profissão e realizá-la da melhor forma possível, principalmente na minha que é necessário muito amor e solidariedade. (...) Sem dúvida essa fase da minha vida foi o ponto de partida para ser o profissional e o ser humano que sou. (...) Madalena Pisa eu quero ser/ Madalena Pisa eu sou feliz aqui! [parte do Refrão "do hino da escola lembrada pelo aluno]." (TRECHO DO JORNAL, 1ª EDIÇÃO).

Silva (2001) enfatiza a importância do professor para que os alunos sintam-se mais seguros, criando, assim, um ambiente de aprendizado tranquilo, pois a afetividade se faz presente no cotidiano da sala de aula, seja pela postura do professor, pela dinâmica de seu trabalho ou nas interações entre sujeitos. Todas as ações são mediadas pela afetividade do professor e percebe-se que as decisões tomadas por ele têm respaldo da afetividade, constituindo o afeto como

fator fundante das relações que se estabelecem entre os alunos, os conteúdos escolares e os professores.

Educar não significa apenas repassar informações ou mostrar um caminho a trilhar que o professor julga ser o certo. Educar é ajudar o aluno a tomar consciência de si mesmo, dos outros, da sociedade em que vive e o seu papel dentro dela. É saber aceitar-se como pessoa e principalmente aceitar ao outro com seus defeitos e qualidades. Rubem Alves (2000) enfatiza que o professor, aquele que ensina com alegria, que ama sua profissão, não morre jamais. Ele diz: “Ensinar é um exercício de imortalidade. De alguma forma continuamos a viver naquele cujos olhos aprenderam a ver o mundo pela magia da nossa palavra. O professor, assim, não morre jamais...” (ALVES, 2000 p.5).

“Nós tínhamos excelentes professores Todos esses professores marcaram muito a minha vida, cada um com seu jeito de dar aula, deixando marcas permanentes no meu coração” (José Mauro Soares do Nascimento, ex-aluno da EMEIF Madalena Pisa e, atualmente, é representante comercial).

“A professora que mais me marcou no Madalena Pisa foi uma de português, o nome dela é Elza Nicoli. Eu admiro muito o trabalho dela, o jeito dela conduzir a turma, na minha época em 1996 ela já tinha uma visão muito avançada, sua maneira de ensinar, de se relacionar com os alunos, era fantástica, tem meu respeito e admiração (...). As lembranças da escola e da turma reforçam cada vez mais a ideia de união. Quando o sucesso do outro nos faz feliz é sem dúvida a maior prova solidariedade e isso enobrece a alma” (Flavio Elias Carvalho Pereira, ex-aluno da EMEIF Madalena Pisa e, atualmente, professor de matemática).

Recordações como estas evidenciam o quão ampla é a influência e importância da escola para com os que nela frequentam. A educação torna-se um tópico complexo, sobretudo no ambiente escolar infantil e fundamental – período escolhido para ser desenvolvido no projeto, pois este é o local onde o indivíduo, até então parcialmente privado, entrará em contato com a diversidade abrangente que é a sociedade dentro da esfera escolar. “Educar é, assim, humanizar o homem, o que abrange suas ações, seus comportamentos, seus hábitos e tantos outros aspectos” (OLIVEIRA; VIANA, BOVETO; SARACHE, 2013, p. 9).

De acordo com Piaget (1995) o cognitivo e o afetivo são inseparáveis, pois, defende que toda ação e pensamento comportam um aspecto cognitivo, representado pelas estruturas mentais, e um aspecto afetivo, representado por uma energética, que é a afetividade. Ou seja, “a afetividade constitui aspecto indissociável da inteligência, pois ela impulsiona o sujeito a realizar as atividades propostas” (PIAGET, 1995, p 37). Segundo La Taille (1992) os discentes alcançam um aprendizado infinitamente melhor quando os docentes trabalham de forma que atinjam seus interesses e quando os conhecimentos propostos correspondem às suas necessidades diárias.

Para de Henri Wallon (GALVÃO, 1996), a dimensão afetiva está no centro de tudo, tanto do ponto de vista da construção da pessoa, quanto do conhecimento. Para ele, a afetividade é fator fundamental no desenvolvimento da pessoa, é por meio dela que o aluno exterioriza seus desejos e suas vontades.

Ainda segundo o mesmo autor (MAHONEY; ALMEIDA, 2012), a afetividade é anterior ao desenvolvimento e as emoções têm papel predominante no desenvolvimento da pessoa. É por meio delas que o aluno exterioriza seus desejos e suas vontades. As transformações fisiológicas de uma criança revelam traços importantes de caráter e personalidade. A raiva, a alegria, o medo, a tristeza têm funções importantes na relação da criança com o meio, a emoção causa impacto no outro e tende a se propagar no meio social, pois é altamente orgânica. Desta forma, nessa teoria, acredita-se que a afetividade é um ponto de partida para o desenvolvimento do indivíduo.

Os trechos das entrevistas abaixo demonstram como as emoções e a afetividade foram vivenciadas na escola.

“...Eu fiquei no início, meio assim com medo, mas depois eu fui super bem recebida [na escola], as professoras sempre dando aquele apoio, acalmando a gente. Então, por mais que o meu primeiro momento escolar tenha sido complicado, depois tudo foi se acalmando, com muito amor e carinho, tudo foi se ajeitando e eu fui me adaptando...”
(Relato de Ana Luísa Souza Lored, ex-aluna da EMEIF Madalena Pisa e, atualmente, estudante de Matemática).

“...O período em que eu passei na escola foi muito bom desde o dia em que eu entrei até o último dia! Eu só tenho lembranças boas! Fui muito bem recebido, a escola me acolheu muito bem, com muito carinho e

respeito! O Madalena Pisa foi primordial para eu escolher o que eu sou hoje, escolher a carreira artística, pois eles sempre me apoiaram!” (Relato de Adílio Zagotto Junior, ex aluno da EMEIF Madalena Pisa e, atualmente, bailarino e fotógrafo).

Dantas (1992) enfatiza que, além de ser uma das dimensões da pessoa, a afetividade é também a mais arcaica fase do desenvolvimento. Afirma que no início da vida, afetividade e inteligência estão misturadas com predomínio da primeira. Conclui que o ser humano, desde o nascimento, é um ser afetivo, e que gradativamente, esta afetividade inicial vai diferenciando-se em vida racional.

Não se pode distinguir cognição e afetividade. Os autores do desenvolvimento humano afirmam que a afetividade é vital a todas as idades, porém, é mais evidente no desenvolvimento infantil. Eles destacam que ela afetividade está sempre presente nas experiências vividas pelas pessoas, no relacionamento que temos com o “outro social”, por toda nossa vida, desde o momento de nosso nascimento. A evidência do papel da afetividade torna-se ainda visível quando a criança entra na escola, na relação professor-aluno. (WALLON, VYGOTSKY, PIAGET, 1992).

“...Dona Marina, e Marcos Silva. Amigos sempre dispostos a ajudar no que fosse necessário. O carinho que recebi na escola, foi à base para eu me tornar o profissional que sou hoje. Agradeço muito a cada educador com que tive o prazer de aprender.” (Relato de Ademir da Silva Cotta Junior, ex aluno da EMEIF Madalena Pisa e, atualmente, procurador municipal).

“...O incentivo dos professores foi determinante na minha vida. Apesar das dificuldades (eu não era muito fácil), a idade, a adolescência... mas eles nunca perderam a esperança, sempre dialogando, incentivando e dando muito amor.” (Relato de Bruno Luzório Fernandes, ex aluno da EMEIF Madalena Pisa e, atualmente, Médico).

Professora da EMEIEF Madalena Pisa, Elza Nicoli Souza, afirma que é possível fazer a diferença em sala de aula quando o amor, a dedicação e o planejamento ocorrem simultaneamente.

Como diz o ditado popular “colhemos o que plantamos”. Na educação, onde acontece a construção do conhecimento, esse dito é mais verdadeiro do que nunca. Ao agregar a afetividade e a dedicação ao conhecimento, certamente a colheita será abundante (Trecho da segunda edição do jornal).

A importância da escola dá-se também na formação indenitária das pessoas – aqui nomeada como identidade social -, nessa perspectiva, o espaço escolar desenvolve a consciência de pertencimento desse grupo social e, além disso,

também associa seus componentes subjetivos e afetivos a essa pertença grupal. Assim, a escola e a vida social do sujeito assumem uma influência mútua, em que acontecimentos do mundo refletem panoramas na escola.

A realidade atual mostra um mundo em constantes transformações, ao mesmo tempo globalizado e individualizado, afetando indivíduos e grupos, evidenciando muitas culturas e, por conseguinte, muitos sujeitos e muitas relações, mas todos dentro de um mesmo contexto histórico: a contemporaneidade. Sendo a escola um dos espaços sociais incluso neste contexto, ela sofre tais mudanças, mas também é parte constituinte desta realidade, formando esse homem contemporâneo (OLIVEIRA; VIANA, BOVETO; SARACHE, 2013, pág. 11).

Paralelo a isso, o período da Pandemia de COVID-19 foi um fenômeno que trouxe mudanças drásticas para pessoas dentro e fora do sistema educacional. Este projeto, por exemplo, teve início durante esse período e foi adiada por ele, além disso, a escola (assim como outras instituições) enfrentou o esvaziamento completo de seu espaço habitual, causando consequências progressivas que ainda serão vistas em futuras circunstâncias. Nessa conjuntura e referente ao jornal, a experiência de presenciar a pandemia em relação ao campo educacional, foi destaque na poesia vencedora e também na reportagem que uma das mães presentes nas reportagens, formulou:

Agora em 2021 o município inteiro continua dentro da escola. A impressionante capacidade da escola Madalena Pisa de ser referência e centralidade na comunidade em que se insere, seja por localização, por parque construído, por ser naturalmente referência comunitária, mais uma vez se apresenta de forma prática e simbólica neste momento tão trágico que se impõe. A escola, desde março de 2021, é Centro de Atendimento Médico Municipal de COVID-19, além de escola municipal (TRECHO DO JORNAL, 1ª EDIÇÃO – reportagem escrita por uma mãe de aluno que atualmente está na escola).

O setor da educação é um empreendimento estruturado a base de relações presenciais e interpessoais, com movimentações pedagógicas, que possibilitam interações e partilhas entre os envolvidos. Isolar essas estruturas apenas ao âmbito digitalizado pode desajustar as efetivas promoções de mudanças que o modelo educacional propõe. Se isso se verificar, o ato educativo dificilmente se poderá assumir como um ponto de encontro e de debate em que docentes e estudantes, num estilo de educação partilhada, expõem os seus pontos de vista,

partilham experiências e dão sentido às suas práticas” (MORGADO; SOUZA; PACHECO, 2020, pág. 7).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se dar visibilidade às histórias da escola, sendo elas contadas pelas famílias dos alunos e divulgadas para a comunidade escolar e extraescolar, aproximando, dessa forma, esses dois polos da escola, lembrando aos familiares um aspecto de sua identidade social: a escola em que estudaram e que hoje continua sua história de educação por meio de seus filhos. Trazer lembranças positivas às famílias e à comunidade é uma maneira de aproximar família e escola, de fazer com que esse aspecto da identidade seja resgatado.

As histórias apresentadas por todos os entrevistados são trazem a perspectiva positiva por sua passagem por aquele espaço. As lembranças são de professores, eventos, situações, amigos que ajudaram a construir os adultos que hoje se apresentam para a sociedade. Isso ressalta a importância do processo de educação para a construção cidadã de sujeitos e para a transformação da sociedade.

Para a comunidade, conhecer histórias que começaram na escola de pessoas que, hoje, são importantes para a comunidade, em diversos sentidos e espaços, faz com que vislumbrem para seus filhos, atuais alunos da escola, um futuro próspero pela educação. Contar para a comunidade escolar, para os pais e para o bairro onde a escola encontra-se histórias positivas em relação à escola faz com que esta seja vista como elemento central para o desenvolvimento comunitário.

REFERÊNCIAS

ALVES, R. **Alegria de ensinar**. Campinas, SP: Papirus; Rubem Alves M.E., 2000.

AMADO, J.; FERREIRA, M. de M. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

ARAÚJO, C.M.M. *Psicologia Escolar e o Desenvolvimento de Competências: uma opção para a capacitação continuada. Tese de Doutorado.* Brasília: Universidade de Brasília, 2003.

BRADLEY, H. **Fractured Identities.** Cambridge: Polity Press, 1996.

CUCHE, D. **A noção de cultura nas ciências sociais.** Bauru: Edusc, 1999.

DELORS, Jacques. **Educação: Um tesouro a descobrir.** 2ed. São Paulo: Cortez. Brasília, DF: MEC/UNESCO, 2003.

DURKHEIM, E. **Educación y sociedad.** Península, Barcelona, 1975

GALVÃO, I. **Henri Wallon: uma concepção dialética do desenvolvimento infantil.** Petrópolis: Vozes, 1996.

HECKERT, A.L.C.; PASSOS, E. Pesquisa-intervenção como método, a formação como intervenção. In: CARVALHO, S.; FERIGATO, S.; BARROS, M.E.B. **Conexões: saúde coletiva e políticas da subjetividade.** São Paulo: Hucitec, p. 376-393, 2009.

LANE, T.M.M. **O que é Psicologia Social.** Coleção Primeiros Passos. SP: Ed. Brasiliense, 1981.

MAHONEY, A.A.; ALMEIDA, L.R. de (org). **Henri Wallon: Psicologia e educação.** 11ed. São Paulo – Edições Loyola: 2012.

MAY, R. Tornar-se Pessoa: Um empreendimento. In: MAY, R. **O homem à procura de si mesmo.** 2. Ed. Rio de Janeiro: Vozes de Bolso, 2012. Cap. 3, p. 75-94.

MORGADO, J. C.; SOUSA, J.; PACHECO, J. A. Transformações educativas em tempos de pandemia: do confinamento social ao isolamento curricular. **Praxis educativa**, vol. 15, 2020. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=89462860066>

OLIVEIRA, T.; VIANA, A. P. dos S.; BOVETO, L.; SARACHE, M. V. Escola, Conhecimento e Formação de Pessoas: Considerações Históricas. **Políticas Educativas**, Porto Alegre, v. 6, n.2, p. 145-160, 2013. Disponível em: <https://linksharing.samsungcloud.com/ossEijQwhO0y>

PIAGET, J. **Desenvolvimento e aprendizagem.** Porto Alegre: UFRGS/FACED/DEBAS, 1995

PIAGET, VYGOTSKY, WALLON. **Teorias psicogenéticas em discussão.** Yves de La Taille, Martha Kohl de Oliveira, Heloysa Dantas. 14^o ed.- São Paulo: Summus, 1992.

SILVEIRA, F. J. N. da Biblioteca, memória e identidade social: **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.15, n.3, p.67-86, set./dez 2010. Disponível em <https://www.scielo.br/j/pci/a/4jq9Fg66W6sYQ3XxTMSbCRD/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 02 de setembro de 2021.

TILIO, R. Reflexões acerca do conceito de identidade. **Revista Eletrônica do Instituto de Humanidades**. Duque de Caxias, v.8, n.29, abr/jun 2009, p.109-119. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=identidade+conceito&oq=identidade#d=gs_qabs&u=%23p%3DP1C0FKBxU8cJ. Acesso em: 5 de outubro de 2021.

EVOLUÇÃO DA INDÚSTRIA 4.0 E A SUBSTITUIÇÃO DO TRABALHO HUMANO NAS ORGANIZAÇÕES

Eric José de Angeli¹

Patricia de Oliveira Bastos²

Ednéa Zandonadi Brambila Carletti³

RESUMO

A evolução das tecnologias, da internet e de ramos voltados à administração no Brasil causa impactos na ascensão da indústria 4.0 e influencia a produção de produtos e serviços nas análises quantitativas e qualitativas, bem como a sociedade de maneira direta e indireta. O estudo analisa de que forma as tecnologias influenciam no aprimoramento das técnicas produtivas das organizações, e como a ascensão da indústria 4.0 está impactando diretamente na substituição do trabalho humano por equipamentos eletrônicos e automatizados. Esses novos conceitos têm aplicabilidade não apenas nas empresas e organizações, mas, integra grandes benefícios para quem se inserir nesses novos processos de comunicação. A sua aplicabilidade ainda carece de estudo e de disseminação na sociedade visando à quebra de paradigmas.

Palavras-Chave: Indústria 4.0, Trabalho humano, organizações, IOT.

ABSTRACT

The evolution of technologies, the internet and branches focused on administration in Brazil impacts the rise of industry 4.0 and influences the production of products and services in quantitative and qualitative analysis, as

¹Graduandos em Administração pela Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

²Mestre em Ciência da Informação pela PUC-Campinas. Especialista em Informática da Educação pelo IFES. Graduação em Pedagogia pela FAFIA. Professora da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

well as society directly and indirectly. The study analyzes how technologies influence the improvement of productive techniques in organizations, and how the rise of industry 4.0 is directly impacting the replacement of human labor by electronic and automated equipment. These new concepts have applicability not only in companies and organizations, but also bring great benefits for those who enter into these new communication processes. Its applicability still lacks study and dissemination in society aiming at breaking paradigms.

Keywords: Industry 4.0, Human labor, organizations, IOT

1 INTRODUÇÃO

É quase impossível pensar em viver atualmente sem o uso da energia elétrica, assim como em 1860, o uso da eletricidade revolucionou as indústrias e organizações. A modernização das máquinas e equipamentos industriais foi alavancada pela energia elétrica, aumentando o desenvolvimento e a produção em massa, assim também é hoje, entretanto um passo à frente (QUINTINO et al, 2019). Com a Tecnologia, que evoluiu consideravelmente; sistemas integrados de comunicação conhecidos também como TI (Tecnologia de Informação), automação industrial e diversos outros avanços relacionados a essa área estão ligados diretamente as organizações.

De maneira simples, as novas tecnologias que são desenvolvidas e aplicadas no meio fabril exigem a necessidade de adaptação dos profissionais a novos costumes tecnológicos que de acordo com Almeida (2019) a substituição de postos de trabalho de seres humanos por robôs suscita uma preocupação global.

Nesse contexto, é preciso questionar-se: como os novos conceitos organizacionais caracterizados como Indústria 4.0 estão substituindo o trabalho humano? Tendo em vista que é um fator muito importante no que diz respeito ao mercado de trabalho e as novas tecnologias.

A globalização e o advento da tecnologia da informação transformaram drasticamente o modo como é feito as compras, fabricação e comercialização de

qualquer tipo de mercadoria, e com estes fenômenos a competitividade passou de regional a nacional, depois a internacional e agora a mundial. “Os fenômenos que ocorrem em qualquer parte do mundo passam a provocar influências em todas as demais partes com rapidez incrível” (CHIAVENATO, 2020, p.28).

Atualmente encontra-se um cenário onde a necessidade constante das empresas em reduzir custos, entregar produtos cada vez mais desenvolvidos e diversificados, auxiliado pela indústria 4.0 está reduzindo consideravelmente a necessidade do trabalho humano.

Os motivos que levam as substituições são muitos, a falta de capacitação, concorrentes bem qualificados e simplesmente a implantação de máquinas nas linhas de produção integram esse quadro. Portanto, o objetivo desta pesquisa é analisar como o aprimoramento das técnicas produtivas das empresas e organizações com a implementação da indústria 4.0 vem impactando no mercado de trabalho. Analisar a evolução da indústria 4.0 e a substituição do trabalho humano nas organizações.

Discorre-se sobre aspectos relacionados à história e origem da Indústria 4.0, os benefícios introduzidos em ambiente organizacional por meio dela além dos impactos sociais e econômicos causados pela automatização das tarefas. A metodologia utilizada para o estudo em questão acontece através de pesquisa bibliográfica e coleta e análise de dados além de possuir natureza básica reunindo estudos e fatos por meio de pesquisas em artigos, livros e informações necessárias para o desenvolvimento do projeto.

2 METODOLOGIA

Tendo em vista a adição de conhecimentos em relação à análise do presente estudo, a pesquisa desenvolvida possui caráter de natureza básica, reunindo estudos e fatos, tornando-os significativos a partir de sua organização e classificação para a construção de conhecimento científico (Gil, 2018).

Os fatos constituem a matéria-prima da construção do conhecimento científico. É mediante a observação dos fatos que ocorrem no mundo

real que os cientistas estabelecem generalizações e definem leis. Mas os fatos da ciência não são o produto de observações feitas ao acaso. Só se tornam significativos quando são organizados segundo princípios ou sistemas de classificação que, por sua vez, são proporcionados por teorias (GIL, 2018, p.4)

Segundo Creswell (2010) um projeto que tem como base a investigação e procura examinar uma questão relacionando-a aos indivíduos é denominado qualitativo, sendo assim, o presente projeto terá uma abordagem qualitativa dos fatos a partir dos quais serão estudados e analisados com fins científicos, auxiliando no embasamento do projeto.

[...]o investigador procura examinar uma questão relacionada à opressão dos indivíduos. São coletadas histórias sobre a opressão do indivíduo usando uma abordagem narrativa. Os indivíduos são entrevistados com uma certa profundidade para determinar como experimentaram a opressão pessoalmente. (CRESWELL, 2010, p.43).

Tendo em vista o presente cenário de pandemia referente à Covid-19, as técnicas utilizadas para a coleta de dados serão de forma fácil e simples, através de pesquisas feitas com a população dos Municípios de Vargem Alta-ES e Cachoeiro de Itapemirim-ES, durante os meses de setembro e outubro/2021, através de formulários on-line pela plataforma do Google *Forms*, que possibilita uma coleta de dados rápida e confiável. Tal pesquisa terá o objetivo de analisar e identificar a opinião do público acerca do tema “trabalho humano será totalmente substituído por máquinas?” Os dados foram coletados, analisados e discutidos no decorrer deste estudo.

As pesquisas que serão desenvolvidas têm natureza básica, com objetivos de pesquisa exploratória. O estudo e análise dos dados coletados servirão de embasamento científico para o projeto em referência, tendo como base a contribuição para a literatura da área evidenciada. Segundo Creswell (2010) se perguntar “como este projeto contribui para a literatura?” é um passo muito importante para poder descobrir um tópico que ainda não foi examinado. “Pondere como o estudo pode tratar um tópico que ainda não foi examinado, estender a discussão incorporando novos elementos ou replicar (ou repetir) um estudo em novas situações ou com novos participantes” (CRESWELL, 2010, p.50).

Quanto aos procedimentos, a pesquisa será de natureza bibliográfica, uma vez que contará com a seleção de livros, artigos e informações que são necessárias para o desenvolvimento do projeto.

3 REFERENCIAL TEORICO

3.1 Revoluções Industriais, Revolução Tecnológica

O processo de mudança e adaptação dos seres vivos decorrentes das modificações ocorridas no meio onde vivem é chamada de evolução, assim também ocorre nas indústrias e organizações, em todos seus âmbitos e setores. Grande parte dos produtos que são adquiridos e consumidos atualmente tem proveniência de indústrias, entretanto nem sempre foi assim, até meados do século XVIII a maioria dos produtos eram fabricados por artesãos e comercializados por eles, com isso surgiram na Inglaterra e França grandes oficinas chamadas de manufaturas, “Mesmo com uma fabricação artesanal, Inglaterra e França contavam grandes oficinas, nas quais diversos artesãos trabalhavam para o dono da oficina. Essas oficinas eram chamadas de manufaturas” (QUINTINO et al., 2019, p.11). Devido a proveniência artesanal os produtos eram entregues ao consumidor final com pouca padronização, baixíssima qualidade além de terem um volume muito pequeno de fabricação.

De acordo com Almeida (2019) com a crescente evolução das tecnologias e a integração de vários processos segundo o conceito da Indústria 4.0 os processos de produção de bens e serviços se tornaram cada vez mais inteligentes, “[...] capazes de detectar o surgimento de necessidades produtivas, de suprimentos e de matéria-prima, o que envolve a união de tecnologias físicas e digitais e a integração de todas as etapas do desenvolvimento de um produto[...]” (ALMEIDA, 2019, p.24).

Segundo Quintino et al. (2019) em meados de 1750 o surgimento de equipamentos mecanizados que auxiliavam em muitos processos mercantis ficou cada vez mais acentuado, principalmente pelo surgimento do tear a vapor, que poderia ser operado até mesmo por uma pessoa não qualificada. O

surgimento de tais equipamentos marcou o começo da chamada Primeira Revolução Industrial fazendo com que a mecanização desses processos auxiliasse na aceleração da produção.

A era da automação conhecida também como terceira revolução industrial, teve como seu marco principal a implantação de dispositivos computacionais no chão de fábrica como: sensores e controles eletrônicos que são “dispositivos capazes de gerenciar uma grande quantidade de variáveis de produção, permitindo a tomada de decisões de controle de dispositivos de maneira autônoma” (ALMEIDA, 2019, p.23), isso causou grande impacto com relação à qualidade dos produtos oferecidos e o aumento da produção. Esses fatos ocorreram no período de 1969 a 2010.

Como se pode ver, os intervalos vêm diminuindo, inaugurando uma nova era, ainda em transição, cujo maior protagonista é a Internet, que já está consolidada como um grande canal de comunicação convergente de todas as tecnologias, agora sendo colocado dentro da indústria com seus conceitos adaptados a máquinas e equipamentos (ALMEIDA, 2019, p.23)

3.2 INTERNET DAS COISAS

Talvez um melhor ponto de partida fosse perguntar: O que é a Internet? Esta é uma questão complexa com uma resposta bem definida que intriga pesquisadores e doutores da área a décadas. Comer (2016) explica que na década de 60 os primeiros indícios da internet foram redes criadas para conectar múltiplos usuários com um compartilhamento de dados rápido e on-line.

Algumas das primeiras redes foram projetadas quando os computadores eram grandes e caros e a motivação principal era compartilhar recursos. Por exemplo, redes foram projetadas para conectar múltiplos usuários, cada um com uma tela e um teclado, a um computador (COMER, 2016, p.17.)

Com o investimento drástico na área durante os anos de 1980 a 1990 por parte da Agência de Projetos de Pesquisa Avançada (ARPA, Advanced Research Projects Agency¹) do Departamento de Defesa dos EUA, e devido a grandes esforços de pesquisa a internet se tornou um sucesso comercial.

De repente, na virada do século atual, surgiram uma verdadeira explosão e intensa penetração digital na dinâmica das organizações e das pessoas com assistentes computacionais que transformaram a sociedade. Tudo começou com a internet como plataforma de comunicação, para expandir-se por todos os campos específicos de atividade (CHIAVENATO, 2020, p.11)

Embora seu conceito principal não tenha mudado muito até os dias de hoje, pode-se dizer que sua expansão está sendo gigantesca. “Em menos de 40 anos, a Internet passou de um protótipo de pesquisa que conectava um punhado de sites para um sistema global de comunicação que alcança todos os países do mundo. A taxa de crescimento tem sido fenomenal.” (COMER, 2016, p.18.)

A disseminação em massa da internet e seu alcance global permitem que usuários se comuniquem e troquem informações de maneira instantânea e com apenas alguns cliques. “Todos os dias, “coisas” se conectam a internet com capacidade para compartilhar, processar, armazenar e analisar um volume enorme de dados entre si” (MAGRANI, 2018, p.22). Em aspectos comerciais, nos permite também fazer compras e observar valores de produtos e serviços do outro lado do globo em tempo real, a Globalização proporcionada por esta grande rede de dados nos insere em um ambiente de novos conceitos.

A tecnologia trouxe desdobramentos completamente imprevistos e transformou o mundo em uma aldeia global. A informação passou a cruzar o planeta em milésimos de segundos. A tecnologia da informação (TI) provocou o surgimento da globalização da economia: a economia internacional transformou-se em economia mundial e global. (CHIAVENATO, 2020, p.10)

Segundo Almeida (2019) a Internet das Coisas (*Internet of Things – IoT*) consiste na conexão entre a rede de objetos físicos, ambientes, veículos e máquinas por meio de dispositivos eletrônicos permitindo a troca e coleta de informações. Esse conceito de IoT está relacionado a uma nova era da internet, chamada de web 3.0, local onde os novos pólos de conexão ocorrem interação entre objetos e pessoas e também com outros objetos; por isso a relação com a ideia de internet “das coisas” (MAGRANI, 2018).

Coisas, aqui, são dispositivos que têm, em alguma intensidade, capacidades de *computação, comunicação e controle* [...]. Se não tem sensores ou atuadores que lhe permitem características de controle, um objeto está no plano de computação e comunicação, é uma

máquina em rede; se não tem capacidade de comunicação, é um sistema de controle digital; se não tem capacidades computacionais, é o que antigamente se chamava (e ainda existem hoje) sistemas de telemetria. Coisas, aqui pra nós, têm as três características, e todas elas digitais. A gente até poderia dizer que coisas, no sentido de *internet das coisas*, são *objetos digitais completos* (MEIRA apud MAGRANI, 2018, p. 69, grifo do autor).

Em suma a Internet das Coisas é a comunicação entre as máquinas e a internet sendo uma rede de objetos físicos capazes de organizar e transmitir dados. “Espera-se, com a aplicação da IoT à Indústria 4.0, que um maior número de dispositivos seja acrescentado e conectado por intermédio de padrões tecnológicos, permitindo que dispositivos de campo se comuniquem e interajam uns com os outros [...]”. (ALMEIDA, 2019, p.27)

Cada vez mais as organizações de diversos setores administrativos estão usando a IoT, para operar com mais eficiência e entender melhor os clientes, oferecendo assim um serviço aprimorado, melhorando a tomada de decisões e alavancando o valor de seus negócios. Tais dispositivos fazem a maior parte do trabalho de coleta de dados sem a intervenção humana, embora ainda assim essa troca de informações seja essencial para configurá-los, fornecer instruções ou usar os dados coletados para uma tomada de decisão (NHS, 2019).

No Brasil existe um amplo mercado para este tipo de tecnologia, embora uma das maiores aplicabilidades seja no agronegócio, beneficiando agricultores e tornando seu trabalho muito mais fácil e prático, fornecendo dados sobre umidade, precipitação, temperatura e análise de solo além de outros fatores que auxiliam no aprimoramento das técnicas agrícolas incorporando a automação e a conectividade.

Segundo a Rocha (2021) de 2020 a 2021, a IoT deve gerar no Brasil uma receita superior a 3 bilhões de reais. “[...] o impacto econômico global da massificação das tecnologias IoT é estimado em até US\$ 11 trilhões, superando os efeitos de outras tecnologias como a robótica avançada, computação em nuvem e mesmo a Internet móvel.” (ROCHA, 2021)

Almeida (2019) explica que a análise e gestão de grandes quantidades de dados têm possibilitado a otimização de processos industriais, melhorando o consumo de energia e a qualidade de produção nas fábricas. Com tudo, é de suma importância que os dados que são coletados chamados também de *Big Data*, sejam analisados de maneira competente, para que possam transmitir de maneira correta tudo o que foi reunido em determinado período.

3.3 INDÚSTRIA 4.0

Tendo seu marco inicial na Alemanha em meados do ano de 2012 como um programa institucional, com o objetivo de aumentar a competitividade no mercado interno em relação aos países asiáticos, visava à modernização das indústrias.

À medida que esse movimento foi avançando, sistemas integrados de manufatura, que eram internamente integrados a sistemas da própria empresa, passaram a ser integrados em sistemas com armazenamento em nuvens de dados, em postos alocados no chão de fábrica, transmitindo informações sobre as condições de produção e comportamento dos sistemas das máquinas e integrando essas informações àquelas oriundas dos próprios clientes consumidores dos produtos. [...] “os estoques de matéria-prima e insumos foram reduzidos ao mínimo possível para a produção do que está vendido.” (ALMEIDA, 2019, p.23).

Como referenciado acima a internet das coisas é um pilar fundamental da indústria 4.0, segundo Quintino et al. (2019) existem outros oito conceitos tecnológicos fundamentais que são: Ciber segurança, Realidade aumentada, *Big Data*, Robótica Autônoma, Impressão 3D, Simulação, Integração de Sistemas e Computação em Nuvem. O surgimento de fábricas inteligentes que são capazes de vincular os processos produtivos, transmitindo informações de forma automática juntamente a produção não existe sem tais pilares. Este tipo de integração disponibilizou a produção em série de inúmeros produtos, inclusive com características inventadas pelos próprios clientes.

Os impactos gerados pela indústria 4.0 se evidenciam com a fusão dessas novas tecnologias no meio organizacional, a humanidade vem se adequando muito bem a esse novo embate, como por exemplo, o uso da internet e de celulares.

Entretanto novos conceitos que virão não sejam, Quintino explica que “Nesse sentido, pode-se citar a biologia sintética, que apresenta bebês projetados num futuro próximo essas mudanças irão criar diversas discussões espirituais e éticas” (QUINTINO et al.,2019, p.18).

Inovações tecnológicas, sendo produtos ou serviços, quando provocam uma ruptura de padrões já estabelecidos pelo mercado, são chamadas de tecnologias disruptivas ou inovações disruptivas. Nesse contexto, podemos citar o Uber, a maior empresa de táxis do mundo, que não possui sequer um veículo; o Facebook [...] (QUINTINO et al.,2019, p.18).

Os conceitos de indústria 4.0 estão sendo desenvolvidos em vários países, atualmente, tem se tornado uma “febre” universal. “Algumas empresas já operam com 100% de sua produção fabricada no modelo de Indústria 4.0 e contam com um pequeno número de profissionais altamente qualificados.” (ALMEIDA, 2019, p.23).

Como consequência desse desenvolvimento irrefreável das indústrias e organizações a mão de obra humana deve mudar drasticamente, fazendo com que os profissionais desta nova revolução se tornem cada vez mais multifuncionais e tenham conceitos e conhecimentos interdisciplinares em cada área de atuação.

3.4 SUBSTITUIÇÃO DO TRABALHO HUMANO POR MÁQUINAS

O capital humano nas organizações sempre foi de suma importância, com a explosão da era digital a sociedade e as organizações se tornaram muito mais modernas, com isso não basta apenas ter pessoas; com a migração dos setores que visavam o trabalho manual para o trabalho mental, há a necessidade de indivíduos cada vez capacitados a lidar com o mercado competitivo e exigente.

E o emprego começou a migrar intensamente do setor industrial para o setor de serviços, o trabalho manual substituído pelo trabalho mental, indicando o caminho para uma era da pós-industrialização fundamentada no conhecimento e no setor terciário. As pessoas – e seus conhecimentos e habilidades mentais – passaram a ser a principal base da nova organização [..]. As pessoas deixaram de ser simples recursos (humanos) organizacionais para serem abordadas como seres dotados de inteligência, conhecimentos, habilidades, [..]. A

cultura organizacional sofreu forte impacto do mundo exterior e passou a privilegiar a mudança e a inovação voltadas para o futuro e para o destino da organização. As mudanças passaram a ser rápidas, velozes, sem continuidade com o passado [...]. (CHIAVENATO, 2020, p.10)

Postos de trabalho como os de agente de viagem, telefonistas, operadores de telemarketing, caixas de supermercado e corretores de imóveis em sua grande maioria já foram substituídos por máquinas. “[...] também conhecida como *Internet of Services*, tem sua utilização nas arquiteturas de software orientadas aos serviços, ou seja, tem como finalidade integrar a oferta de serviços ao cliente, via internet, ao ambiente ciber-físico, agilizando o atendimento de suas necessidades.” (QUINTINO et al., 2019, p.72).

Sistemas capazes de receber ligações, realizar chamadas e encaminhá-las ao destinatário corretamente já são implantados em larga escala nas empresas, fazendo o trabalho em muito menos tempo do que humanos, em outros casos o cliente realiza o trabalho por conta própria, no caso dos supermercados há sistemas integrados que basta a pessoa sair do estabelecimento com a mercadoria e o valor é automaticamente descontado de sua conta.

Além das profissões mencionadas acima é possível citar várias outras que possivelmente serão extintas num futuro mais próximo do que se imagina, seja por falta de adequação do colaborador acerca das novas tendências, implantação efetiva de máquinas nas linhas de produção (bens ou serviços) ou simplesmente pelo fato de novos entrantes bem qualificados no mercado de trabalho. Com a chegada do *Uber*, e de outras Multinacionais no ramo de locomoção civil, por exemplo, os taxistas perceberam o quão difícil seria encarar uma concorrência tão forte, tendo que evoluir seus conceitos para conseguirem se manter no mercado.

O aumento do capital interno das empresas e indústrias tende a evolução constante com o avanço das tecnologias, segundo Chiavenato (2020) sistemas administrativos e de computação, estruturas internas, conceitos e modelos preenchem este campo organizacional.

Como mencionado acima, alguns trabalhos e profissões estão fardados a extinção, a evolução constante e desenfreada das indústrias inteligentes que são capazes de comunicar-se de maneira interna automaticamente via sistemas integrados de computação, ou até mesmo linhas de produção totalmente automatizadas com o objetivo de fazer o trabalho humano muito mais rápido e eficiente, estão realmente substituindo os seres humanos.

As mudanças e paradigmas que são enfrentadas atualmente são muitos, mesmo fora do âmbito organizacional. Adequação humana a estas novas tecnologias é eminente. É importante apontar que o futuro que se aguarda pode realmente parecer obscuro e incógnito, mas os benefícios que recebidos ao nos inserir nesses novos processos são vários. Quintino et al. (2019) explica que a melhora do uso do tempo, crescimento econômico, facilitação de novos negócios modelo fazem parte desses benéficos.

O impacto comercial global da vida conectada pode ser dividido em duas grandes categorias: oportunidades de receita e redução de custos com melhorias de serviços. Reduções de custos e melhorias nos serviços estão relacionadas a benefícios menos diretos, mas tangíveis para organizações, governos e consumidores por meio da evolução tecnológica (QUINTINO et al., 2019, p.50)

A multifuncionalidade e capacitação adequada para cada ramo nunca se mostrou tão importante, podendo apresentar que colaboradores com uma boa capacitação e preparados para mudanças organizacionais sempre terão seu lugar, as tecnologias estão substituindo os seres humanos de maneira radical. “Mas as organizações são compostas de pessoas e estas precisam engajar-se em organizações para alcançar os seus objetivos, nem sempre este casamento é fácil. Se as organizações são diferentes entre si, o mesmo ocorre com as pessoas.” (CHIAVENATO, 2020, p.40).A comunicação entre as pessoas sempre existiu, mas profissionais que sabem se comunicar com as novas tendências ainda são fundamentais no mercado de trabalho.

Com tudo, lembre-se que com argumentos mencionados acima não se deve cogitar em desistir de trabalhar com o que você gosta. Para não se distrair de

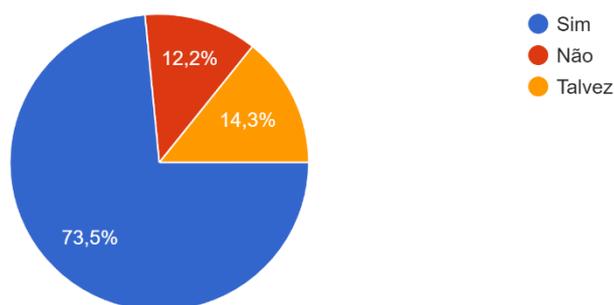
seu espaço, o ideal é que busque sempre ampliar seus conhecimentos e claro demonstrar um diferencial.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Gráfico 1 – Evolução Tecnológica

Você sabe o que é revolução tecnológica?

49 respostas



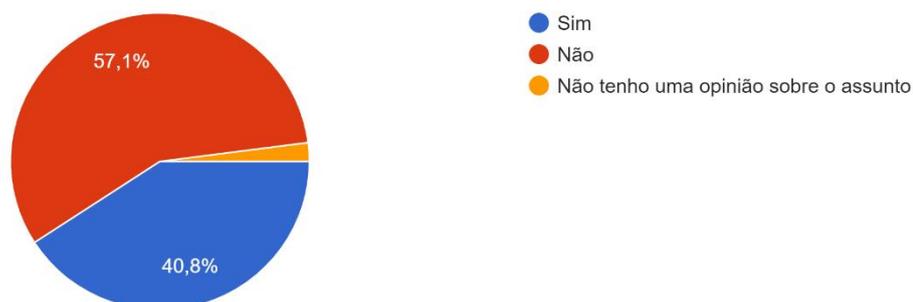
Fonte: Pesquisa dos autores

A evolução em aspectos tecnológicos de tais conceitos está afetando de forma considerável as pessoas em seu meio social e econômico. Atualmente em decorrência da automação dos processos industriais visando à maior produtividade, qualidade dos produtos e a redução de custos, vê-se a propensão da integração de máquinas nas linhas de produção do ambiente fabril. Entretanto quando indagados sobre o conceito de indústria 4.0, 57,1 % dos entrevistados não souberam responder.

Gráfico 2 – Indústria 4.0

Você sabe o que é Indústria 4.0 ?

49 respostas



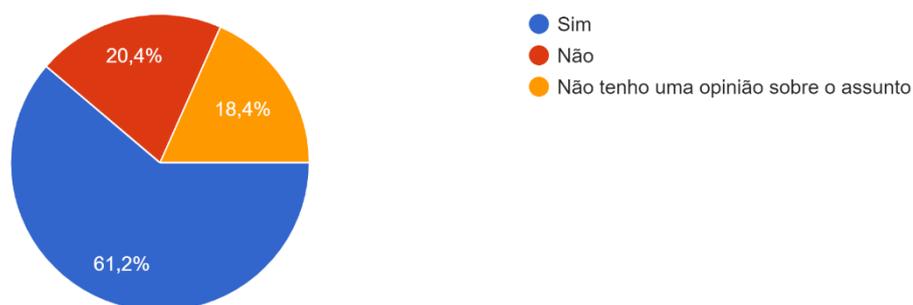
Fonte: Pesquisa dos autores

Tendo em vista que uma vez inseridas em âmbito organizacional tais tecnologias tendem a excluir o trabalho humano em vários cargos e funções. “Desde o advento, e da posterior adoção em massa, da internet, as máquinas vêm aprendendo e, agora, sendo aplicadas às indústrias, estão levando a uma substituição do conhecimento humano por sistemas inteligentes e automatizados” (QUINTINO et al., 2019 p. 98).

Gráfico 3 – Revolução Tecnológica X Trabalho Humano X Organizações

Você acha que a revolução tecnológica está contribuindo para a substituição do trabalho humano nas organizações?

49 respostas



Fonte: Pesquisa dos autores

Segundo Almeida (2019) os trabalhadores que não aceitaram ou não se adequaram, em termos técnicos e práticos as novas tecnologias, perderam seus postos de trabalho ou foram retirados da empresa. De fato, isso não é novidade na atualidade, corriqueiramente pode-se observar que indivíduos perdem seus empregos tanto pela falta de capacidade pessoal quanto pela concorrência de mercado com entrantes muito bem qualificados e capacitados. É importante apontar que a automação das indústrias também custou à saída permanente de muitos colaboradores, com equipamentos fazendo o trabalho que antes exigia mão de obra humana.

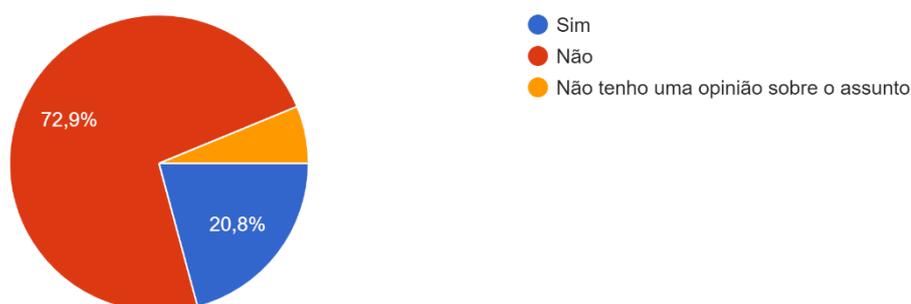
Neste contexto “muitas indústrias que adotam o modelo de Indústria 4.0 implementam produção automatizada, com robôs industriais autônomos, os quais, certamente, ocupam o lugar de um operador humano” (ALMEIDA, 2019, p.19). Entretanto será preciso instruir as pessoas para que possam executar atividades que ainda não existem, pois com a implementação de tais tecnologias, serão criados cargos por meio de inovações no ambiente tecnológico.

Com tudo é de suma importância apresentar que os colaboradores bem capacitados e preparados para os novos desafios tecnológicos sempre terão seu lugar nas empresas e organizações, como aponta a entrevista mais de 70% dos participantes estão convictos de que o trabalho humano não será totalmente substituído por máquinas.

Gráfico 4 – Revolução Tecnológica X Trabalho Humano

Na sua opinião, o trabalho humano será totalmente substituído por máquinas?

48 respostas



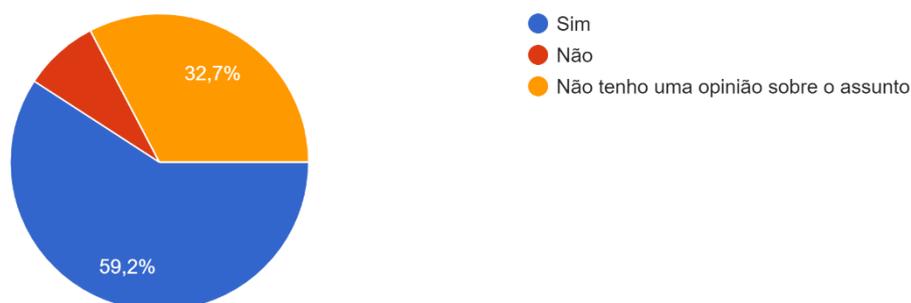
Fonte: Pesquisa dos autores

Segundo Ferreira et al. (2020) a expressão quarta revolução industrial passa a impressão de que as mudanças são somente nos setores das fábricas, mas na verdade essas evoluções vão muito além disso, em comércios, serviços de finanças, afetando também relações culturais e sociais, e mesmo com a evolução ocorrendo diariamente ao nosso redor, boa parte do governo e das entidades organizacionais do país parece não ter informações e conhecimento sobre as transformações.

Gráfico 5 – Internet das Coisas

É correto afirmar que, um dispositivo que mede a temperatura ambiente interna de um escritório e envia essa informação pela internet se caracteriza como um exemplo de internet das coisas?

49 respostas



Fonte: Pesquisa dos autores

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Devido à grande lucratividade para as empresas em relação à implementação da automação das linhas de produção, torna-se cada vez mais evidente que esta modalidade de indústria inteligente tende ao crescimento exponencial. De fato, a área fabril sofreu muitas transformações produtivas no parâmetro tecnológico e o motor que movimenta todas essas mudanças são chamadas de tecnologia. Pode-se dizer que atualmente nenhum negócio consegue prosperar sem algum tipo de sistema de computação; outras partes das empresas e organizações também passaram por essa mudança, com a disseminação e avanço constante de sistemas informatizados. A área comercial, por exemplo, diante de um mercado cada vez mais atento às mudanças, apresenta clientes gradativamente mais exigentes quanto à qualidade do produto até as experiências vivenciadas com a comercialização.

Temas que envolvem tecnologias e as áreas onde são especificamente adotadas nas organizações se mostram cada vez mais estudados atualmente, pois trazem consigo vários paradigmas como: integração de sistemas automatizados nas linhas produtivas de bens e serviços além da substituição da mão de obra humana nesses processos. Nota-se constantemente o avanço

incessante da tecnologia com novas tendências, criando conceitos e inovando os já existentes, influenciando o destino da sociedade e organizações.

A inserção das novas tecnologias nas organizações eliminou a maior parte do trabalho que antes era realizado por seres humanos, o intuito de introduzir tal conceito é de produção com mais qualidade, em menor tempo e com melhor custo-benefício para as empresas, porém não é possível substituir totalmente o trabalho humano, as máquinas estão cada dia mais modernas, entretanto a humanidade ainda tem sua função a ser desempenhada, com a programação, análise e aprimoramento de tais sistemas.

Os avanços tecnológicos surgiram e tem se desenvolvido com muita facilidade em nosso meio, aparelhos celulares, eletrodomésticos orientados por comando de voz, cartões de crédito que funcionam por aproximação entre outros. Porém mesmo utilizando tais tecnologias sente-se a falta conhecimento por parte da população sobre a importância de tais elementos atualmente e como podem ser usadas como ferramentas para auxiliar em tarefas do cotidiano. Sugere-se então que, estudos sejam feitos sobre a importância de introduzir tecnologia de informações em escolas, para conscientizar sobre a importância de usar as ferramentas tecnológicas de forma correta.

Com tudo, lembre-se que com argumentos mencionados acima não se deve cogitar em desistir de trabalhar com o que gosta.

6 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Paulo Samuel de. **Indústria 4.0**: princípios básicos, aplicabilidade e implementação na área industrial. São Paulo: Atlas, 2019.

CHIAVENATO, Idalberto, **Recursos humanos**: o capital humano das organizações. São Paulo: Atlas, 2020.

COMER, Douglas E. **Redes de computadores e internet**. Tradução: José Valdeni de Lima, Valter Roesler. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2016.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e Misto. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

FERREIRA, Adriana Nunes; MACHADO, Anaely; BEVILAQUA, Camila; GORAYEB, Daniela; KAUFMAN, Dora; SILVEIRA, Fabio; BIASOTO, Geraldo; AFONSO, José Roberto; GARCIA-PARPET, Marie France; SILVA, Paulo Henrique da; ABREU, Thiago Felipe Ramos de. **Trabalho 4.0**. São Paulo: Atlas, 2020.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2018

MAGRANI, E. **A internet das coisas**. Rio de Janeiro: FVG, 2018.

NHS. Os desafios da internet das coisas (IOT). 11 de março de 2019. Disponível em: <https://www.nhs.com.br/os-desafios-da-internet-das-coisas-iot/>. Acesso em 15 out. 2021.

QUINTINO, Luiz Fernando.; SILVEIRA, Aline Morais.; AGUIAR, Fernanda Rocha.; RUWER, Leia Maria Erlich; QUADROS, Marcelo Luiz de. **Indústria 4.0**. Porto Alegre: Artmed, 2019.

ROCHA, Marcus Vinicius: **BNDES Seleciona Gestor Para Fundo De R\$ 160 Milhões Para Iot, 2020**. Disponível em: <https://abinc.org.br/?s=BNDES+SELECIONA+GESTOR+PARA+FUNDO+DE+R%24+160+MILH%C3%95ES+PARA+IOT+>. Acesso em: 19 mai. 2021.

CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO DA POPULAÇÃO DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19: DEMANDAS E SAÚDE MENTAL

Alba Valéria Ferreira Barbosa¹
Caio Cezar Turini Rossetto²
Maitê Imaculada Cremasco de Gouveia³
Thiago Pereira Machado⁴
Néia Gava Rocha⁵

RESUMO

Buscou-se compreender a experiência da população brasileira ao passar pela pandemia do novo Coronavírus (Covid-19), a partir de pesquisa e leitura de publicações sobre o tema. Os dados foram levantados entre março e novembro de 2021 por intermédio de artigos científicos disponibilizados no Google Acadêmico e no Scielo, sites governamentais e institucionais e livros impressos e digitalizados, considerando os principais elementos significativos desses últimos dois anos (2020 e 2021). Pôde-se observar: o crescente medo pela incerteza do futuro diante de um vírus tão forte, e de disseminação rápida; ansiedade/angústia gerada pelo isolamento social e pela quarentena; problemas socioeconômicos em nível nacional; exposição da precariedade e fragmentação do Sistema Único de Saúde. Ao analisar os dados entende-se que pensar em saúde (física ou mental) nunca foi tão imperativo, haja vista que, a população já sofria ao buscar ajuda nesses serviços dadas as suas limitações. O resultado encontrado indica que situação de saúde física e mental da população ficou ainda mais complexa durante a pandemia e tende a piorar após esse período.

Palavras-chave: pandemia; covid-19; saúde mental; psicologia.

INTRODUÇÃO

¹Psicóloga. Pós-graduanda em Psicanálise e Psicologia Clínica – FAMART – MG. Graduada em Medicina Tradicional Chinesa – INCISA/IMAN – MG.

²Psicólogo do Programa de Residência Multiprofissional no eixo Intensivo/Urgência e Emergência – Hospital Evangélico de Cachoeiro de Itapemirim – ES.

³Psicóloga. Técnica em Recursos Humanos. Pós-graduanda em Psicanálise e Psicologia Clínica – FAMART – MG.

⁴Psicólogo. Mestre em Psicologia Institucional – PPGPSI/UFES. Professor Multivix Cachoeiro de Itapemirim – ES. ⁵ Especialização em Letras: Português e Literatura – FIJ-Faculdades Integradas de Jacarepaguá. Tutora a Distância do Instituto Federal do Espírito Santo-IFES.

O Sistema Único de Saúde (SUS) promulgado pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, complementada a posteriori pela Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, nas suas diretrizes e princípios constantes no Art. 7º, separados por alguns teóricos como doutrinários e organizativos para facilitar a compreensão, por intermédio dos três níveis de saúde (básica, de média e de alta complexidade), fez com que a saúde mental e física do brasileiro entrasse para o radar das prioridades e ficasse em evidência frente à pandemia do novo Coronavírus (SARS-Cov2).

O Brasil e muitos outros países implementaram intervenções com a finalidade de reduzir a transmissão do vírus e desacelerar a evolução rápida. Tais medidas intervencionistas visavam precipuamente o distanciamento/isolamento social com medida de controle da disseminação do contágio.

Para garantir a efetividade destas medidas de saúde pública, foram gerados programas de apoio às situações de vulnerabilidades e tentativas de proteção dos assalariados.

Para tanto, o governo brasileiro desenvolveu o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (PORTAL DO GOVERNO BRASILEIRO, 2021), pretendendo a garantia de sobrevivência dos indivíduos e famílias enquanto durar a situação de restrições das desigualdades sociais e regionais frente à pandemia.

Ao tratar sobre desigualdades sociais durante a pandemia, manifestam-se principalmente nos grandes centros urbanos duas situações-problemas graves, que dificultam o combate à doença nas comunidades brasileiras: a ausência de saneamento básico adequado e a alta densidade de seres humanos por metro quadrado.

Sabe-se que parte dessa desigualdade pode se dar por meio da situação político-social inquietante que a Covid-19 trouxe à luz, sendo: crescimento econômico abaixo do que poderia se considerar ideal (taxa média de crescimento de 1% nos últimos três anos) e altos percentuais de desemprego

(13,9%, em 2020) de acordo com as informações disponibilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021), gerando, assim, contas públicas fragilizadas e famílias endividadadas. Sendo assim, a medida adotada (Auxílio Emergencial) ¹² pretendeu amenizar a situação de pessoas de baixa renda. Contudo, de acordo com os dados supracitados, não tem sido suficiente para suprir as necessidades básicas da população que vive às margens da sociedade.

Este artigo visa elucidar a respeito da saúde mental e física da população durante o período pandêmico, bem como este contexto pode influenciar na dinâmica intra e interpessoal, na saúde pública, na economia em âmbito nacional, trazer informação sobre o trabalho do profissional psicólogo, que, por sua vez, é orientado pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), bem como propor possibilidades que sejam fomentadoras de pesquisas porvindouras.

OBJETIVO

Este trabalho tem como guisa refletir sobre as possibilidades interventivas na saúde mental, possibilitando reflexões de relevância para a busca do bem-estar mental e psicossocial do paciente acometido pela Covid-19.

Demonstrar o aprimoramento para o atendimento em saúde mental, seus métodos e a atuação do psicólogo. Analisar novas formas de acolhimento e assistência à população, com intervenções que trabalhem diretamente a ansiedade, o medo, a perda e também a melhoria da assistência para rede de apoio.

METODOLOGIA

² De acordo com o Ministério da Cidadania (2021) o Auxílio Emergencial “é um benefício para garantir uma renda mínima aos brasileiros em situação mais vulnerável durante a pandemia do Covid-19 (novo coronavírus)”. Este auxílio variou inicialmente entre R\$ 600,00 reais e R\$ 1.200,00 reais, após algum tempo abaixou para 300,00 e atualmente varia entre R\$ 150,00 até R\$375,00 reais.

Este trabalho foi elaborado a partir de pesquisa de natureza básica teórico/reflexiva, tendo como base a leitura de artigos, jornais, revistas, protocolos institucionais, manuais de diagnósticos estatísticos. O conteúdo basilar foi pensado numa leitura crítica e reflexiva sobre os temas relativos à pandemia de Covid-19, tendo como objetivo adquirir novos conhecimentos que contribuirão para o tema, mesmo sem uma aplicação específica (FONTELLES et al., 2009).

O presente texto tem como natureza dialética indutiva adquirir conhecimentos sobre abordagem indireta em uma perspectiva qualitativa que objetiva a coleta e a apresentação de informações contributivas, destacando significados que não são considerados mensuráveis (NEVES, 1996) e fundamentando-se na descrição e análise de constructos com bases bibliográficas que visam possibilitar o entendimento e a compreensão análoga à observância.

Fenômenos e fatos a respeito da pandemia de Covid-19 foram registrados para que, no futuro, com a observância destes conteúdos, a problemática de hoje possa ser pontuada para o alcance de seu objetivo em termos de pesquisa e avanço técnico-científico. Os dados e o desenvolvimento foram levantados entre março e novembro de 2021 por intermédio de artigos científicos disponibilizados no Google Acadêmico e no Scielo, sites governamentais e institucionais e livros impressos e digitalizados. Para tanto, foram visitadas 93 bibliografias, das quais 63 foram selecionadas, e o grupo decidiu trabalhar com 36 delas, publicadas até este período.

REFERENCIAL TEÓRICO

Ao buscar o entendimento ou conceito sobre o termo “pandemia”, uma publicação no sítio eletrônico da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) emite a informação de que a Organização Mundial da Saúde (OMS) classifica como “é a disseminação mundial de uma nova doença e o termo passa a ser usado quando uma epidemia, surto que afeta uma região, se espalha por diferentes continentes com transmissão sustentada de pessoa para pessoa” (SCHUELER, 2021).

O ser humano já enfrentou grandes conflitos mundiais no que diz respeito a pandemias. A exemplo, em 1918 quando a Gripe Espanhola entrou para a história de grandes catástrofes pandêmicas por infectar, aproximadamente, 500 milhões de pessoas (SCHUELER, 2021b). Na década de 80 surge a Síndrome de Imunodeficiência Adquirida (AIDS) nos Estados Unidos da América (GLÓRIA; SOUZA, 2020), e, em 2009, surge a H1N1 (Influenza A subtipo H1N1) no México, popularmente conhecida como gripe suína. Sua transmissão ocorre por gotículas salivares. O mesmo acontece com a Covid-19. Estas epidemias trouxeram implicações sociais e econômicas impactantes para diversos países. A OMS, junto com os governos mundiais, traçou estratégias e ações com aplicações de medidas rápidas, que trariam ajuda à população mundial frente a riscos iminentes à saúde em nível global (SCHUELER, 2021).

Em 2019, na cidade de Wuhan, na China, uma grave síndrome respiratória aguda denominada de SARS-CoV-2 (Covid-19) foi detectada, e estava associada ao Coronavírus, exponencialmente matando milhares de pessoas no país, e com muita rapidez atinge outros países (OLIVEIRA, 2020).

Em março de 2020, a pandemia atinge o Brasil, na cidade de São Paulo. Ações governamentais começaram a ser postas em prática para o enfrentamento da pandemia, que chega com proporções arrasadoras de contaminação e morte. Estratégias econômicas e sociais para a segurança da população começam a fazer parte da rotina de vida do brasileiro, com o uso de máscaras, álcool em gel e distanciamento social (VICK, 2020).

Neste mesmo mês, todos estados do país começaram a decretar quarentena para os serviços considerados não essenciais (comércio varejista, universidades, escolas públicas e particulares, academias, dentre outros), internamento para os casos graves, medidas de higienização das mãos, uso de álcool em gel e máscaras, fechamento de escolas, universidades, proibição de eventos, assim como a entrada de estrangeiros em território nacional por recomendação técnica da ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 2020).

O VÍRUS

Sobre a Covid-19, no que tange a transmissão do vírus, está se dá fundamentalmente por meio de gotículas contaminadas da secreção bucal e nasal de acordo com a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS, 2020) e da OMS (2020), e sua disseminação pode agravar-se dentro de 72 horas, sendo variável entre leve, moderada ou grave. De acordo com informações do Centro de Pesquisa em Ciência, Tecnologia e Sociedade do Ipea, pesquisadores têm sido desafiados a buscarem técnicas científicas para vencer ou atenuar a força de virulência da Covid-19. Esta busca envolve vários países participantes na tentativa de encontrar uma solução para que sejam produzidas medicações que tenham repostas eficazes (NEGRI et al., 2021).

A NOÇÃO DE CRISE NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19

André Faro et al., (2020) analisou como se apresenta uma crise em tempos de pandemia e como ela pode configurar-se em sua evolução na saúde pública do brasileiro, dividindo-a em estágios ou etapas, sendo eles: Pré-Crise, que é a fase em que todas as informações são passadas para a população, assim como ações por parte da saúde pública com o começo da divulgação em relação às formas de contágio e também são passadas as principais informações quanto à existência do problema e às formas de contágio, sua transmissão, desenvolvimento e sintomas da doença, e, não obstante, suas possíveis consequências. E este período, também conhecido como fase aguda, é o momento da instalação da doença, a constatação da gravidade do adoecimento e a consciência do contágio; Intracrise é o período ou a fase aguda, este é o momento no qual o problema de saúde é instalado. Tem-se a constatação da gravidade e da vulnerabilidade quanto ao adoecimento da população, e o entendimento do grande risco de contágio. Neste momento, já se pode apreciar a alta quantidade de casos suspeitos e confirmados, o que sobrecarrega o sistema de saúde que pode levar ao colapso da assistência à saúde e agravar o cenário da pandemia; Pós-Crise é compreendida pelos autores como sendo a fase de reconstrução social. Com a descida no número de novos casos da doença e também com a diminuição da transmissão por contaminados, pôde-se

reduzir também a quarentena, que, neste momento, fica restrita praticamente aos hospitalizados, o que caracteriza o início do controle da pandemia. E, sendo assim, o recomeço das atividades laborais com modelos híbridos, abertura de escolas no mesmo modelo, assim como o retorno gradual e fracionado das instituições e do comércio às suas atividades. E, com estas medidas, cai o nível de exigência de proteção contra o contágio (FARO, 2020).

Na mesma oportunidade, os autores analisaram as consequências e os impactos sobre esta mesma população, os desfechos favoráveis como planejamento, avaliação de riscos baseados na consulta às orientações técnicas fornecidas pela OMS, à organização de recursos financeiros e insumos, sendo desfavoráveis o otimismo irrealista e emoções negativas, e também a influência midiática em torno da pandemia de acordo com Faro ao citar Brooks et al., (2020). Neste contexto, foi necessário implementar estratégias de controle que alertassem a população sobre todos os riscos aos quais estariam expostos. Seria necessário, portanto, que as informações que confundissem a população fossem reduzidas, principalmente as informações geradoras de sintomas relacionados à ansiedade e ao estresse. Portanto, a avaliação nos momentos de maior intensidade trouxe uma grande colaboração para o entendimento de como uma crise poderia gerar fatores estressantes relativos à situação-problema e explicar à população brasileira em geral, visando uma atuação de modo preventivo para que este tempo fosse mitigado e o menos nocivo possível à saúde mental.

O ACOLHIMENTO DURANTE A COVID-19

O psicanalista Francisco Nogueira (2020), em seu artigo para a revista *Veja Saúde*, relata que na sociedade começam a existir traços de ansiedade, surpresa, impotência e, com a incerteza do que pode acontecer no futuro, descreve um aumento de pensamentos disfuncionais desta mesma população, apontando prejuízos para a saúde mental. Após algum tempo de isolamento social, em sua observação, o desenvolvimento da angústia, em alguns casos, motivada pela convivência intensa, a convivência doméstica apresenta uma tensão. E é neste contexto que surgem os conflitos e, potencialmente, as agressões físicas, verbais, psicológicas, dentre outras.

Nogueira (2020) apresenta relatos indicando que a convivência difícil pode gerar a depressão em um prazo mais longo, assim como o pânico e também raiva. Neste cenário, o uso de substâncias como o álcool e outras drogas (lícitas ou ilícitas) acarretam uma inabilidade emocional, possibilitando pensamentos suicidas.

O DISTANCIAMENTO SOCIAL E SUAS CONSEQUÊNCIAS

Para Jonas Valente (2020), o isolamento de pacientes no cumprimento da quarentena, procedimento adotado mundialmente para evitar o contágio, resulta em perturbações de ordem psíquica. Essas perturbações podem acarretar fadiga mental e, até mesmo, a depressão, provocando ainda mais insegurança e diminuindo a mobilidade relacional:

O isolamento é definido como a ação que “objetiva a separação de pessoas sintomáticas ou assintomáticas, em investigação clínica e laboratorial, de maneira a evitar a propagação da infecção e transmissão local”. Ela só pode ser definida por prescrição médica. (VALENTE, 2020).

Já a quarentena tem como objetivo garantir a manutenção dos serviços de saúde em local certo e determinado (Art. 4º da Lei nº 13.979, de 2020), ainda de acordo com o parágrafo 4º deste artigo, “a medida de quarentena não poderá ser determinada ou mantida após o encerramento da Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional” (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 2020, p. 185).

Desde que surgiu a pandemia de Covid-19, muitas formas de estigmatização e discriminação foram aludidas às pessoas que possuíam o vírus, ataques as profissionais de saúde, abusos verbais e físicos. E as pessoas que se recuperaram da Covid-19 continuam sendo vítimas de ataques e enfrentam a discriminação. O Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (UNAIDS, 2020) lançou um relatório chamado “Direito em uma pandemia” que destaca os “abusos em relação aos direitos humanos que ocorreram no início da resposta à Covid-19”. Neste relatório, consta o esforço para aceleração de uma

meta zero para a Covid-19, assim como para o HIV, compromisso firmado entre os Estados-Membros das Nações Unidas em 2016.

Ainda de acordo com informações do sítio eletrônico da UNAIDS (2020), indivíduos que sofreram com ações estigmatizantes e discriminativas têm grande possibilidade de não aderência aos serviços de saúde e também não mostram interesse na realização do teste para Covid-19, subnotificando, assim, o contexto da pandemia:

“Na sequência do medo e da incerteza que surgem durante uma pandemia, manifestam-se rapidamente o estigma e a discriminação”, disse Winnie Byanyima, diretora-executiva do UNAIDS. “O estigma e a discriminação são contraproducentes. Expõe as pessoas à violência, assédio e isolamento impedem que as pessoas tenham acesso aos serviços de saúde e impede que as medidas de saúde pública controlem eficazmente as pandemias’ (UNAIDS, 2020).

Esforços têm sido realizados pelo secretariado da UNAIDS, com o objetivo de eliminar o estigma e a discriminação em relação às pessoas que tiveram ou que ainda sofrem com Coronavírus, principalmente quando são obrigadas a revelar seu estado sorológico. É necessário, e deve fazer parte o esforço mundial frente à pandemia, a desestigmatização dos contaminados. Faz-se necessário, ainda, que exista uma especial atenção para garantir que as populações vulneráveis sejam protegidas nesta pandemia. (UNAIDS, 2020).

DISCUSSÃO

O SOFRIMENTO PSICOLÓGICO

Entender como se apresenta uma crise e sua evolução é importante para preparar profissionais de saúde e a população em geral. A pandemia de Coronavírus trouxe grandes impactos à saúde mental da população mundial devido a mudanças repentinas em suas rotinas e nas relações familiares e sociais, a saber, o distanciamento, a quarentena e suas perspectivas (BEATRIZ; SCHMIDT et al., 2020).

Dentro do propósito destes serviços encontra-se a Intervenção em Crise Psicológica (ICP), com o propósito de minimizar os danos psicológicos e prover

assistência, cuidado e controle da epidemia por redução ao estresse e trauma (KADRI; CUNHA, 2020). Contudo, a história recente da emergência ocasionada por um surto epidêmico trouxe um grande desafio para psicólogos, bem como para profissionais de saúde. Neste contexto, o CFP elucida a forma de atuação ética do profissional diante da pandemia ao publicar uma normativa suspendendo, de forma excepcional e temporária, algumas orientações da **Resolução CFP nº 11/2018**, que regulamenta e traz diretrizes à prestação de serviços psicológicos de forma on-line, flexibilizando esta forma de atendimento e, assim, evitando a descontinuidade da assistência à população (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2020).

O MEDO

A pandemia pode ser descrita como uma dessas crises planetárias, a qual tem se caracterizado como um dos maiores problemas de saúde pública internacional das últimas décadas, tendo atingido praticamente todo o planeta de acordo com World Health Organization (W.H.O, 2020). Um evento como esse, a pandemia, ocasiona perturbações psicológicas e sociais que afetam a capacidade de enfrentamento de situações angustiantes com variados níveis de intensidade e propagação (MINISTÉRIO DA SAÚDE DO BRASIL, 2020).

De modo precípua, esta situação causou pânico e abalos em toda a população brasileira, haja vista que os hospitais se encontravam despreparados para atendimento de tantas pessoas ao mesmo tempo, gerando medo e instalando insegurança (TRINO et al., 2013). Nesse cenário, o medo se intensifica, o nível de ansiedade em pessoas que antes da pandemia apresentavam-se aparentemente saudáveis aumenta substancialmente e os transtornos mentais que se desenvolveram tornam-se intensos ao ponto de o CFP traçar normativas para os atendimentos (CFP, 2021).

Sobre o medo, o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-V) diz que “Medo é a resposta emocional à ameaça iminente real ou percebida, enquanto ansiedade é a antecipação de ameaça futura” (2014, p.189). Nestas situações, o medo se mostra constante, por pensamentos de perigo contínuo,

associado a mudanças físicas no corpo, como tensão muscular e estado de vigilância (BRENTINI et al., 2018).

Adicionalmente, em 31 de março de 2020, foi publicada a Portaria nº 639, do Ministério da Saúde, que trata a respeito da ação estratégica "O Brasil Conta Comigo - Profissionais da Saúde", esta ação visa "à capacitação e ao cadastramento de profissionais da área de saúde, para o enfrentamento à pandemia do Corona vírus (COVID-19)".(art. 7º da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020),e estudos tem sugerido que o medo de ser infectado por um vírus potencialmente fatal, e de acelerada disseminação, cuja procedência ainda é pouco conhecida, acaba por afetar o bem-estar psicológico de muitas pessoas (SCHMIDT et al., 2020, p. 03).

Em alguns países há relatos sobre pessoas com sintomas de depressão, de ansiedade e estresse frente à situação pandêmica (WANG et al., 2020, p. 03) e, também de um modo contundente, em profissionais da saúde (ZHANG et al., 2020, p. 03). Relatos de casos de suicídio foram ligados às implicações psicológicas pela Covid-19, e também já foram reportados em alguns países, como Coréia do Sul (JUNG & JUN, 2020) e Índia (GOYAL, CHAUHAN, CHIKARA, GUPTA, & SINGH, 2020). As implicações psicológicas que estão diretamente relacionadas à Covid-19, as medidas para contenção da pandemia irão consistir em fatores de risco à saúde mental do cidadão. Efeitos negativos de medidas como a quarentena, as discriminações já citadas acima, confusão mental após exposição a medidas de tratamento mais agressivas como internamento com intubação, a escassez de suprimentos e as perdas financeiras também trazem prejuízos ao bem-estar psicológico (SHOJAEI & MASOUMI, 2020). Nesta situação, ainda se observam aumento estigmatizante e discriminações contra alguns grupos, como os chineses, por ser a população que primeiramente foi afetada pela coronavírus (SHIMIZU, 2020), assim também como idosos, pois é nessa faixa etária que ocorre o maior número de óbitos em consequência à idade (SCHMIDT et.al., p. 04. 2020).

O CONFINAMENTO

De acordo com Renata Bento, *Jornal do Brasil*, 2021, a situação de confinamento:

Revela uma série de sentimentos diversos, contraditórios e ambivalentes. Lidar com esses sentimentos, raiva e medo, exige um

trabalho intenso de humildade e de elaboração psíquica (BENTO, 2021, p. 01).

Segundo a autora, a constatação de que não se tem controle sobre a vida nos coloca de frente com o desamparo humano:

Não somos onipotentes, somos humanos, portanto, temos medos, nos fragilizamos, ficamos tristes, choramos e quando conseguimos seguir em frente é porque encontramos uma forma de lidar com as próprias fragilidades. (BENTO, 2021, p. 01).

A autora faz menção e lembra que o confinamento é físico e não afetivo. A experiência de viver uma escuta durante a pandemia evidencia o agravamento dos transtornos psicológicos (do estresse, depressão e da ansiedade), as quais não estão configuradas somente nos adultos, mas também em crianças e também na população jovem.

A dureza de ter que lidar com os lutos diários, seja de uma forma concreta da morte de um familiar, ou algo onde se colocou grande expectativa e não pôde concretizar e/ou precisou ser adiado, tem se tornado rotina na vida de todos os que estão vivendo esta situação de pandemia.

Fazer a diferença entre desesperança e a depressão e também o esmorecimento tem sido um trabalho árduo e constante. A insatisfação é um sentimento e tende a passar já a depressão é uma doença, uma forma de tristeza tão profunda que não passa com facilidade, que incapacita e que necessita de acompanhamento médico e psicológico. Renata Bento (2021, p.01) alude que, ao chegarem às vacinas, pôde-se perceber um sentimento de esperança surgir na população. No entanto, segundo ela, não existe vacina para a saúde mental. Portanto:

A busca por tratamento psicológico tem aumentado exponencialmente e tem ajudado muitas pessoas a manterem um estado emocional mais equilibrado para não serem totalmente “contaminadas” pelo “vírus” do desequilíbrio emocional (BENTO, 2021, p. 01).

O LUTO

Segundo os autores Giovanni Gurgel Acioli e Daniela Carvalho Bergamo (2021), nas famílias que passaram pela experiência do luto (por terem perdido entes

queridos) podem ser percebidos sentimentos como solidão, assim como o sentimento de vazio, a tristeza e as lembranças doloridas. A necessidade de receber conforto, acolhimento e apoio, na busca de compreender esta perda e encontrar forças para enfrentar novamente a vida, trouxeram experiências frente às dificuldades e necessidades que atravessam o luto, mesmo praticamente frente às mortes previsíveis, e mesmo quando o processo de luto é considerado normal, não significa que não existam sofrimentos ou necessidade de adaptação a uma nova estrutura para esta família:

O luto é vivenciado de maneira singular; não existe um padrão de reação; há variações em intensidade e duração. Por isto, é necessário não interpretar como patológicas, reações que são naturais. Para que o apoio ao indivíduo enlutado possa ser efetivo e para que equívocos sejam evitados, é necessário considerar as culturas, as crenças, os contextos e as dinâmicas dos relacionamentos familiares, bem como identificar fatores que possam **prejudicar o enfrentamento do luto, como a não manifestação dos** sentimentos, o adiamento do processo ou a negação da perda (ACIOLE, 2021 p. 02, 03).

Como apresenta em uma publicação em seu sítio eletrônico, a Universidade Tiradentes (UNIT, 2020) indica que a pandemia apresenta um dos possíveis lados trágicos da vida, ou seja, a população tem que aprender a lidar com a morte/perda muito de perto. Este confronto diário suscita direta e diariamente uma reflexão sobre a finitude enquanto humanos. Esta mesma população está acostumada com rituais simbólicos, como velar seus mortos e enterrá-los. Porém, quando este luto se torna ressaltado por começar a fazer parte do cotidiano às perdas ficam muito evidentes, o sofrimento diário invade as vidas humanas com muita desumanidade, exacerbado pela impossibilidade da despedida ritualística, como supracitado (UNIT, 2020).

Para Aline Martins Alves et.al. (2021), as pandemias trazem demasiadas marcas de perdas, que são em grande quantidade, e estas mesmas perdas, por serem significantes, não se apresentaram somente em forma de perdas de vidas, mas também são perdas de liberdade, autonomia e rotinas que eram diárias. Este cenário atípico acarreta imprevisibilidades quanto ao futuro e, consigo um

possível aumento do sofrimento psíquico, do estresse e da ansiedade, prolongando o medo e a insegurança frente à constante exposição ao luto.

A ESPERANÇA EM FORMA DE VACINA

A história da vacinação em território Brasileiro data de 1804, quando a vacina contra a varíola é trazida pelo Marques de Barbacena. No século XX, acontece o ponto da virada na história brasileira de vacinações, pois entre os anos de 1900 e 1901 foram fundados o Instituto Soroterápico do Rio de Janeiro, hoje conhecido como FIOCRUZ, e, em São Paulo, o Instituto Serumtherápico, que hoje se chama Butantan (LABORATÓRIO CELLA, 2021).

Nos anos que se seguem, mais precisamente em 1927, o Brasil dá início à vacinação contra a tuberculose, com a vacina BCG (Bacillus Calmette Guérin). As lutas seguem em função de proteger a população contra espécies de doenças que assolam o mundo. Neste contexto vacinal, e com o surgimento da Covid-19, o mundo se prontifica para desenvolver uma vacina que desacelerasse/erradicasse a pandemia. Surgem as vacinas vindas de vários países do mundo para ajudar no combate ao vírus. No que tange ao cenário nacional:

De acordo com o Jornal Correio Brasiliense em 07 de novembro de 2021, o Brasil já está com 56,6% de sua população já imunizada, total de 155 milhões e 119,58 milhões com as três doses das vacinas (CORREIO BRASILIENSE, 2021).

De acordo com informações obtidas no sítio eletrônico da Agência Brasil, tendo sido iniciada em janeiro de 2021, a campanha de imunização contra a Covid-19 já se tornou uma das maiores e mais importantes realizadas pelo SUS, mesmo com certa dificuldade para conseguir as doses dada a tensão política gerada por “defensores das vacinas” e pessoas que estavam desacreditadas de sua validação. Segundo pesquisa realizada pela Universidade de São Paulo (USP) e pela Universidade Estadual Paulista (Unesp), 91,49% das pessoas que não resistiram ao vírus, entre os meses de maio e julho de 2021, não haviam se

vacinado ou não tiveram acesso às duas doses ou dose única, de acordo com cada vacina (VILELA, 2021).

No tocante à vacinação, segundo informações advindas do sítio eletrônico do Instituto Butantan:

[...] entre as semanas epidemiológicas 13 e 14 (em abril, quando cerca de 10 milhões de pessoas haviam recebido a segunda dose), começa a haver uma desaceleração no número de mortes, especialmente em pessoas acima de 70 anos. No gráfico fica evidente que não houve aumento no número de casos positivos no grupo acima de 90 anos, o que demonstra que a vacina se tornou efetiva em conter, neste grupo etário, a força de infecção do vírus (INSTITUTO BUTANTAN, 2021).

Intenciona-se destacar que a previsão de eficácia dos estudos baseia-se na relação entre a parcela da população vacinada e a quantidade de casos confirmados e mortes por Covid-19. As pesquisas não se baseiam em indicadores de internação clínica. O objetivo essencial da vacinação é a redução do número de mortes e de internações, diminuindo o impacto sobre o sistema de saúde.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este trabalho analisou a díade saúde-doença em relação ao momento pandêmico vivido e experienciado ao redor do globo, com ênfase em território nacional. Percebeu-se a possibilidade de subdividir em oito tópicos de forma didática para facilitar a compreensão.

A partir das pesquisas notou-se a presença de alguns sintomas relacionados à saúde mental na população, sendo estes: ansiedade, depressão, angústia, desesperança. Essas características podem estar associadas e serem geradoras de medo. De acordo com o DSM-V “Medo é a resposta emocional à ameaça iminente real ou percebida, enquanto ansiedade é a antecipação de ameaça futura” (2014, p.189), haja vista a seriedade do vírus e a forma como a mídia nacional abordou a disseminação de informações, tal ocorrência se coloca

como um desafio para a proposição de estratégias que visem à redução dos níveis de ansiedades na sociedade.

Vê-se essa situação ainda mais complexa ao abordar o luto, pois durante esse período pandêmico o Ministério da Saúde (MS) publicou o documento “Manejo de corpos no contexto do novo coronavírus – Covid-19”, aconselhando a população em diversos aspectos, dentre eles a não realização de velórios por risco de contágio, complicando a elaboração progressiva da perda e sensação de fracasso por não estar ao lado de seus entes familiares dando apoio (UNIT, 2020).

Os resultados deste estudo podem contribuir para melhorar a compreensão da influência deste fenômeno na vida da população, por meio de pesquisas científicas que relatem a utilização dos serviços de saúde pública no Brasil por meio do SUS, levando em consideração a equidade, universalidade e integralidade do indivíduo (BRASIL, 1990). Sobretudo, para que não sejam geradas discriminação e estigmatização, por meio de abusos verbais e físicos às pessoas/profissionais que atuam na linha de frente no enfrentamento à Covid-19 (UNIDS, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender como se aplicam as leis de saúde pública no Brasil, suas diretrizes e níveis de atuação podem ajudar a população a procurar ajuda especializada. Para tanto, faz-se necessária a disseminação simplificada de informações por parte do governo. Tão importante quanto, é a formação profissional do psicólogo e de outros profissionais da área da saúde para oferecer o cuidado necessário.

Pode-se sugerir o desenvolvimento de propostas de intervenção sob a forma de projetos de extensão profissional e capacitação para intervenção em crise, além de projetos sociais para atender àquela parcela da população que não possui condições financeiras para pagar um acompanhamento psicológico particular, como, por exemplo, em cursos de graduação ou, até mesmo, em serviços

públicos (parcerias com os Centros de Referências em Assistência Social – CRAS).

Ademais, os resultados obtidos evidenciam a importância do desenvolvimento de pesquisas nesta área, pois o intuito não foi de concluir as pesquisas sobre ansiedade (principalmente na pós-crise), as demandas de saúde populacional, e como se dará a reverberação na história da sociedade brasileira, carecendo de mais informações, de modo a contribuir para que os profissionais que atuam na área da saúde tenham abertura e habilidade, a fim de responder às futuras demandas.

REFERÊNCIAS

ACIOLE, Giovanni Gurgel; BERGAMO, Daniela Carvalho. SAÚDE EM DEBATE. Cuidado à família enlutada: uma ação pública necessária. **Saúde debate**. v. 43, n. 122, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-11042019000300805>. Acesso em: 20 abr. 2021.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais**: DSM – 5. 5ª ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2014.

AQUINO, Estela et al. Medidas de distanciamento social no controle da pandemia de COVID-19: potenciais impactos e desafios no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26. Suplemento 2, Publicado: 2020. Saúde Coletiva. 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/4BHTCFF4bDqq4qT7WtPhvYr/?lang=pt>>. Acesso em: 10 out. 2021.

BENTO, Renata. Tempo de pandemia: saúde mental nunca foi tão discutida. **Jornal do Brasil Bem Viver**. Publicado: 2021. Disponível em: <<https://www.jb.com.br/bem-viver/2021/03/1029275-tempo-de-pandemia-saude-mental-nunca-foi-tao-discutida.html>>. Acesso em: 26 mar. 2021.

BERTONI, Estevão. **Como a precariedade hospitalar impulsiona as mortes por Covid**. 2021. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2021/03/16/Como-a-precariedade-hospitalar-impulsiona-as-mortes-por-covid>>. Acesso em: 07 mai. 2021.

BRASIL. Lei nº 8080, de 19 de setembro de 1990, http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm, e o Decreto 7508/11, de 28 de junho de 2011 que dispõe sobre a organização do SUS. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/D7508.htm>. Acesso em: 08 nov. 2021.

BRASIL. Lei 8142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8142.htm>. Acesso em: 08 nov. 2021.

BRASIL. Portaria nº 255, de 22 de maio de 2020. **Diário oficial da União**: sessão 1, Brasília, DF, n. 255. Disponível em: <[PORTARIA Nº 255, DE 22 DE MAIO DE 2020 - PORTARIA Nº 255, DE 22 DE MAIO DE 2020 - DOU - Imprensa Nacional \(in.gov.br\)](http://www.in.gov.br)>. Acesso em: 19 out. 2021.

BRENTINI, Laura Cardoso et al. Transtorno de ansiedade generalizada no contexto clínico e social no âmbito da saúde mental. **Nucleus**. v.15, n.1, 2018. Disponível em: <<https://www.nucleus.feituverava.com.br/index.php/nucleus/article/download/2700/2624>>. Acesso em: 10 out. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Coronavírus: Comunicado à categoria**, 2020. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/coronavirus-comunicado-a-categoria/#_blank>. Acesso em: 20 abr. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Nova Resolução do CFP orienta categoria sobre atendimento on-line durante pandemia da Covid-19**, 2020. Disponível em: <<https://site.cfp.org.br/nova-resolucao-do-cfp-orienta-categoria-sobre-atendimento-on-line-durante-pandemia-da-covid-19/>>. Acesso em: 06 nov. 2021.

CORREIO BRASILIENSE. **Imunização**. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/cidades-df/2021/10/4954880-covid-19-df-proximo-de-imunizar-metade-da-populacao-veja-onde-se-vacinar.html>>. Acesso em: 09 nov. 2021.

COSTA, Cleinaldo et al. GUIA DE ATENÇÃO PARA ENFRENTAMENTO DA COVID-19. **Universidade do Estado do Amazonas**, abril., 2020. Disponível em: <<https://data.uea.edu.br/ssgp/noticia/1/64670-2.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2021.

DANTAS, Clarissa de Rosalmeida; CASSORLA, Roosevelt Moisés Smeke. O luto nos tempos da COVID-19: desafios do cuidado durante a pandemia. **Revista Latino-americana de Psicopatologia Fundamental**. São Paulo: Unicamp, v.23, n.3, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rlpf/a/SgtgR9xSwqBSYjr5Mm3WSwG/?lang=pt>>. Acesso em: 24 mai. 2021.

FARO, André et al. COVID-19 e saúde mental: a emergência do cuidado. **Estud. psicol.** Campinas. v. 37, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/estpsi/a/dkxZ6QwHRPhZLsR3z8m7hvF/>>. Acesso em: 18 abr. 2021.

FIOCRUZ. Fundação Oswaldo Cruz. Ministério da Saúde. Rio de Janeiro-RJ. **O que é uma pandemia**, 2021. Disponível em: <<https://www.bio.fiocruz.br/index.php/br/noticias/1763-o-que-e-uma-pandemia>>. Acesso em: 07 out. 2021.

FONTELLES, José Mauro et al. **Metodologia de pesquisa científica: diretrizes para a elaboração de um protocolo de pesquisa**. Cercomp, UFG, Goiás, ago., 2009. Acesso em: 16 out. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Desemprego**, Publicado: 2021. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>>. Acesso em: 10 de out. 2021.

INSTITUTO BUTANTAN. **CoronaVac está associada à queda da mortalidade de idosos por Covid-19, demonstram estudos**, 2021. Disponível em: <<https://butantan.gov.br/noticias/coronavac-esta-associada-a-queda-da-mortalidade-de-idosos-por-covid-19-demonstram-estudos>>. Acesso em: 11 out. 2021.

IPEA, **Centro de Pesquisa em Ciência, Tecnologia e Sociedade**, 2021 Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/cts/pt/central-de-conteudo/artigos/artigos/182-corona>>. Acesso em: 26 out. 2021.

JÚNIOR, Minervino. Brasil tem 56,06% da população com a vacinação completa contra o coronavírus. **Correio Brasiliense**, 2021. Disponível em: <<https://www.correiobrasiliense.com.br/brasil/2021/11/amp/4961323-brasil-tem-5606-da-populacao-com-a-vacinacao-completa-contr-o-coronavirus.html>> > Acessado em: 11 out. 2021.

LABORATÓRIO CELLA. A história das vacinas no Brasil: uma vitória da ciência, 2021. Disponível em: <<https://laboratoriocella.com.br/a-historia-das-vacinas-no-brasil-uma-vitoria-da-ciencia/>>. Acesso em: 09 nov. 2021.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria nº 639, de 31 de março de 2020. **Dispõe sobre a Ação Estratégica “O Brasil Conta Comigo - Profissionais da Saúde”, voltada à capacitação e ao cadastramento de profissionais da área de saúde, para o enfrentamento à pandemia do coronavírus (COVID-19)**. Diário Oficial da União. Disponível em: < Brasília. <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-639-de-31-de-marco-de-2020-250847738>>. Acesso em: 10 out. 2021.

NEVES, Luís José. **Pesquisa qualitativa** - característica, usos e possibilidades. Caderno de pesquisa em administração, USP, São Paulo, v.1, n 3, 1996.

NOGUEIRA, Francisco. As dores da alma mudam: os efeitos psicológicos da pandemia. **Veja Saúde**, 2020. Disponível em: <<https://saude.abril.com.br/blog/com-a-palavra/as-dores-da-alma-mudam-os-efeitos-psicologicos-da-pandemia/>>. Acesso em: 24 mai. 2021.

OPAS, **Transmissão do SARS-CoV-2: implicações para as precauções de prevenção de infecção**, 2020. Disponível em: <https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/52472/OPASWBRACOV-1920089_por.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 26 out. 2021.

PORTAL DO GOVERNO BRASILEIRO. MINISTÉRIO DA CIDADANIA. Gov.br. **Auxílio Emergencial**, 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/servicos/auxilio-emergencial#:~:text=O%20aux%C3%ADlio%20emergencial%20aprovado%20pelo,foram%20gravemente%20afetadas%20pela%20crise>>. Acesso em: 06 nov. 2021.

SCHMIDT, Beatriz et al. **Impactos na Saúde Mental e nas Intervenções Psicológicas Relacionadas à Pandemia do novo Coronavírus (COVID-19)**, 2020. Disponível em: <<https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/58/version/62>>. Acesso em: 20 abr. 2021.

SCHMIDT, Beatriz et al. Saúde mental e intervenções psicológicas diante da pandemia do novo coronavírus (COVID-19). **Estudos de psicologia**. Campinas, v. 37, p. 1-13, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/estpsi/v37/1678-9865-estpsi-37-e200063.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2021.

TRINO, Alexandre Teixeira et al. Brasil, Ministério da Saúde. Ficha Catalográfica. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde mental / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Ministério da Saúde, **Cadernos de Atenção Básica**, n.34. p.176, 2013. Disponível em: <https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/cadernos_atencao_basica_34_saude_mental.pdf>. Acesso em: 06 nov. 2021.

UNAIDS. **UNAIDS emite orientações sobre a redução do estigma e discriminação durante as respostas à COVID-19**, 2020. Disponível em: <<https://unaid.org.br/2020/10/unaid-emite-orientacoes-sobre-a-reducao-do-estigma-e-discriminacao-durante-as-respostas-a-covid-19/>>. Acesso em: 10 out. 2021.

UNIVERSIDADE TIRADENTES. Luto: ritual do velório não é recomendado durante pandemia. Aracaju SE, 2020. Disponível em: <<https://portal.unit.br/blog/noticias/luto-ritual-do-velorio-nao-e-recomendado-durante-pandemia/>> Acesso em: 11 out. 2021.

VALENTE, Jonas. **Covid-19: veja como cada estado determina o distanciamento social**. Brasília, 2020. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-04/covid-19-veja-como-cada-estado-determina-o-distanciamento-social>>. Acesso em: 20 abr. 2021.

VICK, Mariana. **Pandemia: origens e impactos, da peste bubônica à Covid-19**, 2020. Disponível em:

<<https://www.nexojornal.com.br/explicado/2020/06/20/Pandemia-origens-e-impactos-da-pestebub%C3%B4nica-%C3%A0-covid-19>>. Acesso em: 20 abr. 2021.

VILELA, Pedro Rafael. Mortes por Covid-19 de pessoas vacinadas são raras, diz especialista. **Agência Brasil**, 2021. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2021-08/mortes-por-covid-19-de-pessoas-vacinadas-sao-raras-diz-especialista>> Acesso em: 10 out. 2021.

ZWIELEWSKI, Grazielle et al. Protocolos para tratamento psicológico em pandemias: as demandas em saúde mental produzidas pela COVID-19. **Revista debates in psychiatry**, 2020.

ANEMIA FALCIFORME: DIAGNÓSTICO LABORATORIAL, ALTERAÇÕES MORFOLOGIAS E TRATAMENTO

Ana Clara Zambon Alves¹
Thamirys Alves Cantarini
Heloisa Oggioni Bracini
Natalia Ribeiro Bernardes

Resumo

Anemia falciforme é uma patologia de caráter genético e hereditário, caracterizada por desencadear mudanças nos glóbulos vermelhos, fazendo com que elas percam as características normais que são uma forma arredondada e elástica, adquirindo uma forma de foice, onde adquirem uma forma rígida e endurecem, comprometendo o transporte do sangue para os vasos sanguíneos com menor calibre, que por consequência comprometem a passagem de oxigênio para os tecidos. As hemácias em forma de foice possuem a hemoglobina S em sua composição, fazendo com que ocorra a cristalização quando está na ausência de oxigênio, desencadeando os trombos que impedem a passagem de sangue, isso ocorre porque não há mais a maleabilidade de uma hemácia normal. Existem exames laboratoriais como, por exemplo, a eletroforese de hemoglobina que é um dos exames mais específicos para o diagnóstico dessa doença, contudo, também é possível detectar a presença de hemoglobina S através do exame do teste do pezinho que é realizado nos primeiros dias de vida da criança. O biomédico é um dos principais responsáveis por realizar todos os exames solicitados pelo médico que acompanha o caso, tem papel importante em conferir e liberar esses resultados contribuindo com os médicos nos diagnósticos de diversas doenças. Também é de responsabilidade do biomédico realizar as pesquisas relacionadas a doenças humanas, como sua

¹Graduanda do curso de Biomedicina da Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES, ana.clarazambonalves@hotmail.com

² Graduanda do curso de Biomedicina da Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES, t.cantarini@hotmail.com

³ Graduanda do curso de Biomedicina da Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES, heloisa.oggionihelo@mail.com

⁴ Professor Orientador Dsc. Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES, nataliarbernardes@gmail.com

origem é sua forma de tratamento, desenvolvendo o estudo, a classificação e identificação dos variados microrganismos responsáveis por desencadear vários tipos de doenças consultando os medicamentos ou até mesmo as vacinas para cada uma delas.

Palavras Chaves: hemoglobina S, genética, aspecto de foice.

1 INTRODUÇÃO

A hemoglobina é a proteína responsável pelo transporte de oxigênio dos pulmões para os tecidos por meio dos glóbulos vermelhos, responsável pela tonalidade avermelhada destas células, devido a sua presença abundante. Uma redução da hemoglobina reflete na perda da capacidade do transporte de oxigênio aos tecidos, identificando uma anemia (UNICAMP, 2018).

A anemia falciforme é uma patologia definida por uma mutação genética, onde ocorre a troca de bases nitrogenadas do DNA, a Timina pela Adenina. A hemoglobina S apresenta alterações morfológicas mais frequentes, apresentando células em formato de foice ou meia lua. Caracteriza-se a doença hereditária mais prevalente no mundo (LIMA, 2016).

A doença falciforme teve sua ascendência na África e chegou ao continente americano em decorrência do tráfico de pessoas negras escravizadas. Na atualidade, a doença falciforme é a enfermidade hereditária mais comum no Brasil, isso porque, mais da metade da população brasileira apresenta traços de afrodescendência (BRASIL, 2015).

Anemia falciforme é uma hemoglobinopatia de traço autossômica recessiva, em que há uma modificação na estrutura da hemoglobina, ocasionada por uma mutação no gene da β globina da hemácia. A enfermidade apresenta a presença distinta da hemoglobina mutante, denominada hemoglobina S (Hb S), (TELECONDUTAS, 2020).

O diagnóstico da doença é habitualmente realizado através do Teste do Pezinho (PNTN), no qual permite um tratamento precoce. Além desse procedimento, também pode ser realizado a eletroforese de hemoglobina, quando houver suspeita clínica (TELECONDUTAS, 2020).

No Brasil, estima-se que nasçam em média 3.000 crianças com Doença Falciforme, sendo as regiões de maior prevalência: Nordeste, Sul e Sudeste. A população maior de afrodescendentes impacta diretamente na prevalência de novos casos de Doença Falciforme e traço falciforme (COSTA *et al*,2020).

2 OBJETIVO

Discorrer a respeito da hemoglobinopatia mais frequente no Brasil, a anemia falciforme, tal como seu diagnóstico laboratorial, alterações morfológicas e tratamento.

3 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa básica também conhecida como fundamental, de natureza exploratória e descritiva, baseando-se na busca de artigos publicados de 2011 a 2021. Sendo apresentadas como palavras-chave: DF, hemoglobinopatias, HbSS, tratamento, diagnóstico. Os descritores utilizados para a busca foram: Anemia Falciforme, Tratamento e Prevenção e Alterações Morfológicas. Os critérios de inclusão utilizados foram: artigos que respondessem à questão de metodologia do trabalho, e os critérios de exclusão foram: editoriais, artigos de revisão de literatura e artigos que não respondessem à questão de outras metodologias proposta por estes estudos.

4. DESENVOLVIMENTO

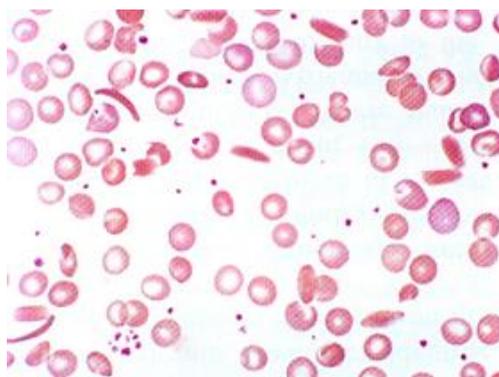
4.1 ANEMIA FALCIFORME

O termo doença falciforme (DF) descreve um grupo de alterações hereditárias em que a doença é passada por genes, dos pais para seus filhos e não sendo

contagiosa. Pacientes com Anemia Falciforme clássica (HbSS), com alteração em 2 genes (herdados do pai e da mãe), costumam ter sintomas, que começam na infância e se apresentam de forma intermitente (INGOH,2021).

Como as células em forma de foice são rígidas elas possuem dificuldade para fluir pelos vasos sanguíneos menores (capilares). Portanto, isso bloqueia o fluxo sanguíneo e reduz o fornecimento de oxigênio para tecidos nas áreas nas quais os capilares estão bloqueados. Suas características são devido a alterações dos glóbulos vermelhos do sangue, que se tornam parecidas com uma foice, por isso do nome falciforme (Braunstein, 2021). A figura 1 representa a característica de anemia falciforme.

Figura 1: Lâmina característica com hemácias em forma de foice.



FONTE: NAOUM, s.d.

A morfologia da anemia falciforme é normocrômica e normocítica, sua fisiologia é hemolítica, podendo ocorrer hemólise tanto intra como extravascular. A diminuição de hemoglobina pode variar entre 5 e 9g/dl, policromatofilia intensa, eliptocitos, presença de drepanócitos (hemácias em foice) e reticulócitos aumentados (MARCONATO, 2016).

Entretanto quando um paciente possui o traço falciforme significa que não irá apresentar alterações na morfologia das hemácias, por isso, não há alterações hematológicas e com isso sua fisiologia é normal. Em boa parte dos casos, o traço falciforme é encontrado a partir de estudos populacionais, através do teste

do pezinho ou em uma análise devido a presença da hemoglobina S em algum membro da família (Machado; Stroparo, 2018).

4.3 TESTE DO PEZINHO

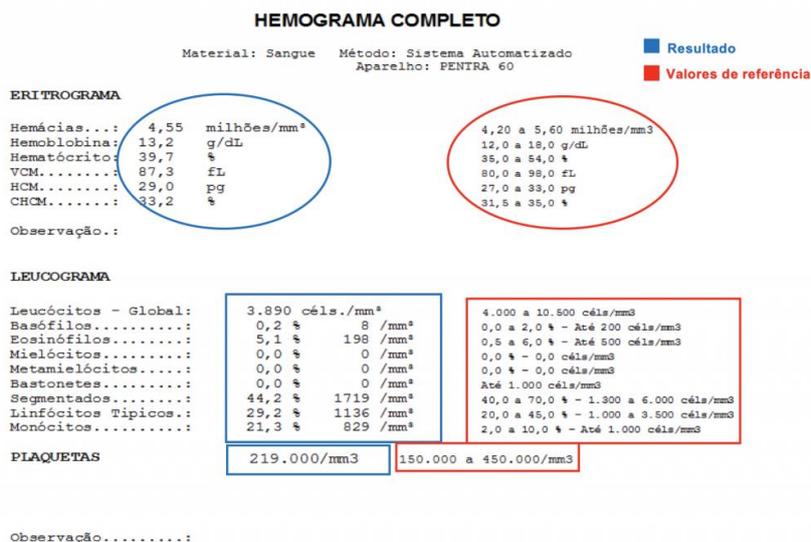
O exame é feito na primeira semana de vida do recém-nascido, sendo feito uma análise para a identificação precoce das possíveis enfermidades genéticas como a anemia falciforme. O SUS (Sistema Único Saúde) oferece o teste do pezinho com o intuito de elaborar e encaminhar para um especialista, o exame realizado, além dos tratamentos disponíveis para o recém-nascido (VESPOLI et al, 2011).

O teste é feito a partir de uma gotinha de sangue que é retirada do calcanhar do recém-nascido e tem como função identificar diversas doenças além do traço falcêmico e a doença falciforme como: hemoglobinopatias (que afetam o sangue), a fenilcetonúria (doença do metabolismo) e o hipotireoidismo congênito (glândula tireóide do recém-nascido não é capaz de produzir quantidades adequadas de hormônios). Dessa forma, seu objetivo é detectar mais cedo essas doenças que podem causar lesões irreversíveis no bebê, causando deficiência intelectual para que possam ser tratadas com sucesso evitando a diminuição ou a eliminação das sequelas associadas a cada uma dessas doenças (DIOGO, 2015).

4.4 HEMOGRAMA

O hemograma é a primeira etapa para o diagnóstico laboratorial, onde torna possível de ser visto as hemácias falciformes através do esfregaço sanguíneo, número de leucócitos elevados, VCM (volume corpuscular médio) e CHCM (concentração de hemoglobina corpuscular média) baixos e RDW alto (amplitude de distribuição dos glóbulos vermelhos), devido a presença de anisocitose, variação e tamanho das hemácias. A figura 2 mostra-se um hemograma normal.

Figura 2: Hemograma normal



Fonte: Imagem retirada da internet

A análise é de forma sanguínea e tem seu objetivo avaliar a saúde do indivíduo, como por exemplo, a anemia falciforme. Esse exame se baseia na mensuração dos níveis de hemácias, que possuem a função de transportar o oxigênio para o corpo, a quantidade de plaquetas e os níveis de leucócitos (MONTEIRO et al,2015). Na figura 3 mostra-se o hemograma com anemia falciforme.

Figura 3: Hemograma com anemia falciforme

Tabela 1: Resultados dos hemogramas

Hemograma	19/04/2020	22/04/2020	15/10/2020	Valores de Referência
Eritrócitos (milhões/mm ³)	1,26	2,12	1,81	4,00 a 5,40
Hemoglobina (g/dL)	5,8	8,2	8,7	12 a 16
Hematócrito (%)	16,6	24,8	25,1	37,0 a 47,0
VCM (fL)	131,7	117,0	139,0	80,0 a 100,0
HCM (pg)	46,0	38,7	48,3	27,0 a 31,0
CHCM (g/dL)	34,9	33,1	34,7	31,0 a 35,0
RDW (%)	18,4	20,0	16,9	11,5 a 15

Fonte: Imagem retirada da internet

O hemograma é uma espécie de exame em que averigua a forma qualitativa e quantitativa dos componentes que fazem parte das células sanguíneas. Sendo assim, o hemograma é solicitado durante consultas médicas, principalmente para o descobrimento de diversas doenças (FAILACE et al,2011).

Na anemia falciforme a hemoglobina é usualmente da ordem de 7 a 8 g/dl, mas com limites mais amplos entre 4 a 11 g/dl. Os níveis mais altos de hemoglobina são características dos árabes.

4.5 Teste de Falcização

O teste de falcização refere-se em situar as hemácias que serão examinadas perante a uma baixa concentração do oxigênio para levar o afoçamento delas por meio do metabissulfito de sódio (sal), que reduz a tensão do oxigênio. Portanto, esse método não é muito recomendado, pois a resolução na hora da visualização do resultado é de forma baixa, podendo atrapalhar o resultado (ZANATA et al, 2011).

4.6 Teste de Solubilidade

Essa técnica estabelece a insolubilidade da Hemoglobina (Hb) S quando ela está de forma reduzida, podendo somente identificar a existência da Hb mutante e não demonstra uma boa percepção ao ser realizado o período neonatal, já que nesta fase os recém-nascidos são assintomáticos por conta da proteção de hemoglobina fetal. Portanto esse teste não é indicado para o diagnóstico da presença das Hb S, pois existe uma grande quantidade de hemoglobina fetal em crianças, e, contudo, isso será interferido no resultado final do exame (ZANATA et al, 2011).

Os testes mais frequentes para diagnóstico laboratorial das síndromes falcêmicas os diferentes genótipos de HbS, são detectados e diferenciados por meio dos seguintes procedimentos técnicos: Eletroforese alcalina que se diferencia as mobilidades entre HbS e HbD semelhantes nas eletroforese alcalina, Eletroforese alcalina que permite avaliar de forma quantitativa por eluição das frações ou por densitometria, Eletroforese ácida em Agar e agarose que é utilizada para diferenciar HbS e HbD, e que possui avaliar semi-quantitativamente a presença de Hb, o Teste de avaliação quantitativa (falcização e solubilidade), ambos possuem pouca sensibilidade e

reprodutibilidade e por fim, Dosagem de Hb fetal que avalia a presença de Hb fetal (SÁ; NAOUM, s.d).

4.7 Eletroforese Alcalina

Diferencia em acetato de celulosa as hemoglobinas A (cadeia alfa normal) e hemoglobinas F (fetais), e as variantes HbS e HbC. Contudo, pelo fato de como as HbS aparecem a mesma posição do gel eletroforético em que as outras hemoglobinas, faz que seja necessário a realização da eletroforese ácida em Agar de citrato ou agarose para confirmação do resultado.

4.8 Eletroforese Ácida

No Agar citrato ou agarose é confirmado a presença das hemoglobinas HbA, HbF, HbC e HbS, sendo assim, servindo como diagnóstico confirmatório para a doença falciforme quando é apresentado HbS positivo no resultado do exame.

4.9 Cromatografia Líquida

É realizada através do sistema automatizado Variante (Bio-Rad) onde se ocorre a detecção das anomalias hemoglobínicas, além da quantificação e triagem de variantes. Esse teste é quantitativo, que permite o diagnóstico das hemoglobinopatias, sendo ela a doença falciforme, de forma rápida e precisa.

4.10 Focalização Isoelétrica

É realizado através de um sistema de alta voltagem automatizado em que permite a separação de forma nítida das bandas de hemoglobinas, identificando precisamente de forma quantitativa e qualitativamente, dando um diagnóstico preciso e concreto das hemoglobinopatias.

4.11 Eletroforese de hemoglobina

A eletroforese de hemoglobina é uma técnica diagnóstica que tem como objetivo identificar os diferentes tipos de hemoglobina que podem ser encontrados circulantes no sangue. O diagnóstico da anemia falciforme se confirma através do exame de eletroforese de hemoglobina que tem como seu principal objetivo de identificar diferentes tipos de hemoglobina que são encontradas circulantes do sangue. A partir da identificação do tipo de hemoglobina, é possível verificar se a pessoa possui alguma doença relacionada à síntese de hemoglobina, como talassemia ou anemia falciforme, Sendo assim, a Hemoglobina S compreenderá usualmente 85-98% de hemoglobina. Na doença com homocigose SS, não tem nenhuma hemoglobina A presente. Seus níveis de Hemoglobina F são variavelmente aumentados, e seus níveis de hemoglobina F mais elevados estão associados a um caso clínico mais benigno e também paciente com Beta-S talassemia e alfa-talassemia mais benigno do que a anemia falciforme. Na tabela abaixo mostra-se os genótipos da anemia falciforme (NETO,2016).

Tabela 1: Genótipos da anemia falciforme

GENÓTIPO	FORMA	HbA	HbS	HbA2	HbF
AA	Normal	97-99%	0%	1-2%	<1%
As	Traço falciforme	60%	40%	1-2%	<1%
AS, alfa-talassemia	Traço falciforme e talassemia	70-75%	25-30%	1-2%	<1%
SS	Doença falciforme	0%	86-98%	1-3%	5-15%
SS, alfa-talassemia (3 genes)	S alfa-talassemia silente	0%	90%	3%	7-9%
SS alfa-talassemia (2 genes)	S alfa-talassemia traço	0%	80%	3%	11-21%
S beta 0 talassemia	Beta 0 S talassemia	0%	70-80%	3-5%	10-20%
S beta talassemia	Beta-S talassemia	10-20%	60-75%	3-5%	10-20%

Fonte: Imagem retirada da internet

Os testes de solubilidade da hemoglobina e prova de falcização são exames úteis para triagem, mas pouco utilizados no momento.

5. TRATAMENTO

Cada paciente possui um tipo de tratamento na anemia falciforme, devido a sintomatologia diferenciada em cada caso. Para que haja uma qualidade de vida para o portador, é necessário um acompanhamento médico que indicará o

recurso terapêutico mais indicado para cada paciente (MINISTERIO DA SAÚDE, 2015).

De acordo com Brewin e Howard (2017) as opções de tratamento são hidroxycarbamida, transfusão de sangue e transplante de células-tronco hematopoiéticas. Embora exista tratamento inespecífico, é uma doença incurável. Por isso, o ministério da saúde diz que é necessário um diagnóstico precoce, para garantir uma sobrevida maior para o paciente. Os tratamentos inespecíficos são usados para diminuir o sofrimento do portador (MACHADO; STROPARO, 2018).

O tratamento pode ser feito por meio de medicamentos como, por exemplo, Penicilina nas crianças desde os 2 meses até aos 5 anos de idade, para que posso evitar futuras complicações como a pneumonia. Pode-se usar também remédios analgésicos e anti-inflamatórios para aliviar a dor durante uma crise. Esse tratamento deve ser feito por toda vida, devido os pacientes que podem apresentar infecções frequentes (BEZERRA, 2020).

6. Papel do Biomédico

O biomédico tem a arte de instruir, diagnosticar e valorizar a vida das pessoas. Sendo assim, uma área que analisa e proporciona o tratamento de várias doenças como, por exemplo, a anemia falciforme, em que afrontam os indivíduos que as tem, quanto os profissionais da saúde. A ciência contribui para o controle dos fatores que influenciam o ecossistema, apresentando as causas de como prevenir e realizar seus devidos diagnósticos (BARBALHO, 2013).

De modo consequente, o biomédico tem como função de contribuir para melhorar a prevenção da saúde através de uma educação sanitária, armazenamento e o recolhimento do material biológico que foi utilizado nas análises laboratoriais. Podendo também desempenhar o seu trabalho em pesquisas e estudos que oferecem dados importantes que foram coletados a partir do diagnóstico e até a descoberta de modo científico para prevenir e até

mesmo curar as enfermidades como a anemia falciforme, em que afetam a população do País (ZIMMERMANN et al, 2015).

Quando os casos de anemia falciforme se tornaram frequentes no Brasil, a importância do Biomédico aumentou, pois as pessoas afetadas por essa doença necessitaram de um auxílio para compreender algumas questões que envolvem essa enfermidade. Sendo assim, o papel do biomédico vai esclarecer para o paciente as mudanças que vão ocorrer nos seus genes, para além de aconselhar e informar o diagnóstico laboratorial que foi analisado. Contudo, o profissional vai utilizar os princípios de ética e básico como: justiça, autonomia, igualdade, privacidade e qualidade quando for fundamentar os processos genéticos (CAMPOS, 2014).

5 CONCLUSÃO

A anemia falciforme é uma patologia conhecida como um grave problema de saúde pública a âmbito mundial, tendo um significativo impacto na qualidade de vida dos indivíduos acometidos pela doença. Dessa forma, se faz necessário dar ênfase no aconselhamento genético, isso para aqueles indivíduos que possuem a forma heterozigota da anemia, conhecida como traço falciforme, vale ressaltar também que é de extrema importância, que ocorra o desenvolvimento de programas voltados ao diagnóstico precoce, priorizando tanto a orientação genética quanto a social e até mesmo psicológica com os pacientes portadores da doença e do traço falciforme.

A anemia falciforme por ser de origem africana, é considerada mais prevalente em pessoas negras e pardas, porém não é exclusiva, atualmente estima-se que no Brasil existam cerca de 60 mil pessoas com esse tipo de anemia. Vale destacar que a população brasileira apresenta os genes para hemoglobina de forma anormal, por isso, é importante monitorar as pessoas com esse tipo de alteração genética até mesmo para a saúde pública, porque eles representam fonte de novos heterozigotos e geram possíveis homozigotos.

Diante de todos esses meios genéticos e moleculares da hemoglobina terem sido descobertos a doença ainda continua com uma falha terapêutica, que

ainda se baseia principalmente no manejo preventivo e no tratamento das complicações, fazendo com que dificulte a possibilidade de cura efetiva para esses pacientes.

Atualmente, têm surgido avanços consideráveis na parte de diagnóstico, onde se destaca a triagem neonatal, e na área terapêutica. Esses avanços são imprescindíveis para que futuramente os indivíduos acometidos com essa doença possam ter mais qualidade de vida, ou que até mesmo de livrem da doença.

6 REFERÊNCIAS:

BARBALHO, S. **Biomedicina, um painel sobre o profissional e a profissão.** Conselho Federal de Biomedicina, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Hospitalar e de Urgência. **Doença falciforme:** diretrizes básicas da linha de cuidado. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2015.

BRAUNSTEIN, Evan. Anemia falciforme. Manual msd versão saúde para a família, 2021. Disponível em: <<https://www.msmanuals.com/pt-br/casa/dist%C3%BArbios-do-sangue/anemia/anemia-falciforme>> Acesso em: 27 de out. 2021.

Brazilian Journal of Development, Curitiba, v.7, n.1, p. 6840-6852 jan. 2021

CAMPOS, D. **Manual do Biomédico: História, Atuação, Importância para a Saúde, para Educação e para a Sociedade Brasileira,** 2014.

CAMPOS, Mireille. Doença falciforme. Ingoh, 2021. Disponível em <<https://ingoh.com.br/doenca-falciforme/>> Acesso em: 27/10/2021.

de diagnóstico de Doenças Falciformes. Newslab. 2011; 94: 180-194.

DIOGO, Brunna; MOTTA, Fernanda; PEREIRA, Fernanda et al. A importância do teste do pezinho. Unilus, 2015. Disponível em <<http://revista.unilus.edu.br/index.php/ruep/article/view/253>> Acesso em: 29 de out. 2021.

DUARTE, B. G. **Métodos de diagnóstico laboratorial da anemia falciforme.** In: Anais do Conic Simesp; 2014; São Paulo, SP-Brasil. 2: 11p.

FAILACE., and Renato e colaboradores. **Hemograma: Manual de interpretação**. 5ª edição. ArtMed, 2011.

MACHADO, Debora; STROPARO, Elenice. Anemia falciforme e a importância do teste do pezinho revisão de literatura. Revista Eletrônica Biotecnologia, Biotecnologia e Saúde, Curitiba, n. 20, maio-ago. 2018. Disponível em <<https://revistas.utp.br/index.php/GR1/article/view/2260/1882>> Acesso em: 28 de out. 2021.

MARCONATO, Mariana. Anemia falciforme e seu diagnostico laboratorial. AC&T, 2016. Disponível em: <http://www.ciencianews.com.br/arquivos/ACET/IMAGENS/biblioteca-digital/hematologia/serie_vermelha/anemia_falciforme/1.pdf> Acesso em: 27 de out. 2021.

Ministério da saúde. Doença falciforme. Telab,2015. Disponível em <https://telelab.aids.gov.br/moodle/pluginfile.php/39506/mod_resource/content/4/Doenca%20Falciforme_SEM.pdf> Acesso em: 27/10/2021.

MONTEIRO, A.C.B. et.al. **Anemia falciforme, uma doença caracterizada pela alteração no formato das hemácias**. Rev. eletr. Saúde em foco/UNISEPE. (Amparo). 2015.

MONTEIRO, Ana Carolina; DORIGATTI, Daniel; SILVA, Joyce. Anemia falciforme, uma doença caracterizada pela alteração no formato das hemácias. Unisepe,2015. Disponível em <http://portal.unisepe.com.br/unifia/wp-content/uploads/sites/10001/2018/06/14anemia_falciforme.pdf> Acesso em: 28 de out. 2021.

NAOUM, P. C. **Eletroforese: Hemoglobinopatias, Proteínas Séricas, Lipoproteínas e DNA**. São Paulo: Editora Santos. 2012, 301p.

NAOUM, Paulo Cesar. Doença Falciforme. Hemoglobinopatias, s.d. Disponível em <<https://www.hemoglobinopatias.com.br/d-falciforme/intro.htm>> Acesso em: 27 de out. 2021.

NETO, Rodrigo Antonio. Anemia Falciforme. Medicina Net, 2016. Disponível em <https://www.medicinanet.com.br/conteudos/revisoes/6682/anemia_falciforme.htm> Acesso em: 13/11/2021.

SÁ, Bruna; NAOUM, Paulo Cesar. Anemia falciforme: aspectos gerais. Disponível em: <http://www.ciencianews.com.br/arquivos/ACET/IMAGENS/biblioteca-digital/microbiologia/avaliacoes_especificas/24-Anemia-Falciforme-aspectos-gerais.pdf>. Acesso em 29/10/2021.

SANTOS, Vanda. **Diagnóstico laboratorial da anemia falciforme**. São José do Rio Preto-SP, 2016. Artigo (Pós-graduação em hematologia clínica). Academia de ciência e Tecnologia de São Paulo, São José do Rio Preto, 2016.

TELECONDUTAS. Secretaria Estadual da Saúde - RS. **Doença Falciforme**. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2020. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/telessauders/documentos/telecondutas/telecondutas_anemia_falciforme_08.01.2020.pdf>. Acesso em: 30 de jun. 2021.

UNICAMP: Hemoglobinopatias Dr. Erich V. de Paula. Hemocentro Unicamp, c2018. Página inicial. Disponível em: <<https://www.hemocentro.unicamp.br/doencas-de-sangue/hemoglobinopatias/>>. Acesso em: 10 de abr. 2021.

VESPOLI, S. et al. **Análise das Prevalências de Doenças Detectadas pelo Programa Nacional de Triagem Neonatal no Município de Araraquara no Ano de 2011**. Revista de Ciências e Farmácia Básica Aplicada, v.32.

ZANATTA, T.; MANFREDINI, V. **Comparação entre métodos laboratoriais de diagnóstico de Doenças Falciformes**. Newslab. 2011; 94: 180-194.

SANDRI, Y. P.; FRIZZO, M. N. **Biomedicina na Comunidade: Vivências e Práticas de Educação em Saúde**. Anais do I Seminário de Pesquisa, Extensão e Iniciação Científica/IESA. Santo Ângelo, ed. 1, p. 179-184, nov. 2015.

EFEITOS TÓXICOS DA AUTOMEDICAÇÃO

Daniele Falçoni¹

Graziele Ferreira Santos²

Larisse Vicentin Moreira³

Roselena Abreu Guedes⁴

RESUMO

O sucesso terapêutico e a segurança de qualquer tratamento são determinados pela combinação de prescrições baseadas em evidências e conhecimento dos fatores que podem determinar a resposta em um paciente individual. Sabemos que a prescrição e o uso indevido de medicamentos é uma das principais causas de complicações de saúde e prejuízos socioeconômicos. Com o tempo, a prática da automedicação tornou-se ainda mais preocupante, com o aumento das taxas de intoxicação por drogas, o que se tornou um problema de saúde pública. Este estudo tem como objetivo testar as taxas e incidências e os efeitos toxicológicos associados à automedicação. A alta prevalência da automedicação, além do fato de poder levar a reações adversas, também reflete o uso irracional de medicamentos pela população leiga em geral. Assim, os dados obtidos confirmam a importância do monitoramento contínuo, avaliação e educação da população sobre os riscos e benefícios do uso de medicamentos, principalmente os de venda livre, e os usuários devem estar cientes de seus possíveis riscos à saúde.

Palavras Chave – Automedicação, intoxicação, alta prevalência, saúde pública.

ABSTRACT

¹Graduandos em Biomedicina pela Faculdade Multivix – Cachoeiro de Itapemirim.

⁴ Professora orientadora. Mestre em Ciências Veterinárias (UFES). Especialista em Farmacologia (FAFIA) e Atenção Primária à Saúde (FACASTELO). Graduada em Ciências Biológicas e Farmácia (FAFIA). Professora na Multivix – Cachoeiro de Itapemirim.

The therapeutic success and safety of any treatment is determined by a combination of evidence-based prescriptions and knowledge of the factors that can determine response in an individual patient. Over time, the practice of self-medication became even more worrying, with the increase in drug intoxication rates, which became a public health problem. This study aims to test the rates and incidences and toxicological effects associated with self-medication. The high prevalence of self-medication, in addition to the fact that it can lead to adverse reactions, also reflects the irrational use of medication by the lay population in general. Thus, the data obtained confirm the importance of continuous monitoring, evaluation and education of the population about the risks and benefits of using medicines, especially over-the-counter ones, and users must be aware of their possible health risks.

Keywords – Self-medication, intoxication, high prevalence, public health.

1 INTRODUÇÃO

A automedicação é um fenômeno global e potencial contribuinte para a resistência dos patógenos aos antibióticos. As consequências adversas de tais práticas devem sempre ser enfatizadas para a comunidade e medidas para contê-las. O uso excessivo e irracional de antimicrobianos sem orientação médica pode resultar em maior probabilidade de terapia inadequada, incorreta ou indevida, diagnóstico incorreto, atrasos no tratamento adequado, resistência a patógenos e aumento da morbidade (ARNOLD, 2015).

É necessário aumentar a conscientização e implementar legislações para promover práticas judiciosas e seguras. Melhor conhecimento e compreensão sobre a automedicação podem resultar em uso racional e, portanto, limitar os problemas emergentes de resistência microbiana (SILVANA, 2015).

A crença de que fármacos podem curar e/ou amenizar quaisquer patologias faz aumentar o uso descontrolado de medicamentos sem prescrição médica, que conseqüentemente, são tratamentos ineficazes que podem desencadear

problemas ainda maiores (ARRAIS et al., 2016).

O uso autônomo e indiscriminado de medicamentos promove graves prejuízos à saúde pública, por isso se justifica uma nova investigação sobre a automedicação na população, com ênfase no padrão de consumo de medicamentos de venda livre, para traçar o perfil de indivíduos que se automedicam e conhecem suas motivações (BEIARIOS, 2015).

Segundo Galvan e colaboradores (2016), a automedicação é utilizada pela pessoa em seu próprio benefício e sem a devida prescrição, nessas circunstâncias, ele não procura atendimento médico para resolver o que acredita ser um problema de saúde, segue os conselhos de vizinhos, amigos ou familiares; o uso de restos de drogas antigas que foram salvas; ou use receitas prescritas por você ou outros para comprar o mesmo medicamento que foi eficaz em algum momento no passado. Os medicamentos são considerados uma mercadoria social importante. Seu uso pela população brasileira é elevado e depende de diversos fatores.

Entre eles - um aumento na expectativa de vida da população e, como resultado, um aumento na carga de doenças crônicas, o surgimento de novas e antigas doenças infecciosas, um aumento no número de transtornos do humor, doenças resultantes da degradação ambiental, poluição ambiental e mudanças climáticas. Apesar do crescente investimento financeiro do governo brasileiro no acesso universal aos cuidados de saúde, as dificuldades de acesso, atrasos e cuidado de saúde de má qualidade nos setores público e privado ainda são comuns no Brasil. Somam-se a esses aspectos a propaganda de medicamentos OTC (Medicamentos de venda livre) na mídia, a presença de farmácias domiciliares e a crença de que os medicamentos são a solução, fator importante na prática da automedicação (RICHARD, 2020).

Esta revisão teve como objetivo de pesquisa a automedicação de medicamentos gerais, seu uso, sua segurança e motivo de uso. De maneira concreta este trabalho propõe como seriam os desdobramentos da automedicação se as pessoas que estão usando, tivessem conhecimento suficiente sobre sua dose, tempo de ingestão, efeito colateral em overdose e em contrapartida, também é

demonstrado que devido à falta de informação pode causar efeitos graves como resistência a antibióticos, problemas de peles, hipersensibilidade e alergias.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 INTRODUÇÃO A PROBLEMÁTICA DA AUTOMEDICAÇÃO

A automedicação é o ato de usar medicamentos por conta própria ou por recomendação de pessoas não qualificadas com base no bom senso ou na experiência pessoal, utilizados no tratamento de doenças cujos sintomas são identificados pelo próprio indivíduo, sem consulta prévia ao médico ou odontológico, conforme definição da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (BRASIL, 2001).

No complexo contexto do sistema de saúde brasileiro, em que as necessidades de saúde não são plenamente atendidas, a farmácia comunitária ocupa posição privilegiada como estabelecimento de saúde mais acessível à população, por representar um importante local de busca pela atenção básica. . Nas farmácias brasileiras, a comercialização de muitos medicamentos dispensa a prescrição médico-odontológico, aumentando e estimulando a automedicação e a indicação terapêutica mediada por terceiros, tornando-as práticas comuns, mesmo no caso de doenças que exijam exames clínicos e laboratoriais para sua aplicação no diagnóstico (NAVAES et al., 2015).

Os medicamentos são importantes no tratamento de doenças e são responsáveis pela melhoria da qualidade de vida da população. No entanto, o uso indiscriminado de medicamentos pode causar riscos à saúde. A prática da automedicação é preocupante devido ao fácil acesso aos produtos terapêuticos e aos potenciais danos à saúde causados por tais práticas (PELICIONI, 2015).

A automedicação é entendida como um procedimento cuja principal característica é a iniciativa do paciente ou de seu responsável para aquisição, elaboração e utilização de um medicamento em busca de alívio sintomático e tratamento de doenças (PAULO & ZANINI, 2019).

Existem várias formas de se praticar a automedicação, como adquirir o medicamento sem a prescrição necessária, compartilhar o medicamento com seus conhecidos, usar sobras de receitas, usar receitas antigas e não cumprir a prescrição profissional, estender ou encerrar prematuramente a dosagem e o prazo tempo recomendado na receita (ANDRADE, 2008). Segundo PELICIONI (2015), grande parte da população brasileira não está preparada para entender os prejuízos que essa prática pode causar ou mesmo para se auto-medicar com responsabilidade.

Vários fatores induzem à prática da automedicação, como a venda indiscriminada de medicamentos, principalmente pela dificuldade de acesso aos sistemas de saúde e pelos custos com planos de saúde e consultas médicas. Por outro lado, pouco se sabe sobre as características da população associada a essa prática. Um melhor entendimento das características apresentadas pelos indivíduos que se automedicam facilitará a observação de grupos de maior risco e, portanto, mais atenção deve ser dedicada a eles (SILVA, 2016).

O Brasil tem um mercado de medicamentos que movimenta bilhões por ano, sendo um dos países que mais consome drogas. Cerca de 480 empresas compõem o setor farmacêutico, além de mais de 65.000 farmácias e drogarias em todo o país, em número crescente (DOMINGUES et al., 2015). No complexo contexto do sistema de saúde brasileiro, em que as necessidades de saúde não são plenamente atendidas, a farmácia comunitária ocupa posição privilegiada como estabelecimento de saúde mais acessível à população, por representar um importante local de busca pela atenção básica. Nas farmácias brasileiras, a comercialização de muitos medicamentos dispensa a prescrição médico-odontológico, aumentando e estimulando a automedicação e a indicação terapêutica mediada por terceiros, tornando-as práticas comuns, mesmo no caso de doenças que exijam exames clínicos e laboratoriais para sua aplicação e diagnóstico (NAVAES et al., 2010).

Inexperiente e privado dos conhecimentos essenciais para diferenciar os problemas de saúde, julgar seus agravos e decidir sobre a terapia medicamentosa mais adequada para a situação, o consumidor coloca em risco

sua saúde, contribuindo para diagnósticos errôneos sobre a patologia, demora na identificação dos sinais e sintomas, seleção de terapia inadequada, dosagem inadequada do medicamento, período de uso reduzido ou prolongado, possibilidade de dependência, risco de efeitos colaterais graves, possíveis interações com outros medicamentos, risco de reações anafiláticas e falta de conhecimento da forma correta de armazenar o medicamento (RODRIGUES et al., 2016).

2.2 INCIDENCIA E EFEITOS TÓXICOS DA AUTOMEDICAÇÃO

O uso indiscriminado de medicamentos, a automedicação e a prescrição de medicamentos por pessoas sem qualificação técnica são graves problemas de saúde pública no Brasil. A automedicação pode ser definida como a escolha e uso de medicamentos para o tratamento de sintomas e/ou patologias sem prescrição ou supervisão de um profissional, seja ele médico ou dentista (BUENO, 2017). A automedicação é mundialmente utilizada e pode ter frequências diferentes dependendo da população, tipo de estudo, método ou período de estudo (NAVES et al., 2015).

Figura 1 - Os principais prescritores leigos e informais no Brasil



Fonte: ICQT (2018).

Embora a maioria dos medicamentos consumidos não sejam medicamentos prescritos, a intoxicação potencial e os efeitos colaterais que podem causar nos consumidores não devem ser esquecidos. No caso de analgésicos como não esteroides, distúrbios gastrointestinais, reações alérgicas e até efeitos renais podem ser citados entre outros efeitos colaterais (GONÇALVES et al., 2017).

Um estudo de Martinez (2014) constatou que a automedicação entre os entrevistados resultou em uma prevalência de 15,1% de efeitos colaterais; Em contraste, em um estudo de Paula e colaboradores (2012), que avaliou hospitalizações em idosos devido à toxicidade e efeitos colaterais de medicamentos no Brasil, analgésicos não opioides, antipiréticos e anti-reumáticos estiveram associados a 37,0% dos auto-hospitalizações por medicamentos. a intoxicação, que ocupa o quarto lugar nas internações nessas situações e está mais relacionada aos casos de trauma.

Margonato, Thomson e Paoliello (2008) e Mota et al. (2012) citam as drogas como um dos principais agentes de intoxicação que são tratados em uma emergência médica. Para Gonçalves et al. (2017), a intoxicação por drogas ocorre por diversos motivos, entre os quais os principais são a administração acidental, as tentativas de suicídio e o abuso (principalmente entre adolescentes e adultos), bem como os erros de administração. A intoxicação por drogas tornou-se um problema de saúde pública e, com esse número crescente de casos, cresce a necessidade de fiscalizações, programas de educação em saúde, além de medidas preventivas, educacionais e de vigilância aprimorada (RIBEIRO, 2020).

Germano e Alonso (2017) citam alguns fatores que costumam estar associados à intoxicação medicamentosa, a saber: automedicação, erro de prescrição, exposição acidental, uso inadequado, e entre esses fatores destacam-se: tentativa de suicídio, aborto etc. assassinato. O suicídio é considerado a principal causa de intoxicação por drogas, justificado pelo uso irracional e em altas doses de drogas, mais comum em mulheres jovens (GANDOLFI; ANDRADE, 2006). As intoxicações são muito comuns em todo o mundo e, apesar dos diversos casos, a taxa de mortalidade pode ser considerada baixa. De 2011 a 2015, a automedicação foi a segunda causa mais comum de intoxicação por drogas. Entre 2010 e 2017, ocorreram 565.271 casos de intoxicações no Brasil. Destes, em 298.976 medicamentos, o medicamento foi o agente tóxico mais frequente, o que corresponde a 52,8% do total de casos. Dados do Ministério da Saúde mostram que, entre 2007 e 2017, o SINAN (Sistema de Informações sobre Intoxicações) no Brasil registrou 470.913 casos de intoxicações. O uso de drogas

predominou no perfil das tentativas de suicídio, com 12.845 casos de automedicação registrados no mesmo período (RIBEIRO et al. 2020).

2.3 CLASSES MEDICAMENTOSAS E FITOTERAPICOS COM ATENÇÃO A AUTOMEDICAÇÃO E LEGISLAÇÃO REGULAMENTÓRIA QUE ENVOLVE OS MEDICAMENTOS SEM PRESCRIÇÃO

O uso indiscriminado de drogas ou substâncias consideradas “comuns”, como analgésicos, pode causar inúmeras consequências como reações alérgicas, dependência, sangramento digestivo e pode até aumentar o risco de certos tipos de câncer. Algumas classes de medicamentos exigem receita médica no momento da compra (VITOR et al., 2008).

Antibióticos e psicotrópicos, entre outros grupos terapêuticos não descritos no GITE, e medicamentos administrados por via parenteral, estão disponíveis mediante prescrição, RDC nº. 138 de 29 de maio de 2003. Restringindo a liberdade de uma pessoa de aliviar os sintomas seguindo sua vontade. O uso inadequado de medicamentos é impulsionado por fatores externos como cultura, economia e outros fatores que facilitam a compra e venda de medicamentos sem a necessidade de receita médica (FREITAS, 2008).

A prática da automedicação em nosso país se caracteriza pela crise do setor saúde. O acesso aos serviços públicos de saúde é difícil e a maioria da população vive na pobreza e não pode pagar pelo seguro saúde, razão pela qual essa prática é tão comum. Porém, o fator financeiro é insuficiente para explicar a automedicação, fatores como educação, acesso a informações sobre medicamentos e principalmente o fator cultural também entram nesse contexto (SOUSA et. al., 2008).

Essa forte tendência à automedicação oferece esperança para o país enfrentar o problema da falta de confiabilidade das agências de vigilância sanitária na verificação e coibição de práticas injustas, bem como delinear os limites entre a exposição da indústria farmacêutica ao mercado e os padrões éticos necessários para fique saudável na saúde pública (FREITAS, 2008). Segundo Cantarino

(2007), “o Brasil está entre os países com maior consumo de drogas no mundo. O país ocupa o 10º lugar no ranking do mercado farmacêutico global, vendendo uma média de 1,6 bilhões de caixas de medicamentos anualmente. ” De acordo com o censo de 2010, a população do Brasil é de 190.732.694, usando esse número, são vendidas cerca de 8,4 caixas de medicamentos por habitante anualmente (IBGE, 2020).

Segundo a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), automedicação é o uso de medicamentos por conta própria ou por recomendação de pessoas não qualificadas, como trabalhadores de farmácia e até amigos e familiares, para tratar doenças que o usuário "percebe" sintomas, sem a avaliação do profissional médico, como médicos e dentistas (ANVISA, 2017). As principais queixas que levam à automedicação são: prisão de ventre, gripe, tosse, dor de garganta, rinite alérgica, úlceras orais, indigestão, constipação, vômito, diarreia, sangramento, queimadura de sol, verrugas, dor moderada (cabeça ou músculos) e um pouco de pele problemas como acne e micoses (MENDES et. al, 2014).

Podemos citar alguns dos fatores que contribuem para essa prática, como a venda de medicamentos sem prescrição nas farmácias, as propagandas de medicamentos na mídia e o congestionamento nos domicílios, as chamadas “pequenas farmácias domiciliares”. Essas pequenas farmácias representam um fator de risco muito alto porque o acesso a esses medicamentos é muito fácil e a ingestão acidental, principalmente por crianças, é comum. Assim, o risco de intoxicação é alto (SCHIMID, BERNAL, SILVA, 2010; AQUINO, 2008; FERREIRA et al., 2005).

Dados do Sistema Nacional de Informações Tóxicas e Farmacológicas (SINITOX) mostram que em 28% dos casos de intoxicação no Brasil os medicamentos são o principal tóxico. Entre eles, crianças menores de 5 anos representam 35% dos casos. Entre 1999 e 2009, foram relatados mais de 307.650 casos de intoxicação por drogas, com níveis superiores às reações tóxicas de pesticidas, venenos de rato, mordidas de animais, produtos de limpeza e cosméticos (SINITOX, 2009). Além do risco de intoxicação por automedicação, o uso indiscriminado de drogas ou substâncias consideradas

“corriqueiras”, como analgésicos, pode causar inúmeras consequências, como reações alérgicas, vícios, sangramento digestivo, podendo até aumentar o risco de certos tipos de câncer (VITOR et. al, 2008).

Segundo Cantarino (2007), “o Brasil está entre os países com maior consumo de drogas no mundo. O país ocupa o 10º lugar no ranking do mercado farmacêutico global, vendendo uma média de 1,6 bilhões de caixas de medicamentos anualmente”. De acordo com o censo de 2020, a população do Brasil é de 213 milhões e, com base nesses dados, são vendidas anualmente cerca de 8,4 caixas de medicamentos por habitante (IBGE, 2020). A Associação Brasileira da Indústria Farmacêutica afirma que cerca de 80 milhões de brasileiros, aproximadamente 42% da população, praticam a automedicação. Em geral, essa prática é justificada pela má qualidade do fornecimento de medicamentos, principalmente porque a maioria das farmácias não cumpre a obrigação de fornecer receitas médicas para a venda de determinados medicamentos. No Brasil, uma empresa farmacêutica é tratada apenas como comércio de medicamentos e não é reconhecida como unidade de saúde (VITOR et. al, 2008; SOUSA, SILVA, NETO, 2008).

Parte significativa do mercado da indústria farmacêutica é contabilizada pelo consumo de medicamentos pela população sem consulta médica, o que leva à automedicação por influência da mídia. Neste mercado, não existem esforços de marketing direcionado, publicidade e farmácias adaptadas aos verdadeiros supermercados. Assim, estimula-se uma cultura de uso excessivo de uma grande variedade de medicamentos (SOUSA, SILVA, NETO, 2008). Existem 82.204 farmácias e farmácias no país, das quais 63.606 estão localizadas no sertão, segundo relatório do Conselho Federal de Farmacêutica (CFF) em dezembro de 2010, relatório da comissão de fiscalização. A Organização Mundial da Saúde (OMS) considera ideal ter uma farmácia para cada 8-10 mil pessoas, esses números indicam que existe cerca de uma farmácia para cada 2.320 pessoas, o que é quase quatro vezes mais que o ideal (CFF, 2010).

2.3.1 FITOTERAPICOS E NATURAIS

A diferença entre os efeitos terapêuticos e tóxicos dos medicamentos em geral se deve à simples dose utilizada. Assim, em situações normais, doses adequadas produzem o efeito terapêutico desejado, enquanto altas doses causam intoxicação, ignorando as características individuais do paciente. Atualmente, os profissionais de saúde prestam grande atenção às variações nas respostas clínicas com base nas características individuais. Quando uma dose de um medicamento é administrada de forma inadequada, ou mesmo em decorrência do uso indiscriminado de drogas sintéticas ou naturais, pode causar certas patologias indesejadas que atualmente estão causando morbidade e até a morte. (GERMANO, 2017)

A automedicação é o uso de medicamento por conta própria ou por recomendação de pessoa não qualificada para o tratamento de doenças, cujos sintomas são "percebidos" pelo usuário, sem avaliação prévia do profissional de saúde (médico ou dentista) (ANVISA, 2017). O uso racional de medicamentos significa obter o melhor efeito, usá-los no menor tempo possível, a um preço razoável. Embora isso pareça óbvio, a prática tem mostrado que as drogas raramente são usadas de maneira racional. Segundo a OMS, para o uso racional é necessário prescrever o medicamento adequado, de forma que esteja disponível a um preço acessível, que seja distribuído e dispensado de maneira adequada e que seja utilizado na dose e dosagem indicadas. O medicamento deve ser eficaz, seguro e de qualidade comprovada (ARIAS, 1999).

O consumo de plantas medicinais no Brasil é caracterizado pelo uso empírico e pela falta de evidências adequadas para a ação farmacológica de medicamentos produzidos por curandeiros, comerciantes e usuários. Além disso, outros fatores como intoxicação, reações alérgicas e falha do tratamento podem estar associados ao uso impróprio dessas plantas. Esses problemas também podem estar relacionados a erros na identificação das espécies consumidas ou na forma como são cultivadas, colhidas, armazenadas, preservadas ou preparadas. (GELLER, 2012)

A mídia tem impactado negativamente o consumo desses produtos, promovendo a ideia da superioridade dos medicamentos ou das terapias naturais, alegando

que não apresentam reações adversas ou contra-indicações. Esta situação pode fazer com que os consumidores façam uso indevido de certos tipos de plantas perigosas que são consideradas medicinais. (GALVAN, 2016).

A descontextualização do consumo dessas plantas, quando determinadas espécies são utilizadas para fins medicinais diferentes dos indicados para o uso tradicional, pode contribuir para o risco de reações tóxicas em quem as ingere. (MARGONATO, 2008) De acordo com o texto de Diego Benny, podemos observar a eficácia de algumas ervas medicinais e seus possíveis efeitos colaterais: Aroeira: Esta árvore é constituída por um verdadeiro "Canivete Suíço". O gel feito com seu óleo é eficaz contra algumas micoses vaginais. A substância também tem propriedades cicatrizantes, antiinflamatórias e antimicrobianas, úteis para estomatite (uma patologia viral que causa úlceras bucais) e infecções que afetam a pele. Efeitos colaterais: alergias cutâneas. (NAVAES, 2010)

2 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de caráter descritivo cujos artigos selecionados para estudo foram pesquisados nas bases de dados: BVS, Scielo, Lilacs e Google Acadêmico. Também foram utilizadas monografias e teses de mestrado sobre o tema além de livros didáticos na área de saúde do trabalhador e enfermagem. A seleção dos dados deu-se a partir dos descritores: enfermagem do trabalho, saúde do trabalhador e riscos ocupacionais.

Os dados primários foram coletados através do uso das seguintes técnicas de pesquisa de fatos; revisões, artigo, livros, enquanto os dados secundários serão de minutas de departamento, relatórios, revistas e sites do governo. Foi realizada uma revisão de literatura de livros relacionados, na internet e outras fontes confiáveis que fornecem dados imperativos sobre o estudo. A revisão segue as diretrizes gerais de revisões sistemáticas da literatura.

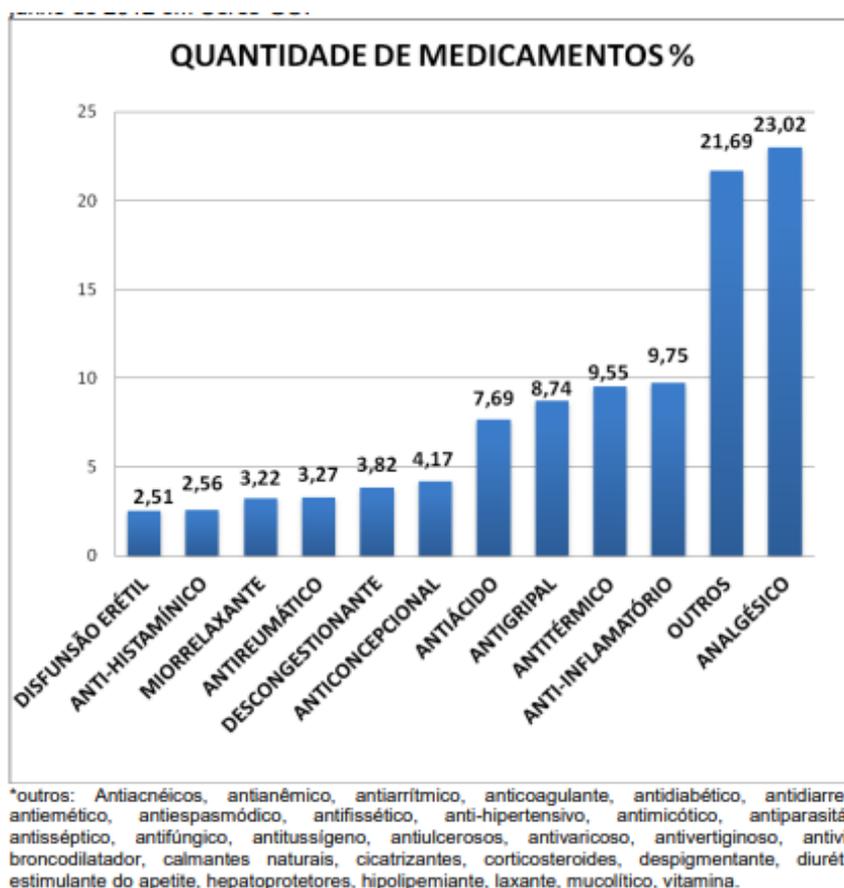
Tem sido argumentado que revisões sistemáticas da literatura fornecem uma abordagem mais rigorosa para sintetizar a literatura sobre um tópico em particular, em comparação com o estilo mais aberto das revisões convencionais

(LACEY, 2011). De acordo com Jesson et al (2011), revisões sistemáticas são claras sobre seus objetivos, quais bases de dados foram pesquisadas e quais estudos foram incluídos e excluídos e por quê. Além disso, revisões sistemáticas têm um foco específico e relatam a qualidade dos estudos que foram examinados

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa foi realizada de setembro a novembro de 2021. Segundo o DATASUS (2020), as classes de medicamentos mais consumidas foram: analgésicos - 23,02%, antiinflamatórios - 9,75%, antipiréticos - 9,55%, antigripais - 8,74%, antiácidos - 7,69%. , anticoncepcionais 4,7%, descongestionantes 3,82%, antirreumáticos 3,27%, relaxantes musculares 3,22%, anti-histamínicos 2,56%, disfunção erétil 2, 51% e outros * 21,69% (Gráfico 1). Algumas doenças como dor de garganta, gripe, resfriados e alergias são causadas pela estação chuvosa e fria nos meses em que o estudo foi realizado. O surgimento dessas doenças leva ao uso de alguns medicamentos, como anti-inflamatórios, anti-influenza, anti-histamínicos, descongestionantes e antitérmicos. Os medicamentos de automedicação mais vendidos foram os analgésicos. Isso se deve ao fato de que as pessoas não suportam a dor, uma vez que essa condição afeta não só as relações sociais e emocionais, mas também a qualidade de vida e a produtividade. Entre os clientes que faziam uso dessa classe de medicamentos, uma das principais queixas era a cefaleia.

GRAFICO 1 – QUANTIDADE DE MEDICAMENTOS EM %

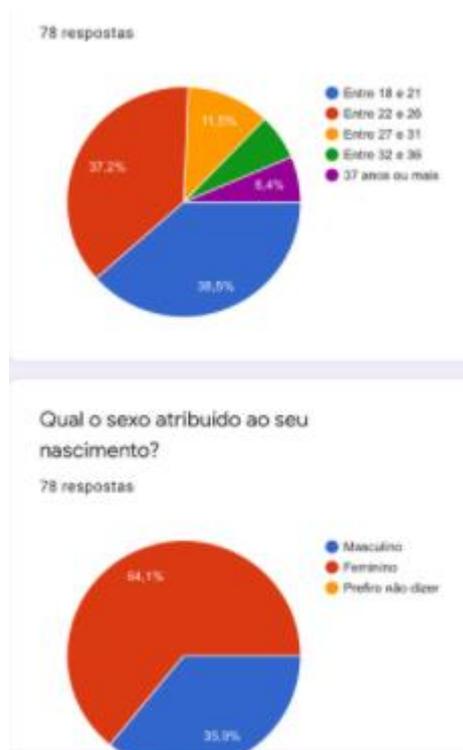


FONTE – DATASUS 2020

A pesquisa mostra que as dores de cabeça são tratadas principalmente com analgésicos e a automedicação é bastante comum nesses casos. Confirmação dos resultados obtidos neste estudo (OLIVEIRA & PELÓGIA, 2011). O alto consumo de anti-inflamatórios não esteroides pode causar efeitos colaterais, como desconforto gástrico, úlceras e gastrite. Essas drogas inibem a síntese e a liberação de prostaglandinas, substâncias sintetizadas a partir do ácido araquidônico. Estão envolvidos em diversas ações metabólicas e fisiológicas, mas a função mais importante a ser discutida nesta fase é a ação protetora da mucosa gástrica.

Num questionário realizado pelas autoras com integrantes em que a grande maioria dos entrevistados de acordo com os gráficos abaixo tem uma faixa etária inferior a 40 anos.

Gráfico 1 – Faixa Etária



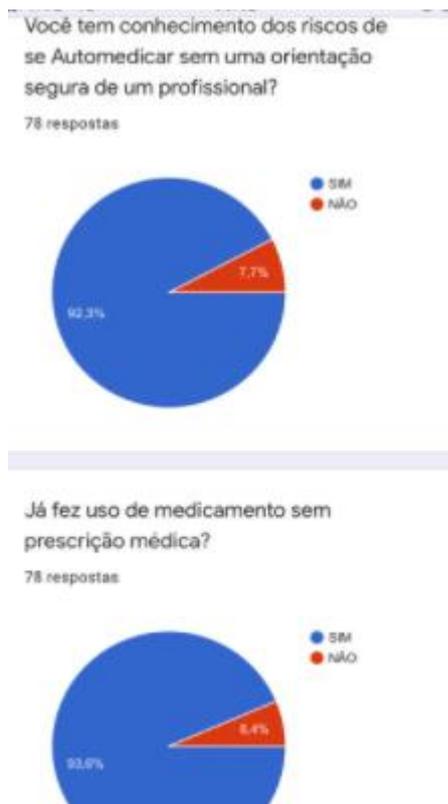
Fonte – As autoras

As prostaglandinas desempenham um papel protetor, aumentando a secreção de muco e cicatrizando feridas e úlceras. Ao inibir a liberação e a síntese dessas substâncias, o tecido do estômago fica desprotegido, o que contribui para a ação do ácido clorídrico, que pode causar irritação e até sangramento gástrico (GELLER et. Al, 2012). Conseqüentemente, os efeitos colaterais decorrentes do uso contínuo e desregulado de analgésicos levam ao tratamento paliativo com alguns antiácidos e mesmo à associação com antieméticos, iniciando o ciclo terapêutico. Tendo dominado as habilidades de automedicação para desconforto estomacal, o paciente retornará à farmácia para se livrar dos alegados sintomas. Como a pessoa não para de tomar analgésicos, também não para de tomar antiácidos, mas o uso excessivo de antiácidos causa um efeito rebote, que piora o estado do estômago do paciente.

Além disso, o uso de antiácidos e antieméticos também podem ser atribuídos ao consumo excessivo de alimentos e bebidas durante os feriados e finais de semana, o que motivou o uso desses medicamentos. Outros resultados importantes mostraram que medicamentos e anticoncepcionais para disfunção erétil tiveram um papel importante neste estudo. Sildenafil foi o medicamento para disfunção erétil mais comumente usado,

Também no questionário realizado pelas autoras, foi constatado que a maior parte dos entrevistados tem conhecimentos dos riscos de se automedicar, bem como a ampla maioria já fez ou faz uso de medicamentos sem prescrição médica.

Gráfico 2 – AUTOMEDICAÇÃO EM %



FONTE – As Autoras

Segundo estudo realizado com universitários de São Paulo, os motivos mais comuns para o uso dessas drogas são curiosidade (70%), aumento da ereção (12%), controle da ejaculação precoce (12%) e aumento do prazer (6%). Neste estudo, o sildenafil também foi o medicamento mais comumente usado para o tratamento da disfunção erétil, e os jovens também foram os maiores usuários (FREITAS et. al, 2008). Os anticoncepcionais são usados principalmente para prevenir a gravidez. Seu uso é muitas vezes visto como automedicação, pois a maioria das mulheres não vai ao médico para saber qual anticoncepcional usar, costumam usar o mais comum ou o da namorada. Outro fator associado ao alto consumo de anticoncepcionais é que algumas mulheres procuram o

ginecologista com receita médica, tornando neste caso também a automedicação.

Verificou-se que há um pequeno paralelo entre as pessoas que se medicam com frequência (35,9% e as pessoas que automedicam raramente 65,7%) demonstrando-se expressivo o número de pessoas que consomem medicamentos por conta própria, mesmo cientes dos riscos.

Gráfico 3 – AUTOMEDICAÇÃO SEM ORIENTAÇÃO



Fonte – As Autoras

Neste hiato, também é importante frisar a % de pessoas que foram influenciadas por familiares e amigos, onde é em sua maioria abrupta (79,5) e os restantes, se automedicaram com conhecimentos obtidos com bases em televisão, redes sociais e internet como um todo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como o uso da automedicação na maioria das vezes é feito de forma irresponsável e sem a preocupação de vincular um medicamento a outro, pode-se dizer que a automedicação é uma das principais causas de intoxicação no Brasil. Em cerca de 30% dos casos de intoxicação, os medicamentos são a principal substância tóxica. Dados coletados entre 2009 e 2019 mostram que houve 307.650 casos de intoxicação por drogas. Essas taxas superam as reações tóxicas de pesticidas, venenos de rato, picadas de veneno, produtos de limpeza e cosméticos (SINITOX, 2019).

Em muitos casos, essas intoxicações levam à morte. As faixas etárias com maior número de óbitos por intoxicação estão entre 20 e 59 anos, sendo responsáveis por 70% de todas as mortes por uso inadequado de medicamentos (SINITOX, 2009). Sob o manejo farmacêutico, as taxas de intoxicação e outros problemas decorrentes do uso inadequado de drogas tendem a diminuir. Uma vez sob orientação profissional, o paciente percebe os riscos associados ao uso de drogas e torna-se mais cauteloso com a prática.

Porém, a assistência farmacêutica chega a um impasse, muitas vezes o sistema de farmácia é colocado em funcionamento, com foco apenas na venda, por outro lado, o farmacêutico deve exercer suas atividades estabelecidas no Código de Ética Profissional. Apesar desse impasse, o farmacêutico deve exercer plenamente sua atividade farmacêutica de forma a reduzir os riscos associados à prática da automedicação (OLIVEIRA & PELÓGIA, 2011). A classe terapêutica mais utilizada foi a de analgésicos (23,02%). E o farmacêutico mais vendido foi o Dorflex® (4,14%), que é analgésico, relaxante muscular e antipirético. Porém, o dado que mais chamou a atenção dos pesquisadores deste estudo foi o alto consumo de medicamentos para disfunção erétil, ocupando a décima primeira classe terapêutica mais popular (2,51%) e a oitava classe farmacêutica mais vendida (2,38%) (DATASUS 2020).

Além disso, observou-se neste trabalho que a automedicação pode levar a ciclos de uso de drogas que podem levar a casos graves de intoxicação. Assim, ele destaca a importância do farmacêutico na correta distribuição dos medicamentos e na prestação da assistência farmacêutica para alertar a população para os

riscos da automedicação, abreviando essa prática.

5 REFERÊNCIAS

ANVISA. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. **Resolução da diretoria colegiada- RDC nº 174**, de 15 de setembro de 2017

ANVISA. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. **Resolução da diretoria colegiada- RDC nº 44**, de 17 de agosto de 2017

ARIAS, D. **Self-medication**. Journal of Biological Sciences, 24(4):808-812, 1999.

ARNOLD, C. M. L.; GONTIJO, I. L. **Automedicação entre as trabalhadoras de enfermagem de um hospital de Uberaba – MG**. Revista Eletrônica Gestão & Saúde. Vol. 06, N°. 02, p. 1229-38, 2015.

BERTOLDI, A. D. et al. **Utilização de medicamentos em adultos: prevalência e determinantes individuais**. Revista de Saúde Pública, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 228-38, 2004.

BRASIL. Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986. **Dispõe sobre a regulamentação do exercício da Enfermagem e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 1986.

BRASIL. **Resolução da Diretoria Colegiada nº 328**. Agência Nacional de Vigilância Sanitária, 22 de julho de 1999.

CANTARINO, J. F.; GOTTSCHAU, M.; SIERSMA, V. D.; GRAUNGAARD, A. H.; HOLSTEIN, B. E.; KNUDSEN, L. E. **Association of maternal self-medication and over-the counter analgesics for children**. Pediatrics. 133(2):291-298, 2007.

FREITAS, R. M.; MAIA, F. D.; IODES, A. M. F. **Atenção farmacêutica aos usuários do centro de atenção psicossocial–CAPS VI**. Infarma 18(9/10), 2008.

FREITAS, V. P.; MARQUES, M. S.; DUARTE, S. F. P. **Automedicação em Universitários do curso de Graduação da área de Saúde em uma Instituição de Ensino Superior Privada em Vitória da Conquista**. Id on Line Revista multidisciplinar e de Psicologia, 2009.

GALVAN, M. R.; DAL PAI, D.; ECHEVARRÍA-GUANILO, M. E. **Automedicação entre profissionais da saúde**. REME. Rev Min Enferm, 2016.

GANDOLFI, E.; ANDRADE, M. G. G. **Eventos toxicológicos relacionados a medicamentos no Estado de São Paulo**. Revista de Saúde Pública, São Paulo, v.40, n.6, p.1056-1064, 2006.

GELLER, L. S. F. et al. **Automedicação em acadêmicos de cursos de graduação da área da saúde de uma universidade privada do Sul do Estado de Minas Gerais.** Odont. Clin.- Cient., Recife, p. 57 – 63, 2012.

GERMANO, L. C.; ALONSO, H. G. A. **Estudo descritivo dos atendimentos hospitalares por eventos toxicológicos em um município do estado de São Paulo, 2012.** Epidemiologia e Serviços de Saúde. Brasília, v.26, n.3, jul./set., 2017.

GONÇALVES, C. A. et al. **Intoxicação Medicamentosa: relacionada ao uso indiscriminado de medicamentos.** Revista Científica da Faculdade de Educação e Meio Ambiente, Ariquemes, RO, v.8, n.1, p.135-143, jan./jun., 2017.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2020.

JESSON, B. M.; LAMBOUR, P.; CERÓN, A. **Comparing antibiotic self-medication in two socio-economic groups in Guatemala City: a descriptive cross-sectional study.** BMC Pharmacology and Toxicology, 2015.

LACEY, I. A.; KIM, B.; BAJPAI, V. K.; PARK, Y. **Self-medication and antibiotic resistance: crisis, current challenges, and prevention.** Saudi Journal of Biological Sciences, 24(4):808-812, 2011.

MARGONATO, F. B.; THOMSON, Z.; PAOLIELLO, M. M. B. **Determinantes nas intoxicações medicamentosas agudas na zona urbana de um município do Sul do Brasil.** Cadernos de Saúde Pública [online]. v. 24, n. 2, 2008.

MARTINEZ, R. S. **Automedicação.** Revista da Associação Médica Brasileira, v. 47, n. 4, Editorial, 2014.

MENDES, Z.; MARTINS, A. P.; MIRANDA, A. C.; SOARES, M. A.; FERREIRA, A. P.; NOGUEIRA, A. **Prevalência da automedicação da população urbana.** Revista Brasileira de Ciências Farmacêuticas, v. 40, n. 1, pg. 21-25, jan./mar., 2014.

NAVAES, S. R. B. **Sentidos da automedicação para enfermeiras de hospital público do município de Niterói.** Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, 2010.

OLIVEIRA, A. L. M.; PELÓGIA, N. C. C. **Cefaleia como principal causa de automedicação entre os profissionais da saúde não prescritores.** Rev. Dor, São Paulo, v.12, n. 2 Abr./Jun., 2011.

PAULA, T. C.; BOCHNER, R.; MONTILLA, D. E. R. **Análise clínica e epidemiológica das internações hospitalares de idosos decorrentes de intoxicações e efeitos adversos de medicamentos,** Brasil, de 2014 a 2018. Revista Brasileira de Epidemiologia. v.15, n.4, p.828-844, 2019.

RIBEIRO, M. I. et al. **Prevalência da automedicação na população estudantil**

do Instituto Politécnico de Bragança. Revista Portuguesa de Saúde Pública, v. 28, n. 1, p. 41-48, 2020.

SCHMID, B.; BERNAL, R.; SILVA, N. N. **Automedicação em adultos de baixa renda no município de São Paulo.** Revista de Saúde Pública. v.44, n.6, p.1039-1045, 2010.

SILVA, F. M.; GOULART, F. C.; LAZARINI, C. A. **Caracterização da prática de automedicação e fatores associados entre universitários do curso de Enfermagem.** Revista Eletrônica de Enfermagem de São Paulo, 2016.

SILVA, L. S. F. et al. **Automedicação em acadêmicos de cursos de graduação da área da saúde de uma universidade privada do Sul do Estado de Minas Gerais.** Odont. Clin - Cient., Recife, p. 57 – 63, 2010.

SILVANA, A. I. L. et al. **Prevalência e fatores associados a automedicação: resultados do projeto Bambuí.** Rev Saúde pública, Belo Horizonte, MG, p. 55-62, 2015.

SOUSA, H. W. O.; SILVA, J. L.; NETO, M. S. **A Importância do Profissional Farmacêutico no Combate à Automedicação no Brasil.** Revista Eletrônica de Farmácia, Imperatriz – MA, v. 5, n. 1, pg. 67-72, 2008.

VITOR, R. S.; LOPES, C. P.; MENEZES, H. S.; KERKHOFF, C. E. **Padrão de consumo de medicamentos sem prescrição médica na cidade de Porto Alegre, RS.** Revista & Saúde Coletiva, Porto Alegre – RS, v. 13, Sup I, pg. 737-743, 2008.

**SEGURANÇA ALIMENTAR, DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO
ADEQUADA (DHAA) E PANDEMIA: O PAPEL RENOVADO DOS
BANCOS DE ALIMENTOS À LUZ DA LEI Nº 14.016/2020 E DO
DECRETO Nº 10.490/2020**

CACEMIRO, Yasmin do Carmo¹

DALTO, Lorena Fonseca Bressanelli²

RESUMO

Busca-se com o presente determinar o papel da lei nº 14.016/2020 e do decreto nº 10.490/2020 no fortalecimento das políticas públicas de Segurança Alimentar e do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), bem como propor práticas que contribuam para ampliar a efetividade das normas preconizadas e identificar os reais impactos da pandemia de Covid-19 no aumento da insegurança nutricional no Brasil.

Palavras-chave: Direitos Humanos; Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA); Covid-19; Banco de Alimentos; Legislação.

ABSTRACT

The aim is to determine the role of Law No. 14.016/2020 and Decree No. 10.490/2020 in strengthening public policies on Food Security and the Human Right to Adequate Food (DHAA), as well as to propose practices that contribute to expanding the effectiveness of the recommended norms and identify the real impacts of the Covid-19 pandemic on the increase of nutritional insecurity in Brazil.

Keywords: Human rights; Human Right to Adequate Food (DHAA); Covid-

¹ Graduanda do Curso de Direito da Multivix Cachoeiro de Itapemirim – yasmincacemiro@hotmail.com;

² Professor (a) orientador (a): Advogada, professora de Estágio Supervisionado e coordenadora do Curso de Direito da Multivix Cachoeiro de Itapemirim – lorena.dalto@multivix.edu.br;

19; Food Bank; Legislation.

INTRODUÇÃO

Considerados os efeitos devastadores da tragédia vivenciada com a pandemia de Covid-19, e suas nefastas implicações sobre a economia brasileira, parece cogente admitir a contemporaneidade das discussões que versem sobre Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). O combate à fome e suas consequências, tema que já era de inegável relevância antes do advento do Sars-CoV-2 (FAO, 2020), passou a exigir ainda maior seriedade e urgência na esteira da grave crise sanitária (Rede PENSSAN, 2021).

Para se ter ideia da seriedade do problema, basta citar que dados do “Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia Covid- 19 no Brasil”, divulgados em maio de 2021 pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN), revelaram que, do total de 211,7 milhões de brasileiros, 116,8 milhões experienciavam algum grau de incerteza nutricional (FAO, 2021). A esta informação alarmante soma-se a constatação científica (FIOCRUZ, 2019) de que o ciclo de passagem de uma fase de regularidade econômica para outra, de recessão, pode ser tão crítico e perigoso quanto à própria doença que tem ceifado centenas de milhares de vidas ao redor do mundo (CACEMIRO et al., 2020, p. 260).

Destarte, partindo da premissa de que o DHAA é essencial para a conservação da vida humana, encontrando-se estabelecido na Carta Política brasileira como um dos direitos sociais previstos no art. 6º, por força da Emenda Constitucional nº 64, de 2010, revela-se tarefa necessária escrutinar potenciais resultados das recentes iniciativas legais de mitigação da subnutrição, combate ao desperdício de alimentos, estímulo à doação de excedentes e fomento a Políticas Públicas de Segurança Alimentar e Nutricional; com especial atenção aos Bancos de Alimentos (BA), que titulam o presente. Estes, conforme normatizado pelo art. 1º, § 1º, do Decreto nº 10.490, de 17 de setembro de 2020, “são estruturas físicas

ou logísticas que ofertam o serviço de captação ou de recepção e de distribuição gratuita de gêneros alimentícios oriundos de doações dos setores público ou privado”.

Neste sentido, tenciona-se perquirir os reflexos do supramencionado dispositivo legal, bem como da lei nº 14.016, de 23 de junho de 2020, na renovação do papel de tais estruturas como instrumento para mitigar a fome por meio do aproveitamento de alimentos desperdiçados ao longo da cadeia produtiva. Pretende-se também mensurar se, transcorridos mais de dezesseis meses, aumentou realmente a doação de excedentes e o combate ao desperdício.

Dito isto, não é difícil intuir que, em um momento de escassez agravada (PATHIRANA, 2021), sobejam dúvidas sobre a efetividade das medidas normativas adotadas para garantir a SAN e o pleno exercício do DHAA em meio a uma pandemia que se estende por quase dois anos. Questiona-se, por exemplo, o que mudou a partir do novo arcabouço legislativo, e o que, de fato, seria necessário.

Para respondê-las tenciona-se demonstrar experiências bem-sucedidas, ideias com maior impacto, bem como as que realmente estão sendo efetivadas. Pretende-se descortinar números relacionados ao assunto, revelar o que defendem especialistas e, por fim, ajudar a desenhar os caminhos possíveis e necessários para equacionar da melhor forma temática tão cara a uma população abatida não somente pelas marcas deixadas pela pandemia, mas, igualmente, por consequência do recrudescimento da crise econômica.

Cabe pontuar ainda, como ensina corretamente o professor Fabiano Melo Gonçalves de Oliveira (2016, p. 214), que, “a alimentação adequada, qualitativa e quantitativa, é um direito a ser assegurado para cada ser humano como um direito humano fundamental”. Neste sentido preleciona o mestre que tal “é expressamente consagrado no art. 12, inciso 1 do Protocolo de San Salvador”, reproduzido in verbis: “Toda pessoa tem direito a uma nutrição adequada que assegure a possibilidade de gozar do mais alto nível de desenvolvimento físico, emocional e intelectual”.

Como assevera o autor, com fundamento no art. 12, inciso 2, do mesmo dispositivo, “a fim de tornar efetivo esse direito e de eliminar a desnutrição, os Estados-partes [dentre estes o Brasil] comprometem-se a aperfeiçoar os métodos de produção, abastecimento e distribuição de alimentos, para o que se comprometem a promover maior cooperação internacional com vistas a apoiar as políticas nacionais sobre o tema”. Objetivo que, diga-se, ressoa como mandamento norteador da presente pesquisa acadêmico.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Dada a natureza da tarefa, a metodologia adotada contemplou certos passos considerados indispensáveis para perfazer o propósito da pesquisa. Neste sentido, além do necessário levantamento bibliográfico, leitura e anotações preliminares, buscou-se consubstanciá-la com análise de dados quantitativos de entidades da sociedade civil organizada dedicada a segurança alimentar, mas, igualmente, com informações qualitativas divulgadas por organismos oficiais. A respeito deste último, trata-se o método qualitativo, como ensinam as professoras Marina de Andrade Marconi e Eva Maria Lakatos (2021, p. 44), de metodologia destinada a trabalhar com o universo dos valores e das atitudes, dentre outros, sendo, portanto, de aplicação oportuna às Ciências Sociais.

1. DHAA E A CRISE SANITÁRIA MUNDIAL

2.

Sopesado o ineditismo geracional da experiência vivenciada com a pandemia de Covid-19 e as transformações suscitadas pela crise sanitária, parece necessário aquiescer que o maior número possível de pesquisas sobre o tema permitirá não somente aprender com a tragédia, mas, igualmente, apontar caminhos que permitam superar equívocos e aprimorar as iniciativas de mitigação da fome em solo pátrio.

Sob tal perspectiva, resta evidente que os desafios impostos pelo Sars-CoV2, salvo significativos e breves avanços no campo da pesquisa clínica, por certo permanecerão atuais. Posto isso, é cogente reconhecer também que todo período de mudanças é, em alguma medida, marcado por inevitáveis

controvérsias. Estas são potencialmente mais significativas quando impostas por uma tragédia humana de dimensões ainda não totalmente mensuráveis (CACEMIRO; CACEMIRO, 2021, p. 414).

Para além de outras implicações há que se considerar, contudo, que, no que se refere à Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), emerge da crise sanitária, em muitos casos, forçosa experiência de novas práticas, a exemplo das adotadas em sede de medidas emergenciais por parte de organismos oficiais, bem como pelas entidades da sociedade civil organizada como meio de minorar a fome de milhares de pessoas. Tratam-se estas, não raro, de soluções emanadas da necessidade.

Bancos de Alimentos (BA), um dos temas do título, constituem-se, como definido oficialmente (AMARAL, 2020, p. 17), de um conjunto sistêmico de ações e atividades planejadas e programadas entre si, formuladas e executadas para que atendam a demanda da agenda de redução de perdas e desperdícios de alimentos e de garantia do DHAA. São, portanto, importante instrumento na política de mitigação da fome.

Como os resultados do recente Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia de Covid-19 no Brasil demonstraram que nos três meses anteriores à coleta de dados, em 2021, menos da metade dos domicílios brasileiros (44,8%) tinha seus moradores em segurança alimentar (FAO, 2021), cumpre reforçar a importância de pesquisas que demonstrem a efetividade, ou falta desta, em medidas concebidas para combater o desperdício de alimentos e a doação de excedentes para o consumo humano.

Válido assinalar ainda, com fulcro nos dados tornados públicos em maio último, que, conforme o levantamento, dos 55,2% de entrevistados que se encontravam em insegurança alimentar; 9% conviviam com a fome, ou, em outras palavras, encontravam-se em situação de insegurança alimentar grave; condição que, como demonstrado pelo inquérito, é ainda mais acentuada nos domicílios situados nas áreas rurais do país (12%) (Rede PENSSAN, 2021).

Destarte, urge fomentar ambiente propício à plena concretização das políticas públicas de combate à fome e ao DHAA que se encontram preceituadas nos dispositivos normativos que titulam a pesquisa.

Neste sentido, adequado rememorar que, como preleciona a melhor doutrina, os motivos que determinam a alimentação e os hábitos alimentares são muitos e de diferentes naturezas, dentre estes o de ordem econômica, por exemplo. “Escolhemos o que comemos, entre outros aspectos, de acordo com a qualidade, mas também com o preço dos alimentos. Cada um desses fatores pode promover a segurança alimentar e nutricional, ou dificultar o seu alcance, para determinada população” (LEÃO et al, 2013, p. 15).

Depreende-se, portanto, como conclusão lógica desta proposição, que, em um ambiente pandêmico e de crise econômica, sobejam ameaças ao DHAA. Deste modo, pretendem-se discutir a renovação do papel dos BA na perspectiva de mitigação da fome considerando-se como ponto de partida os reflexos da lei nº 14.016/ 2020, bem como do Decreto nº 10.490/2020.

Tenciona-se demonstrar o alcance de tais medidas normativas correlacionando-as com as políticas públicas de SAN e o DHAA. Para tanto, estudam-se normas de Direitos Humanos, regramentos internalizados no Direito Constitucional pátrio e medidas legislativas adotadas no âmbito de cada ente federado. Escrutinam-se, igualmente, dados oficiais e contribuições de pesquisas desenvolvidas por entidades da sociedade civil organizada.

Espera-se, ao final, demonstrar a contribuição dos diplomas elencados no título como oportunos e necessários instrumentos de realização da alimentação adequada, qualitativa e quantitativa, como direito fundamental assegurado para cada ser humano (OLIVEIRA, 2016, p. 214).

3. CONTROVÉRSIAS SOBRE A NOVA LEI

Defendem as pesquisadoras Cláudia Márcia Ramos Roseno, Claudia Roberta Bocca Santos e Alessandra da Silva Pereira (2021, p. 33-35) que “os BA têm

potencial na garantia do DHAA, na medida em que sua ação apresenta grande capilaridade acessando os territórios mais vulneráveis, agravado fortemente no contexto da Covid-19”.

Como advertem, contudo, o atual “enfraquecimento das políticas de SAN repercutiu de forma aguda nas condições de vida da população”. Para o trio vivenciam-se inúmeros desafios, “como os relacionados ao desmonte das políticas de [Segurança Alimentar e Nutricional] no Brasil e a publicação da lei nº 14.016, de 2020”.

Para além de eventual divergência ao argumento, há que se considerar que uma série de episódios recentes registrados em noticiários de todo o país ajudam a endossar a percepção manifesta pelas pesquisadoras (GHISI; CARDOSO, 2021). Fala-se atualmente em “mercado da fome” em algumas regiões (VASQUES, 2021). Também é preciso reconhecer que não se tratam de críticas isoladas. Rápida busca em parte dos indexadores da internet revelou pontos de vista similares como resultados de artigos e outras pesquisas recentes. Opiniões como a dos pesquisadores Marcos Rafael Sousa Ferreira Martins, mestrando em Tecnologia de Alimentos, e Leandro Pereira Cappato, doutor em Ciência e Tecnologia de Alimentos; ambos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (IFGOIANO Campus Rio Verde).

Para estes, apesar das benfeitorias que o diploma normativo possa trazer, certos pontos necessitam de cuidados, principalmente devido a problemas relacionados à garantia da qualidade dos alimentos. Como explicam “apesar dos benefícios e da boa intenção dessa lei, alguns aspectos presentes são confusos e vagos, podendo impactar diretamente a segurança dos alimentos” (MARTINS; CAPPATO, 2021).

Para ilustrar a dúvida suscitada os pesquisadores formulam questionamentos, a exemplo de: Como garantir a integridade, as propriedades nutricionais e a segurança sanitária de um alimento industrializado se a embalagem foi danificada? Sempre é aconselhável não consumir alimentos que tenham a embalagem danificada, pois pode afetar justamente a segurança microbiológica

desse alimento; então, como não exigir isso para os alimentos que serão doados? Qual será a forma de fiscalização? E, por fim, mas não menos importante, se houver problemas no transporte ou na distribuição dos alimentos, quem seria penalizado? (MARTINS; CAPPATO, 2021).

Há que se considerar que, reapreciando as diretivas determinadas na norma em comento, percebem-se como, no mínimo, inescusáveis os questionamentos expressos por Martins e Cappato. Dúvidas para as quais as respostas não parecem ainda devidamente estabelecidas.

Para além, há que se registrar que, inversamente, houve recepção entusiasmada ao diploma, sobretudo no campo jurídico. Para os advogados Ticiano Figueiredo, Pedro Ivo Velloso e os colaboradores João Paulo Ferraz e Luiz Felipe Guerreiro “o ordenamento jurídico brasileiro, ao não distinguir o comércio regular das doações de caráter humanitário, sem incentivo a doação de excedentes alimentícios por parte de estabelecimentos comerciais” (CONSULTOR JURÍDICO, 2020).

Nesta perspectiva, como argumentam, “trata-se [o novo regramento] de mais um passo no sentido de honrar compromissos assumidos internacionalmente pelo Brasil e que vinculam o país a adotar medidas para combater a fome”.

Para o quarteto, “o estado de coisas anterior dava margem à insegurança”, mas, “a partir da vigência da lei, o doador somente será responsabilizado criminalmente quando comprovado o especial fim de agir, ou seja, a consciência e a vontade de causar danos à saúde alheia” (FIGUEIREDO et al., 2020).

De modo similar, merece destaque posicionamento da advogada Carolina Petrarca e da administradora de empresas Nathália de Assis Siqueira. Aduz a dupla que “a lei que estimula o escoamento de alimentos excedentes e a diminuição de desperdícios, oferece maior segurança jurídica e prevê a limitação da responsabilização dos estabelecimentos doadores” (PETRARCA, SIQUEIRA, 2020).

Para estas, “apesar das doações de alimentos excedentes nunca terem sido vedadas, a norma positiva e delimita um ato que deveria ser praticado recorrentemente, e que não o era, pelo receio da possível responsabilização dos doadores por eventuais danos causados pelos alimentos doados”. Sob tal perspectiva, “a lei 14.016/20 traz garantias aos doadores e aos intermediários, limitando as possibilidades de responsabilização destes e oferecendo mais segurança jurídica nas doações” (PETRARCA, SIQUEIRA, 2020).

Válido explicitar, igualmente, que semelhante posicionamento coaduna com parte da jurisprudência recente. Em decisão prolatada no último mês de outubro, na 4ª Vara do Trabalho de Taguatinga (DF), a juíza Elaine Mary Rossi de Oliveira, explicou, em apreciação a uma reclamação trabalhista, que “a responsabilidade do doador caso o alimento estivesse estragado era a regra antes do advento da Lei nº 14.016/2020”. Reputa-se oportuna a transcrição de fragmento da decisão citada:

Em seu depoimento pessoal, a Recte [Reclamante] confessa a parte da acusação referente ao consumo no local de alimentos sem efetuar pagamento, mesmo sabendo que não era autorizado, senão vejamos: "Depoimento pessoal do (a) reclamante: 'Confirma que consumiu alimentos da lanchonete da Recda [Reclamada] sem efetuar pagamento; alguns desses alimentos seriam descartados no final do expediente; não havia liberação de sua chefia para consumo desses alimentos que seriam descartados [...]'"

Ainda que a destinação de tais produtos fosse o descarte em vez de doação, não caberia à reclamante contrariar ordem expressa da chefia quanto à proibição do consumo do alimento, pois apenas ao proprietário é permitido dispor do bem. Por mais que a regra imposta pela empresa possa parecer estranha a uma primeira vista, provavelmente foi estabelecida para evitar uma possível responsabilização caso o alimento estivesse estragado, já que a responsabilidade do doador em tal hipótese era a regra antes do advento da Lei nº 14.016/2020.

(TRT-10 – DF. ATOrd 0000108-72.2021.5.10.0104. Órgão julgador: 4ª Vara do Trabalho de Taguatinga – DF)

Vê-se pelo exposto que, apesar de serem poucos os julgados recentes que versem sobre o tema, trata-se de questão pacífica a interpretação de que antes da lei nº 14.016/2020 inexistia, de certa forma, segurança jurídica que amparasse àqueles que almejassem contribuir para mitigar a fome alheia.

Posto desta forma, ainda que justificadas as apreensões manifestas sobre a necessidade de ajustes, tem-se notório avanço com o novo arcabouço normativo. Resta mensurar se, de fato, este contribuirá ou não para abrandar a incerteza nutricional de milhares de brasileiros assolados pelos efeitos secundários da pandemia.

4. OS BAs A PARTIR DOS NOVOS DIPLOMAS

Se por um lado, como visto no capítulo anterior, a lei nº 14.016/2020 oportuniza maior segurança jurídica para a doação de alimentos, por outro, há que se aquiescer que o decreto federal nº 10.490, de 17 de setembro de 2020, tem em sua concepção o condão de contribuir para robustecer e integralizar a atuação dos BAs de todo o país, ao instituir a Rede Brasileira de Bancos de Alimentos (RBBA) e o Comitê Gestor da Rede Brasileira de Bancos de Alimentos. Em que pesem dúvidas sobre sua efetividade em colaborar com eventual diminuição do desperdício de alimentos e com a garantia ao DHAA torna-se necessário exaurir algumas observações sobre o tema.

Senão, vejamos. A RBBA, instituída pelo ato normativo, deve, em resumo, atuar na promoção da troca de experiências e qualificação dos bancos de alimentos. Parece razoável, portanto, considerar que, para tanto, seriam necessários aportes de recursos públicos para modernização daqueles que, por falta de financiamento, careçam de melhorias em sua infraestrutura.

Neste sentido, edital publicado pelo Ministério da Cidadania em agosto de 2020, cujo resultado foi divulgado em outubro do mesmo ano, selecionou nove propostas para apoio à modernização, com destinação de verba da ordem de R\$ 3,6 milhões, segundo anúncio oficial (CASA CIVIL, 2020). Os recursos, consoante ao publicado, destinavam-se a equipamentos públicos que

estivessem em funcionamento há ao menos um ano e localizados em municípios com mais de 100 mil habitantes.

Além disso, como informa a nota divulgada com fulcro em informações do Ministério da Cidadania, as propostas deveriam oferecer melhorias para os bancos de alimentos e levar em conta despesas de investimento, como elaboração de projetos de engenharia e contratação de obras, além das despesas de custeio, como aquisição de veículos e equipamentos, utensílios de cozinha e materiais de divulgação. “O valor solicitado também deveria levar em conta o previsto pelo edital: mínimo de R\$ 235 mil e máximos de R\$ 300 mil para municípios até 300 mil habitantes e de R\$ 500 mil para municípios com mais de 300 mil habitantes”.

Isto posto, merece relevante observação uma advertência endossada pelos pesquisadores Walter Belik, Altivo Roberto Andrade de Almeida Cunha e Luciana Assis Costa (2012, p. 18). Para estes, com a rápida expansão de Bancos de Alimentos em pequenos municípios, muitos sem porte adequado, através de convênios com as municipalidades, [...] corre-se o “risco de reproduzir no programa, que pressupõe o envolvimento comunitário, uma forma de clientelismo moderno, ocupando um espaço de mobilização e organização tradicionalmente ocupado pelas ONGs e atores locais” (BELIK, CUNHA, COSTA, 2012, p. 18).

Feita tal ressalva, ainda no propósito do presente capítulo cabe, para esclarecer melhor a dimensão e o alcance dos BAs, reproduzir definição da pesquisadora Natalia Tenuta Kuchenbecker do Amaral. Afirma esta que, na perspectiva da diretriz da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), “os bancos de alimentos são um importante equipamento de complementação alimentar e de contribuição para a garantia da segurança alimentar e nutricional” (2020, p. 09). Como aduz, estes constituem uma rede nacional de experiências bem-sucedidas em redução das perdas e desperdícios de alimentos e em promoção do direito humano à alimentação adequada.

Essa perspectiva é, de certo modo, compartilhada pelos próprios Belik, Almeida

Cunha e Costa (2012, p. 17). Para o trio os BAs “se apresentam como uma alternativa eficiente para o atendimento de um enorme contingente de famílias e entidades beneficentes que lidam com um público em situação de vulnerabilidade social”.

Complementarmente, há que se notar ainda que “os Bancos recebem doações de alimentos provenientes de diferentes locais. Estes [...] são, muitas vezes, considerados sem valor comercial, mas suas características nutricionais estão preservadas, não oferecendo risco ao consumo humano, desde que devidamente manipulados” (SOARES, 2006, p. 5).

Por fim, no que concerne as iniciativas para adequação à lei nº 14.016/2020 e ao decreto federal nº 10.490/2020, merecem destaque a lei estadual nº 5.297, de 3 de novembro de 2020, do Estado do Amazonas; e a parceria para combater o desperdício de alimentos e gerar impacto social no Rio Grande do Sul formalizada pelo Banco de Alimentos/RS com as empresas Box Print e Sodexo On-site.

No primeiro caso, o diploma legislativo estadual dispõe sobre o combate ao desperdício e à perda de alimentos no âmbito do Estado do Amazonas, que deverá observar o disposto, dentre outros diplomas, na lei federal nº 14.016.

Como informa em nota a Secretaria de Estado de Produção Rural do Amazonas (SEPROR, 2021), com a lei estadual estabeleceu-se “o compromisso de reduzir as perdas e desperdícios de alimentos e contribuir com a segurança alimentar e nutricional através da coleta de alimentos que não foram comercializados, mas que ainda estão em boas condições para o consumo”. Tais alimentos são entregues às instituições sócio assistenciais cadastradas de modo a complementar seus cardápios e prover o público atendido.

Para se ter uma ideia da dimensão da iniciativa, somente de janeiro a outubro, segundo relatório oficial divulgado, foi arrecadada mais de 108 toneladas de alimentos nas 45 feiras ativas de Manaus. Estes foram doados a 412 instituições, beneficiando, segundo números oficiais, 79.146 pessoas.

Importante que se registre, igualmente, que propostas semelhantes de adequação à lei nº 14.016/2020 encontram-se em tramitação, dentre outros, nas Assembléias Legislativas dos Estados de Mato Grosso e do Rio de Janeiro (Projeto de Lei nº 4020/2021), bem como na Câmara Municipal de Santa Maria/RS (Projeto de Lei nº 9206/2021).

Já no que se refere a parceria formalizada pelo Banco de Alimentos/RS com as empresas Box Print e Sodexo On-site o contrato, o primeiro a ser firmado no país, “prevê que a sobra limpa, aquele alimento que foi produzido, mas não servido, do restaurante corporativo da Box Print, que atende diariamente mais de 600 colaboradores e parceiros, serão destinadas as crianças do Projeto Criança Cidadã, em Campo Bom/RS” (Rede de Bancos de Alimentos do Rio Grande do Sul, 2021).

Cabe destacar também que a Sodexo “desenvolveu um guia de implementação do processo de doação do excedente de produção alinhado à lei nº 14.016/2020” (CARVALHO et al., 2021). Este, como informa a própria empresa em sítio institucional, regulariza a doação dos excedentes de alimentos não comercializados, tendo como objeto “orientar seus colaboradores e clientes sobre aspectos legais, [bem como] a qualidade e segurança dos alimentos e parcerias, para beneficiar organizações sociais que apoiam pessoas em vulnerabilidade”.

São, como se pode constatar, iniciativas válidas e oportunas, implementadas como complementação à regulamentação da legislação federal. Espera-se que, com o tempo e a difusão destas experiências, outras possam igualmente ser estabelecidas em todo o país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em resumo aos dados, exemplos e ideias descortinados ao longo do artigo é possível conjecturar que, à luz da Lei nº 14.016/2020 e do Decreto federal nº 10.490/2020, os BAs brasileiros tiveram, de certo modo, seu papel renovado

pelos novos diplomas, haja vista que o novo arcabouço normativo tenciona ampliar a segurança jurídica para as iniciativas de combate a mitigação da fome em um momento particularmente delicado da história pátria.

Há que se compreender o posicionamento dos especialistas que externaram preocupação com lacunas normativas, a fim de que as novas práticas regulamentadas, ainda que bem intencionadas, não coloquem em risco a SAN e o DHAA do público fragilizado pela pandemia de Covid-19. Por este ângulo, como exposto, cabe ampliar as discussões para eventuais aperfeiçoamentos legislativos com a consequente responsabilização em eventual hipótese de dano.

De igual modo, há que se aquiescer com o entusiasmo manifesto por estudiosos do Direito ao recepcionarem as novas normas. Mesmo que seja necessário tempo relativamente maior para mensurar com exatidão o impacto das medidas preconizadas, deve-se reconhecer que desconstruir barreiras à prática da doação de alimentos tem caráter inexoravelmente urgente em um momento de crescente empobrecimento da população.

As experiências e iniciativas legais recentes endossam o que, em tese, tem potencial para se tornar prática cotidiana na vida de empresas e cidadãos que almejam contribuir solidariamente. Restará, portanto, ao Judiciário, quando for efetivamente provocado, analisar episódios pontuais em que se registre ameaça ou malefício fundados em atos norteados pela nova legislação. Até lá cabe reconhecer que os diplomas em tela, pelo menos se comparados a legislação anterior, representam necessário avanço.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Natalia Tenuta Kuchenbecker do. Guia operacional e de gestão para bancos de alimentos. Ministério da Cidadania, Brasília, 2020.

AMAZONAS. Secretaria de Estado de Produção Rural. SEPROR. Programa Estadual de Combate e Prevenção ao Desperdício e à Perda de Alimento. Disponível em: < <http://www.sepror.am.gov.br/programa-estadual-de-combate-e-prevencao-ao-desperdicio-e-a-perda-de-alimento/>>. Acesso em: 11 nov. 2021.

BELIK, Walter Belik; CUNHA, Altivo Roberto Andrade de Almeida; COSTA, Luciana Assis. Crise dos alimentos e estratégias para a redução do desperdício no contexto de uma política de segurança alimentar e nutricional no Brasil. *Revista Planejamento e Políticas Públicas*, n. 38. Brasília, DF: 2012.

BRASIL. Casa civil. Nove propostas de bancos de alimentos são selecionadas em edital de modernização. Disponível em <<https://www.gov.br/casacivil/ptbr/assuntos/noticias/2020/outubro/nove-propostas-de-bancos-de-alimentos-saoselecionadas-em-edital-de-modernizacao>>. Acesso em: 11 nov. 2021.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em 09 jun. 2021.

Lei nº 14.016, de 23 de junho de 2020. Dispõe sobre o combate ao desperdício de alimentos e a doação de excedentes de alimentos para o consumo humano. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20192022/2020/lei/L14016.htm#view>. Acesso em 09 jun. 2021.

Decreto nº 3.321, de 30 de dezembro de 1999. Promulga o Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais "Protocolo de São Salvador", concluído em 17 de novembro de 1988, em São Salvador, El Salvador. Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1999/decreto-3321-30-dezembro1999-370144-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 10 jun. 2021.

Decreto nº 10.490, de 17 de setembro de 2020. Institui a Rede Brasileira de Bancos de Alimentos e o Comitê Gestor da Rede Brasileira de Bancos de Alimentos. Disponível em <<https://www.in.gov.br/web/dou/-/decreto-n-10.490-de-17-de-setembro-de-2020-278155065>>. Acesso em 14 jun. 2021.

Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região. Órgão julgador: 4ª Vara do Trabalho de Taguatinga/DF. Reclamação Trabalhista. Processo nº 000010872.2021.5.10.0104. Juíza Elaine Mary Rossi de Oliveira. Data de Julgamento: 29 de outubro de 2021. Data de publicação: 29 de outubro de 2021. Disponível em: <<https://pje.trt10.jus.br/consultaprocessual/detalhe-processo/000010872.2021.5.10.0104/1>>. Acesso em: 10 nov. 2021.

BURITY, Valéria [et al.]. Direito humano à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional. Brasília: ABRANDH, 2010.

BUSSINGUER, Elda Coelho de Azevedo [et al.]. Livros do Conibdh: direitos humanos fundamentais. Vitória: FDV Publicações, 2016.

CACEMIRO, Wellington et al. Sars-CoV-2 e os pequenos empreendimentos nas compras públicas: o papel renovado das licitações na recuperação econômica pós-pandemia. *Revista de Derecho y Câmbio Social*, v. 62, p. 258-281, 2020.

CACEMIRO, Wellington; CACEMIRO, Yasmin do Carmo. Direito processual e pandemia: reflexos do Sars-CoV-2 na atividade jurisdicional trabalhista. *Revista de Derecho y Câmbio Social*, v. 64, p. 403-418, 2021.

CARVALHO, Cristina et al. Sodexo On-site combate desperdício de alimentos e gera impacto social. Sodexo Brasil. Disponível em <<https://br.sodexo.com/midia/sodexo-na-imprensa/sodexo-on-site-combatedesperdic.html>>. Acesso em: 10 nov. 2021.

FIGUEIREDO, Ticiano et al. A fome não podia esperar: considerações sobre a Lei nº 14.016/2020. *Revista Consultor Jurídico*, 3 de julho de 2020. Disponível em <<https://www.conjur.com.br/2020-jul-03/opiniaio-consideracoes-lei140162020#author>>. Acesso em: 10 nov. 2021.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ). Desemprego e redução de investimentos aumentaram a taxa de mortalidade. Disponível em <<https://portal.fiocruz.br/noticia/desemprego-e-reducao-de-investimentos-aumentaram-taxa-de-mortalidade>>. Acesso em 02 jun. 2021.

GHISI, Ednubia; CARDOSO, Regis Luís. Consumo de pé de galinha em alta e outros 5 dados que revelam retrato da fome no Brasil. BBC Brasil. Disponível em <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-58797787>>. Acesso em 09 nov. 2021.

LEÃO, Marília et al. O direito humano à alimentação adequada e o sistema nacional de segurança alimentar e nutricional. Brasília: ABRANDH, 2013.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia do trabalho científico: projetos de pesquisa, pesquisa bibliográfica, teses de doutorado, dissertações de mestrado, trabalhos de conclusão de curso. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

MARTINS, Marcos Rafael Sousa Ferreira; CAPPATO, Leandro Pereira. Lei 14.016/2020: Principais pontos polêmicos e as discussões recentes sobre doação de alimentos. Food Safety Brazil. Disponível em <<https://foodsafetybrazil.org/lei14016-20-principais-pontos-polemicos-e-as-recentes-discussões-sobre-o-tema/>>. Acesso em: 10 nov. 2021.

MORAIS, Dayane de Castro [et al.]. Atualizações e debates sobre segurança alimentar e nutricional. Viçosa, MG: UFV, 2020.

OLIVEIRA, Fabiano Melo Gonçalves de. Direitos humanos. Rio de Janeiro: Forense: 2016

ORDONEZ, Ana Manuela; PAIVA, Andrei Valério. Políticas públicas de alimentação e nutrição. 2. ed. Porto Alegre: SAGAH, 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA (FAO). ONU: Fome na América Latina e no Caribe pode afetar quase 67 milhões de pessoas em 2030. Roma. 2020. Disponível em <<http://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/pt/c/1297922/>>. Acesso em 02 jun. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA (FAO). Insegurança Alimentar e Covid-19 no Brasil. Roma. 2021. Disponível em <<http://www.fao.org/family-farming/detail/fr/c/1392789/>>. Acesso em 02 jun. 2021.

PATHIRANA, Saroj. Por que preços de alimentos sobem tanto. BBC Brasil. Disponível em <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-58968175>>. Acesso em 09 nov. 2021.

RANGEL, Tauã Lima Verdan. O programa banco de alimentos como instrumento de concreção do direito humano à alimentação adequada. *Lex Humana*, v. 8, n. 2, p. 120-136, 2017.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (REDE PENSSAN). Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. Rio de Janeiro. 2021. Disponível em <http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf>. Acesso em 02 jun. 2021.

Rio Grande do Sul. Rede de Bancos de Alimentos do Rio Grande do Sul. Box Print, Sodexo e Banco de Alimentos RS fecham parceria para combater desperdício de alimentos e gerar impacto social no Rio Grande do Sul. Disponível em <<https://www.redebancodealimentos.org.br/Noticia/1045/Box-Print-Sodexo-e-Bancode-Alimentos-RS-fecham-parceria-para-combater-desperda-de-alimentos-e-gerar-impacto-social-no-Rio-Grande-do-Sul>>. Acesso em: 10 nov. 2021.

ROSENO, Cláudia Márcia Ramos; SANTOS, Claudia Roberta Bocca; PEREIRA, Alessandra da Silva. Bancos de alimentos como estratégia de segurança alimentar e nutricional: potencialidades e desafios. *Revista SEMEAR*, v. 3 n. 3 (2021): 2ª Edição Especial CESAN. Disponível em <<http://seer.unirio.br/ralnuts/article/view/11147>>. Acesso em: 09 nov. 2021.

SOARES, Antonio Gomes et al. Boas práticas de manipulação em bancos de alimentos. Rio de Janeiro: Embrapa Agroindústria de Alimentos, 2006. Disponível em <<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/169320/1/Doc-74-BoasPraticas-de-Manipulacao-2006.pdf>>. Acesso em: 02 jun. 2021.

VASQUES, Lucas. Mercado da fome: Frigoríficos do CE vendem ossos “de primeira” e “de segunda”. Disponível em <<https://revistaforum.com.br/noticias/mercado-da-fome-frigorificos-do-ce-vendem-ossos-de-primeira-e-de-segunda/>>. Acesso em: 10 nov. 2021.

WORLD HEALTH ORGANIZATION et al. The state of food security and nutrition in the world 2020: transforming food systems for affordable healthy diets. Food & Agriculture Org., 2020. Disponível em <
<http://www.fao.org/3/ca9692en/ca9692en.pdf>>. Acesso em 02 jun. 2021.

LEVANTAMENTO DOS CASOS DE INFECÇÃO DO TRATO URINÁRIO EM UM LABORATÓRIO PARTICULAR NO MUNICÍPIO DE ITAPEMIRIM.

Alessandra Vidal Decothé¹

Olimphio Portela Bianchi¹

Thamara Coelho Araujo¹

Raphael Cardoso Rodrigues²

RESUMO

Este trabalho teve por objetivo de avaliar a prevalência das principais bactérias encontradas em uroculturas causadoras de ITU em pacientes de Itapemirim, da rede pública e privada, por meio da busca em um banco de dados atualizados, promovendo uma revisão do tema proposto. Para realização deste estudo de revisão bibliográfica, foi feita uma busca de artigos recentes nos bancos de dados de periódicos eletrônicos e análise e correlação dos laudos de urocultura. Foram encontradas 403 uroculturas positivas, sendo o microrganismo mais frequentemente isolado a *Escherichia coli*, com 280 casos, seguido de *Staphylococcus sp.*, com 39 casos, e *Enterobacter sp.*, com 26 casos. Esses dados coletados através de uma base de dados atualizada demonstram a necessidade de promover o conhecimento acerca dessa infecção de modo a definir uma terapia empírica adequada, criando assim um esquema terapêutico que auxiliará os profissionais da saúde durante o tratamento dos pacientes com ITU.

Palavras-chave: ITU; Infecção; Trato Urinário; E. coli; Urocultura; Saúde.

1 INTRODUÇÃO

¹ Graduandos do curso de Biomedicina da Faculdade Brasileira Multivix–*Campus* Cachoeiro de Itapemirim.

² Orientador e Professor do curso de Microbiologia Clínica na Faculdade Brasileira Multivix–*Campus* Cachoeiro de Itapemirim.

A Infecção do Trato Urinário (ITU) representa um sítio frequente de infecção tanto na população em geral quanto em pacientes internados em unidades hospitalares e ambulatoriais, representando uma das principais causas de infecção hospitalar, de acordo com Lopes et al. (2004). Ainda segundo os autores, as ITU's podem ser definidas como sintomática ou assintomática. Quanto à sua localização, classificada como baixa ou alta. A ITU que compromete somente o trato urinário baixo, caracterizando o diagnóstico de cistite, quando compromete o trato urinário alta, é denominada pielonefrite.

A frequência dos microrganismos causadores de ITU varia na dependência de onde foi adquirida a infecção, ou seja, dentro ou fora do ambiente hospitalar. Os maiores responsáveis pela ITU são as bactérias gram-negativas entéricas, especialmente a *E. coli*, independentemente do local em que foi adquirido, seguido dos demais gram-negativos como *Enterobacter sp.*, *Proteus sp.* e *Klebsiella sp.*, etc. Além destes, o *Staphylococcus saprophyticus*, uma bactéria gram-positivo, tem sido apontado como segunda causa mais frequente de ITU não complicada (FUNF- STUCK et al., 1997).

O presente estudo busca entender o perfil dos pacientes acometidos com ITU, que tiveram seu diagnóstico confirmado através da análise laboratorial em um laboratório particular do município de Itapemirim. O tema foi escolhido através da observação de quantidade de casos relatados, havendo uma quantidade expressiva de casos suspeitos.

MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa descritiva de caráter qualitativo baseado na análise documental e compilação de dados já existente em laudos laboratoriais de uma instituição de diagnóstico clínico/laboratorial da região sul do Espírito Santo, que atende tanto a rede pública, quanto a rede privada. Para realização deste estudo, foram analisados laudos de urocultura do período de janeiro a setembro do ano de 2021.

Para obtenção dos dados, foi utilizado o programa WorkLab, da desenvolvedora Criasoft Sistemas, adotado pelo laboratório participante da pesquisa. No sistema em questão, é possível selecionar o período e o exame desejado, utilizamos dessa ferramenta para realizar a pesquisa dos laudos de uroculturas no período desejado, os dados foram separados em tabelas de laudo geral por mês, quantidade de bactérias encontradas por mês e somatória geral de exames e bactérias encontradas por ano. Vale ressaltar que a pesquisa não será baseada em descrição de perfil de pacientes. Dessa forma, será preservada a identidade dos laudos analisados, evitando assim, qualquer constrangimento ético e moral.

A pesquisa será baseada apenas na observação de dados compilados (arquivos de computadores) pelo próprio laboratório que contenham as informações importantes para responder os objetivos que norteiam a pesquisa. Também se fez uso de artigos referentes à infecção urinária e sistema urinário. Eles foram selecionados através de buscas na plataforma Google Acadêmico, através das palavras-chave ITU, Infecção do Trato Urinário, Principais Bactérias Causadoras de ITU, Principais Bactérias Causadoras de Infecção e outras palavras do gênero conforme apresentava-se a necessidade. O critério de exclusão foi baseado no conteúdo presente nos resumos, sendo excluídos os que não possuíam informações capazes de serem comparadas com a presente pesquisa.

RESULTADOS

A confirmação do prognóstico de ITU a nível laboratorial se dá pelo crescimento bacteriano igual ou acima de 100.000 UFC/mL, coletada preferencialmente durante o processo de micção do jato médio, com adequada assepsia da região anatômica envolvida, de acordo com Roriz-Filho (2010).

O EAS (Elementos Anormais e Sedimentoscopia) pode ser considerado um método de triagem para o diagnóstico da ITU, dividido em exames físico, químico e análise do sedimento no microscópico. O exame físico avalia cor e turbidez. A análise química, realizada através da fita reagente, por comparação qualitativa com a sua escala de cores pode identificar a presença de proteína, glicose, corpos cetônicos, bilirrubina, urobilinogênio, sangue, nitrito, esterase leucocitária

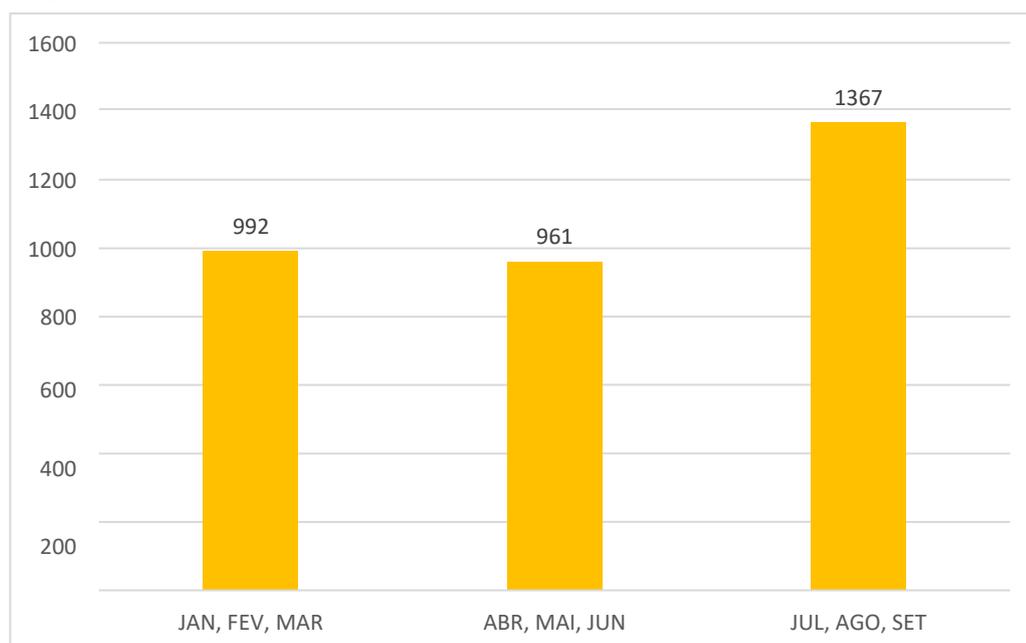
além de qualificar pH e densidade. Essas fitas reagentes são essenciais no diagnóstico de casos suspeitos de ITU, porque a negatividade de nitrito e leucócito são critérios importantes no auxílio diagnóstico de ITU, de acordo com Masson et al. (2020).

Como método confirmatório, realiza-se a urocultura, fazendo uma avaliação quantitativa do crescimento bacteriano a partir da urina de jato médio, idealmente. Essa confirmação é dada a partir da contagem igual ou superior a 100.000 UFC/mL de urina.

A relação entre os resultados da fita reagente, sedimento urinário e urocultura são importantes para o diagnóstico e tratamento das ITUs. Quando a esterase leucocitária está presente na fita reagente deve ser confirmada no exame de microscopia, porém a bacteriúria nem sempre está acompanhada da leucocitúria. Já a positividade para nitrito na tira reagente é um indício de ITU, entretanto nem todas as bactérias reduzem nitrato a nitrito, por isso, a negatividade não pode levar à exclusão da infecção. Mas a presença de leucocitúria e nitrito positivo são importantes para o diagnóstico, estando relacionados cerca de 80% com ITU, de acordo com Masson et al. (2020).

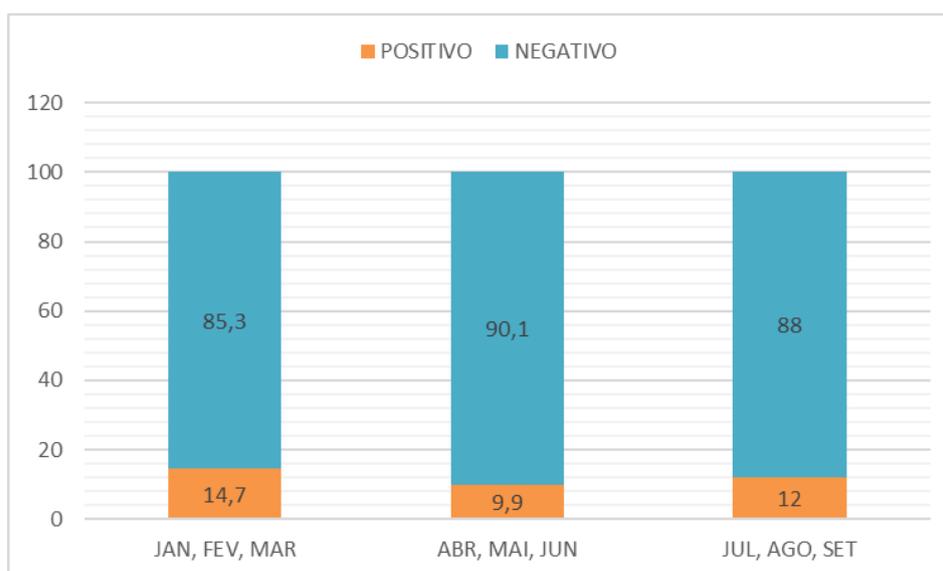
A Figura 02 mostra a quantidade de exames de urocultura realizadas entre os meses de janeiro a setembro de 2021. No primeiro trimestre, (janeiro, fevereiro e março) foram realizadas 992 uroculturas, desse total 145 uroculturas eram positivas (14,7%) e 847 negativas (85,3%). Já para o segundo trimestre (abril, maio e junho), observou-se um total de 961 uroculturas e 95 foram positivas (9,9%) e 866 foram negativas (90,1%). No último trimestre (julho, agosto e setembro) verificou-se 1367 uroculturas, destas 163 foram positivas (12%) e 1204 foram negativas (88%) (Figuras 02 e 03).

Figura 02: Uroculturas realizadas por trimestre de janeiro a setembro de 2021.



Fonte: Os autores. 2021.

Figura 03: Taxa de uroculturas positivas e negativas realizadas por trimestre de janeiro a setembro de 2021.

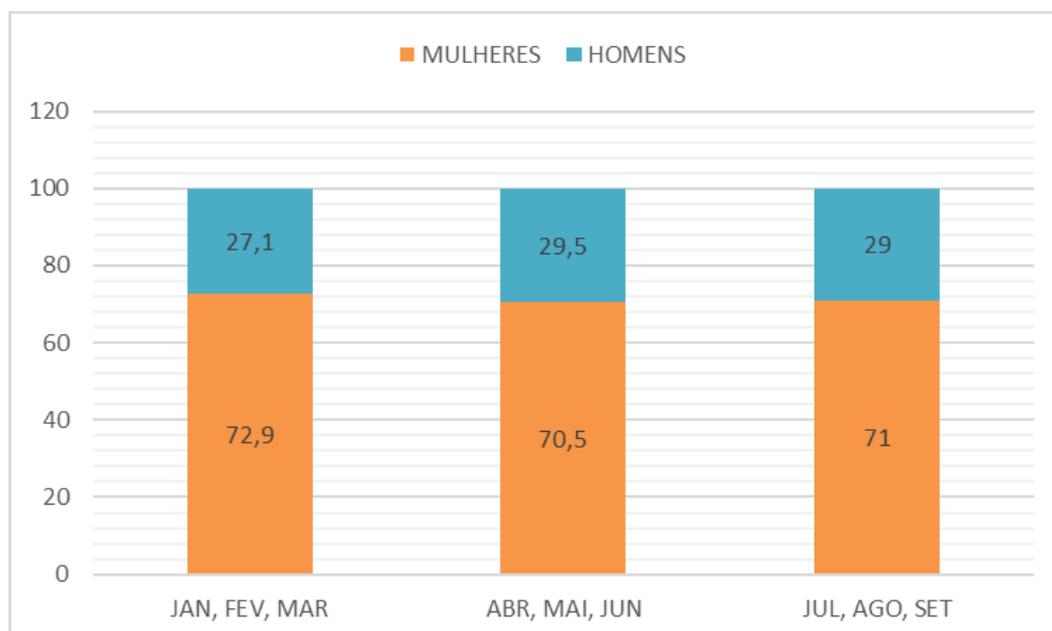


Fonte: Os autores. 2021.

Das uroculturas realizadas, observa-se (Figura 04) que no primeiro trimestre 72,9% foram em mulheres e 27,1% em homens. Já para o segundo trimestre 70,5% foram em mulheres e 29,5% em homens. E para o terceiro trimestre 71% foram em mulheres e 29% em homens. No contexto geral, levando todo o período da pesquisa, os resultados mostraram que 71,4% do total de

uroculturas foi em pacientes do sexo feminino e 28,6% em pacientes do sexo masculino.

Figura 04: Prevalência de uroculturas por sexo no período de janeiro a setembro de 2021.



Fonte: Os autores. 2021.

De acordo com dados da Febrasgo, disponível na Revista da Associação Médica Brasileira (2011), estima-se que mais da metade das mulheres, durante a vida, apresentarão ao menos um episódio de infecção do trato urinário. Ao menos 15% delas desenvolverão a infecção a cada ano e em 25% a recorrência será de uma ou mais vezes.

Heilberg e Schor (2003) concluíram em suas pesquisas que a incidência de ITU no sexo feminino é maior na infância e na fase pré-escolar e que nesse período as meninas desenvolvem 10 a 20 vezes mais casos de ITU que os meninos. Já na fase adulta, o número de casos de ITU aumenta e o predomínio no sexo feminino se mantém, onde 48% das mulheres, ao longo da vida, apresentam pelo menos um episódio de infecção do trato urinário.

Existe uma relação anatômica e fisiológica para que a frequência de infecção urinária seja maior em mulheres. Durante a menopausa, o estrogênio estimula o crescimento e a proliferação da mucosa vaginal facilitando a remoção

de bactérias. De forma auxiliar, o estrógeno promove o acúmulo de glicogênio pelas células epiteliais, o que favorece o crescimento de lactobacilos que reduzem o pH vaginal tornando-o hostil para germes gram-negativos como as enterobactérias. Portanto, a falta de estrógeno na menopausa expõe a mulher a um maior risco de bacteriúria e ITU sintomática, pela redução do glicogênio, ausência de lactobacilos e elevação do pH vaginal. Sabe-se que a colonização vaginal por *E. Coli* é um pré-requisito para a ascendência da bactéria ao trato urinário, segundo Schaefferetal. (1999).

Outro fator relevante a incidência das infecções nas mulheres seria a utilização de métodos contraceptivos (TCHOUDOMIROVA e tal., 1998). Ainda segundo os autores, a associação entre atividade sexual e cistite aguda, em decorrência da bacteriúria após relação sexual, está bem estabelecida. O uso do diafragma e geleia espermicida como métodos contraceptivos também têm sido considerados fatores predisponentes à ITU. A presença do diafragma pode levar a uma discreta obstrução uretral que não se associa a maior risco de infecção. No entanto, quando associada com a geleia espermicida, ocorrem alterações do Ph e da flora vaginal, principalmente os lactobacilos que preservam a acidez vaginal, que podem favorecer a ascendência de bactérias no trato urinário.

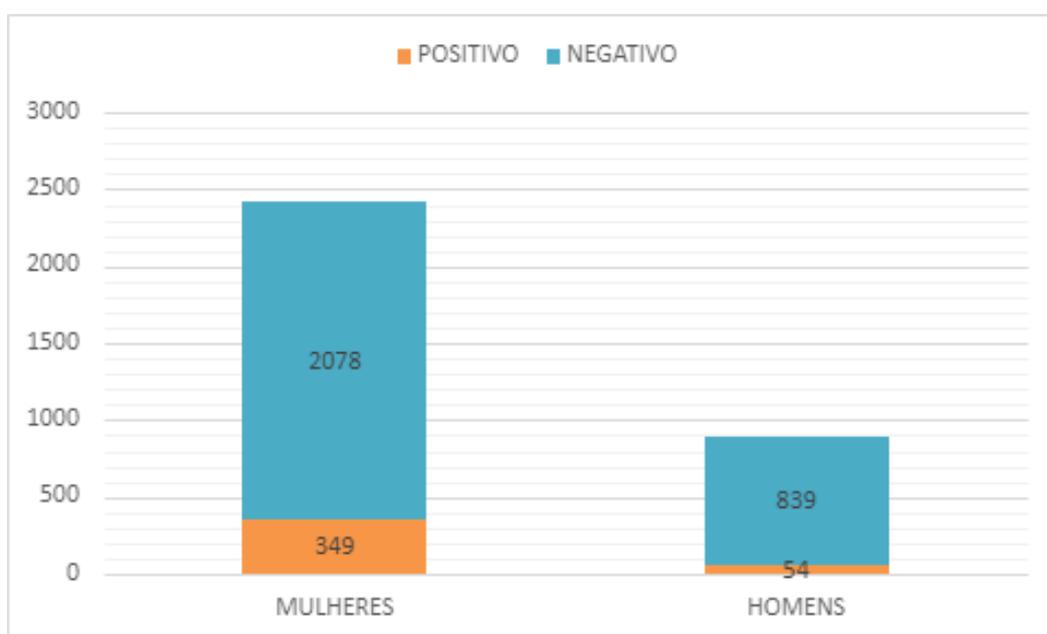
Na gravidez, a prevalência de bacteriúria assintomática é de até 10%, podendo ser observada do início da gestação ao terceiro trimestre e 25 a 57% destas bacteriúrias não tratadas podem evoluir para infecção sintomática, inclusive pielonefrite, devido à dilatação fisiológica do ureter e pelve renal facilitando o refluxo. A incidência de bacteriúria também aumenta em relação ao número prévio de gestações. A ITU em gravidez se associa a um maior índice de prematuridade, baixo peso e mortalidade perinatal, além de maior morbidade materna. As alterações mecânicas e fisiológicas da gravidez que contribuem para ITU incluem: dilatação pélvica; aumento do tamanho renal (1 cm); modificação da posição da bexiga que se torna um órgão abdominal e não pélvico; aumento da capacidade vesical devido à redução do tônus vesical hormônio-mediado; relaxamento da musculatura lisa da bexiga.

De acordo com Nishiura et al. (1995), com o passar dos anos, a frequência de ITU aumenta com a idade em ambos os sexos. No homem idoso, além da doença prostática e suas implicações já descritas, a ITU pode ser decorrente de

estreitamento uretral e outras anormalidades anatômicas. Na mulher idosa, além da menopausa, alterações anátomo funcionais da bexiga, os próprios acúmulos de infecções recorrentes acabam por também aumentar a incidência de ITU nesta faixa etária.

Levando em consideração a positividade das uroculturas, observa-se na Figura 05 o total de 349 culturas positivas para mulheres e 54 para homens.

Figura 05: Urocultura positivas e negativas para homens e mulheres no período de janeiro a setembro de 2021.



Fonte: Os autores. 2021.

A alta taxa de exames de uroculturas negativas (87.86%) em relação ao total de exames pode ter ocorrido devido a uma possível discrepância entre os exames primários como o EAS, mais frequentemente realizado, e as uroculturas. Esses erros estão geralmente associados a frase pré-analítica como contaminação de coleta e descuido em relação a conservação da amostra que ocorrem devido à falta de orientação do paciente, segundo Oliveira *et al.* (2019), a coleta de urina requer trabalho e atenção, na ocorrência de qualquer erro pode gerar resultados falsos-positivos ou falsos-negativos. A higiene insuficiente, mau acondicionamento do material e demora no transporte do material ativo nos laboratórios são exemplos desses fatores de erro. Porém, não foi possível uma

correlação entre os EAS e as uroculturas. Dessa forma, não foi possível identificar quais deveriam ser desconsideradas no estudo por apresentarem resultado falso negativo no EAS, devido aos problemas citados anteriormente, colaborando para a alta taxa de exames negativos.

A Tabela 01 mostra a distribuição das bactérias nas culturas de urina positiva. Observou-se que o número de laudos com indicação de *E. coli* foi duzentos e oitenta no total. Os meses que apresentaram o maior número de casos foram agosto e setembro, com quarenta e cinco laudos positivos cada, na qual o número de indicações no sexo feminino foi trinta e cinco em agosto e quarenta e um em setembro e o número em relação ao sexo masculino foi de dez em agosto e quatro em setembro, os demais meses apresentaram valores semelhantes. O mês que apresentou o menor número de casos foi o mês de abril com apenas doze casos no total, com dez em mulheres e apenas dois em homens.

Tabela 01: Identificação das bactérias presentes nos laudos positivos para uroculturas

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	TOTAL
<i>Escherichiacoli</i>	M – 29 H – 02	M – 25 H – 04	M – 31 H – 02	M – 10 H – 02	M – 23 H – 01	M – 28 H – 02	M – 26 H – 05	M – 35 H – 10	M – 41 H – 04	M – 248 H – 32
<i>Staphylococcussp.</i>	M – 05 H – 01	M – 02 H – 01	M – 02 H – 0	M – 02 H – 01	M – 04 H – 02	M – 04 H – 01	M – 06 H – 01	M – 0 H – 02	M – 05 H – 0	M – 30 H – 09
<i>Klebsiellasp.</i>	M – 0 H – 0	M – 02 H – 0	M – 05 H – 02	M – 0 H – 0	M – 0 H – 01	M – 01 H – 0	M – 0 H – 0	M – 01 H – 0	M – 0 H – 0	M – 09 H – 03
<i>Proteussp.</i>	M – 02 H – 0	M – 02 H – 0	M – 03 H – 0	M – 0 H – 0	M – 01 H – 0	M – 01 H – 0	M – 01 H – 0	M – 0 H – 0	M – 04 H – 01	M – 14 H – 01
<i>Enterococcussp.</i>	M – 02 H – 0	M – 02 H – 03	M – 02 H – 0	M – 01 H – 0	M – 0 H – 0	M – 02 H – 0	M – 05 H – 0	M – 0 H – 0	M – 02 H – 0	M – 16 H – 03
<i>Enterobactersp.</i>	M – 01 H – 0	M – 06 H – 0	M – 03 H – 01	M – 0 H – 0	M – 02 H – 0	M – 03 H – 01	M – 04 H – 0	M – 01 H – 0	M – 03 H – 01	M – 23 H – 03
<i>Serratiasp.</i>	M – 0 H – 0	M – 0 H – 01	M – 00 H – 01							
<i>Streptococcussp.</i>	M – 0 H – 0	M – 02 H – 0	M – 03 H – 0	M – 0 H – 01	M – 0 H – 01	M – 0 H – 0	M – 1 H – 0	M – 03 H – 0	M – 0 H – 0	M – 09 H – 02

M – Mulheres; H – Homens. Fonte: Os autores. 2021.

A *Escherichia coli* é a bactéria de maior importância clínica, pois é a que tem maior percentagem de identificações associadas a casos de infecções no trato

urinário (ITU), tanto em meio a comunidade quanto ao meio hospitalar, segundo Lito, Cristino, Duarte e Narciso (2010)

Ainda na Tabela 01 observou-se que o número total de casos positivos para *S. saprophyticus* no período de um ano foi trinta e nove sendo que a maior incidência foi em mulheres. O mês que apresentou um maior número de casos positivos causadas por *S. saprophyticus* foi em julho, com um total de sete casos positivos, uma vez que do total de casos positivos seis eram de pacientes do sexo feminino e apenas em de paciente do sexo masculino.

De acordo com Santos et al. (2007) existe uma abundante quantidade de espécies bacterianas correspondentes ao gênero *Staphylococcus* que pertencem à microbiota natural do organismo humano. Por se tratar de uma das principais espécies presentes na microbiota humana, bactérias integrantes desse gênero podem ser encontradas em diversas partes do organismo humano, incluindo pele conjuntiva, cavidades nasais, intestinos e o trato urinário em menor proporção. Esse gênero produz uma prova positiva da catalase, distinguindo-se de outras espécies semelhantes, como a *Streptococcus* e *Enterococcus*.

É o principal subgênero de espécie bacteriana gram-positivo associada ao desenvolvimento de infecções de trato, geralmente está relacionada com infecções não graves, é o segundo agente patogênico relacionado ao desenvolvimento de ITUs em mulheres com idade entre 18 a 40 anos, com vida sexual ativa. Esse micro-organismo apresenta diversos fatores de virulência relacionados à adesão e a persistência ao nicho urinário, além de um sistema de transporte de íons capaz de manter a viabilidade celular no microambiente estressante da urina segundo Roriz- Filho et al. (2010).

Já os casos de *Enterococcus faecalis*. Foram dezenove no total. Houve apenas três casos em homens que ocorreram todos no mês de fevereiro, e somaram-se dezesseis em mulheres. Os meses na qual foram relatados os maiores números de casos foram fevereiro e julho com cinco casos cada. Nos meses de maio e agosto não foi relatado nenhum laudo positivo para *Enterococcus faecalis*.

As espécies bacterianas constituintes do grupo *Enterococcus* são cocos gram-positivos de cadeias curtas, apresenta a prova bioquímica de catalase com resultado negativo, pode se desenvolver entre 10°C a 45°e com um pH que pode variar entre 4,6 a 9,9 (PAIM, 2017).

Segundo Paim (2017) os micro-organismos *Enterococcus faecalis* e *Enterococcus faecium*, são as principais espécies do gênero associadas ao hospedeiro humano. Essas duas espécies habitam e compõe a microbiota normal do trato gastrointestinal. Os isolados de *E. faecalis*, apresentam grande quantidade de fatores de virulência como a formação de biofilme bacteriano podendo causar ITUs, infecções de feridas, endocardites e até sepse pode também contaminar cateteres urinários. Outro fator importante é as proteínas de superfície que garantem a adesão e a colonização desses micro-organismos.

Para os casos positivos de *Klebsiella*, foram relatados treze casos durante o período de janeiro de 2021 a setembro do mesmo ano. O mês de março apresentou o maior número de ocorrências positivos com um total de sete, é importante destacar que cinco dos casos foram diagnosticados em pacientes do sexo feminino e apenas dois foram em indivíduos do sexo masculino. Em fevereiro foi indicado dois casos de *Klebsiella*, tanto em junho quanto em agosto foram apontados apenas um caso, todos eles em mulheres. Os casos em pessoas do gênero masculino foram indicados apenas em março, dois casos e no mês de maio com um caso no total. Os demais meses não tiveram ocorrências positivas.

Há apenas uma ocorrência positiva que indicam *Serratia*, no mês de setembro em um indivíduo do sexo masculino. Não houve ocorrências nos demais meses. Da espécie bacteriana *Enterobacter* sp. sendo o total de casos foram 23. O mês de fevereiro foi o que apresentou maior quantidade de casos, seis no total, todos em mulheres, os meses que apresentaram casos em homens foram março, junho e setembro com um caso em cada mês.

As bactérias *Klebsiella pneumoniae* (NEVES, 2019), *Enterobacter cloacae* (NETO, 2019) e *Serratia* são bactérias que fazem parte da microbiota natural do intestino humano saudável e com isso possuem pouca incidência de infecção.

Pacientes que precisam de cuidados de longo prazo e atendimento em hospitais é a parcela de maior número de casos de infecção por essas bactérias, raramente, as bactérias *K. pneumoniae* (NEVES, 2019), *Serratia e. cloacae* (NETO, 2019) causam pneumonia em pessoas que vivem fora de um estabelecimento de saúde. O subgênero da espécie bacteriana *Serratia* que possui maior afinidade com o trato urinário é a *S. marcescens* de acordo com Bush (2020).

Como aponta Bush (2020) às bactérias do gênero *K. pneumoniae* (NEVES, 2019), *Serratia e. cloacae* (NETO, 2019) geralmente ocorrem em pessoas imunodepressivos, pessoas alcoólicas, idosas, com diabetes ou que fazem uso de cateteres, drenos e sondas das vias respiratórias em seu corpo. Geralmente pacientes que estão internados em Unidades de Terapia Intensivas (UTI) são vulneráveis a essas infecções, uma vez que possuem deficiência imunológica e uma permanência avançada no ambiente hospitalar. Essas bactérias possuem um elevado grau de resistência e causam um e variedade de infecções, incluindo bacteremia, infecções no local cirúrgico, infecções de cateter intravascular e no trato respiratório ou urinário causando uma cistite ou pielonefrite, sepse.

Os casos positivos causados pela bactéria *Proteus* sp. foram 14 no total, apenas um caso de paciente do sexo masculino em setembro e todos os demais foram em pacientes do sexo feminino. De acordo com Flores et al, (2015), esta espécie pode ser identificada como um bastão gram-negativo que possui mobilidade, o subgrupo mais comum em casos de infecção urinária e o *P. mirabilis*, ela causa os testes bioquímicos uréase é positivo e lactose é negativo, e produz sulfeto de hidrogênio. É produtora de biofilme, segundo Flores et al, (2015) essa espécie pode realizar uma mudança morfológica e assumir a forma filamentosa como resultado do contato do flagelo com o cateter.

No estudo realizado por Lucchetti et al. (2005) em que foram recolhidas informações no período entre janeiro e dezembro de 2001, sobre 858 culturas de pacientes sondados crônicos do ambulatório de Urologia, foi possível observar que 674 (78,57%) apresentaram o resultado positivos e 184 (21,43%) consideradas negativas. Por se tratar de um estudo exclusivo em meio hospitalar, os resultados demonstraram que a *P. aeruginosa* foi o agente isolado mais recorrente, em um total de 288 amostras (42,77%), seguida da *E. coli* isolada de 89 amostras (13,14%). No presente trabalho não houve casos de *P. aeruginosa*, porém o número de casos de *E. coli* foi o maior entre as outras espécies de bactérias (LUCCHETTI et al., 2005).

De acordo com a pesquisa de Silveira et al. (2010) observou-se que a incidência de casos positivos de infecções urinárias em mulheres eram maioria (62,4 %) em relação à quantidade de casos em homens (27,6 %). Sua pesquisa ocorreu no período de janeiro a dezembro de 2007, e foram realizadas análise de 938 amostras de urina com culturas positivas. Esse estudo abrangeu pacientes do Laboratório de Microbiologia do Hospital das Clínicas da Universidade Federal do Triângulo Mineiro em Uberaba. Esses dados se comparam de forma semelhante aos obtidos na pesquisa realizada pelo grupo, uma vez que a incidência de casos relacionados ao sexo feminino também se sobressaiu em nossos dados.

Ainda em relação à pesquisa de Silveira et al. (2010) concluiu-se que o microrganismo mais frequentemente isolado foi a *E. coli* representando 60,4% dos resultados positivos, seguido da *K. pneumoniae* (12%), *P. aeruginosa* (7,4%), *E. faecalis* (3,4%), *P. mirabilis* (3,2%), *S. saprophyticus*. Comparando com a pesquisa em contexto neste trabalho as espécies bacterianas mais frequentemente isoladas também possuem semelhança.

O levantamento realizado por Braioset al. (2009) abrangeu o período compreendido entre janeiro de 2006 a dezembro de 2007. No total foram realizadas 12.869 uroculturas. Foi coletado dado do Laboratório de Microbiologia Clínica da Faculdade de Farmácia da Universidade do Oeste Paulista (UNOESTE) em Presidente Prudente. Como ocorreu na comparação entre

outros estudos os pacientes, na sua maioria, pertenciam ao sexo feminino (69,01%) e, com relação à idade, a maioria tinha entre 20 e 49 anos (52,95%). *E. coli* foi o uropatógeno com maior número de isolamento com um total de 826 uroculturas (65,97%).

Com a comparação entre outros estudos é possível determinar que os dados coletados na presente pesquisa correspondam de forma semelhante aos obtidos por demais pesquisadores. Tendo como pontos importantes o número maior de casos em pacientes do sexo feminino e o agente uropatógeno mais frequentemente isolado sendo o *E. coli*.

CONCLUSÃO

Através da análise dos dados, observou-se que no município de Itapemirim a prevalência de infecções do trato urinário ocorre em pacientes do sexo feminino, 359 casos, foi quase 07 vezes maior do que em pacientes do sexo masculino, 54 casos, sendo o principal agravante para essa discrepância, a diferença anatômica presente da região pélvica onde o canal urinário da mulher é menor e mais próximo do ânus do que o do homem, facilitando a entrada de microrganismos no mesmo.

A *Escherichia coli*, devido a sua virulência e por fazer parte da microbiota do sistema gastrointestinal (proximidade anatômica), é o agente etiológico mais frequente na infecção do trato urinário, assim sendo, o presente estudo endossa o que vem sendo afirmado nas literaturas pertinentes ao tema. Além disso, do total de 3320 exames realizados, apenas 403 (12,14%) exames tiveram resultado positivo, principalmente devido a erros na fase pré-analítica, evidenciando a dificuldade de controle desta fase em exames de urina.

REFERENCIAS

Almeida, Mércia de Carvalho; Simões, M. J S; Raddi, Maria Stella Gonçalves. Ocorrência de infecção urinária em pacientes de um hospital universitário. Revista de Ciências Farmacêuticas Básica e Aplicada, v. 28, n. 2, p. 215-219,

2007. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/70141>>. Acesso em: 20 de Outubro de 2021.

Andreu A, Ignacio Alós J, Gobernado M, Marco F, Rosa M, García-Rodríguez J. Etiología y sensibilidad a los antimicrobianos de los uropatógenos causantes de La infección urinaria baja adquirida em La comunidad. Estudio nacional multicéntrico. *Enferm Infecc Microbiol Clin*. 2005 Jan 1;23(1):4-9.

Braoios A, Turatti TF, Meredija LCS, Campos TRS, Denadai FHM. Infecções do trato urinário em pacientes não hospitalizados: etiologia e padrão de resistência aos antimicrobianos. *J Bras Patol Med Lab*. dezembro 2009;45(6):449-456.

BRAOIOS, Alexandre et al. Infecções do trato urinário em pacientes não hospitalizados: etiologia e padrão de resistência aos antimicrobianos. *Jornal Brasileiro de Nefrologia*, [S.L.], v. 45, n. 6, dez. 2009. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1676-24442009000600003>.

BRITO, Benito Guimarães de et al. Fatores de virulência presentes em amostras de *Escherichia coli* uropatogênicas - UPEC para suínos. *Ciência Rural*, [S.L.], v. 34, n. 2, p. 645-652, abr. 2004. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-84782004000200050>.

BUSH, Larry M.. Infecções por *Klebsiella*, *Enterobacter* e *Serratia*. 2020. MSD e os Manuais MSD Merck and Co., Inc..

BUSH, Larry M.; VAZQUEZ-PERTEJO, Maria T. Infecções por *Escherichia coli*. 2020. MSD e os Manuais MSD Merck and Co., Inc Disponível em: msdmanuals.com/pt-br/profissional/doencas-infecciosas/bacilos-gram-negativos/infecoes-por-escherichia-coli. Acesso em: 20 out. 2021.

Costaval JA, Massote AP, Cerqueira CMM, Costaval AP, Auler A, Martins GJ. Qual o valor da sedimentoscopia em urinas com características físico-químicas normais? *J. Bras. Patol. Med. Lab.* [Internet]. 2001;37(4):261-265. <https://doi.org/10.1590/S1676-24442001000400007>.

FEBRASGO. Infecção urinária não complicada na mulher: diagnóstico, *Revista da Associação Médica Brasileira*, Volume 57, Issue 3, 2011, p. 258-261, ISSN 0104-4230, <https://doi.org/10.1590/S0104-42302011000300004>. (<https://sciencedirect.com/science/article/pii/S0104423011703311>).

FLORES-MIRELES, Ana L.; WALKE, Jennifer N.; CAPARON, Michael; HULTGREN, Scott J.. Urinary tract infections: epidemiology, mechanisms of infection and treatment options. *Nature Reviews Microbiology*, [S. L.], v. 00000, n. 13, p. 269-284, abr. 2015.

Heilberg, Ita Pfeferman e Schor, Nestor Abordagem diagnóstica e terapêutica na infecção do trato urinário: ITU. Revista da Associação Médica Brasileira [online]. 2003, v. 49, n. 1 [Acessado 3 Novembro 2021] , pp. 109-116. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-42302003000100043>>. Epub 28 Abr 2003. ISSN 1806-9282. <https://doi.org/10.1590/S0104-42302003000100043>.

LITO, Luís; CRISTINO, José Melo; DUARTE, Aida; NARCISO, Ana. Escherichia coli Uropatogênica: resistência aos antibióticos versus fatores de virulência. Acta Urol, Lisboa, v. 2, n. 27, p. 11-20, jul. 2010.

Lopes, Hélio Vasconcellos e Tavares, Walter Diagnóstico das infecções do trato urinário. Revista da Associação Médica Brasileira [online]. 2005, v. 51, n. 6 [Acessado 30 Outubro 2021] , pp. 306-308. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-42302005000600008>>. Epub 19 Jan 2006. ISSN 1806-9282. <https://doi.org/10.1590/S0104-42302005000600008>.

LUCCHETTI, Giancarlo et al. Infecções do trato urinário: análise da frequência e do perfil de sensibilidade dos agentes causadores de infecções do trato urinário em pacientes com cateterização vesical crônica. Jornal Brasileiro de Patologia e Medicina Laboratorial, [S.L.], v. 41, n. 6, p. 383-389, dez. 2005. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1676-24442005000600003>.

Masson P, Matheson S, Webster AC, Craig JC. Meta-analyses in prevention and treatment of urinary tract infections. Infect Dis Clin North Am. 2009 Jun 1;23(2):355-85. doi:10.1016/j.idc.2009.01.001

NEVES, Úrsula. Bactéria multirresistente é detectada fora de hospitais brasileiros. 2019. Site: PEBMED. Disponível em: <https://pebmed.com.br/bacteria-multirresistente-e-detectada-fora-de-hospitais-brasileiros/>. Acesso em: 11 nov. 2021.

NETO, Rodrigo Antonio Brandão. Enterobactérias. 2019. Site: Medicina Net. Disponível em: <https://www.medicinanet.com.br/conteudos/revisoes/7722/enterobacterias.htm>. Acesso em: 11 nov. 2021.

OLIVEIRA, L. S. de.; SANTOS, W. L. dos. Esclarecendo dúvidas relacionadas a coleta, conservação e transporte de urina destinada para exame laboratorial. Revista JRG de Estudos Acadêmicos, [S. l.], v. 2, n. 5, p. 148–155, 2019. DOI: 10.5281/Zenodo. 4320124. Disponível em: <http://www.revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/131>. Acesso em: 10 nov. 2021.

PAIM, Thiago Galvão da Silva et al. Análise Genômica de Uropatógenos: características associadas à adaptação ao trato urinário de isolados de escherichia coli, enterococcus faecalis e staphylococcus saprophyticus. 2017. 175 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências da Saúde, Programa de Pós-graduação, Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre, Porto Alegre, 2017

PEREIRA, José Augusto Adler et al. Biotipagem e resistotipagem para o traçado epidemiológico da origem fecal de *Klebsiella pneumoniae* em infecções urinárias. Memórias do Instituto Oswaldo Cruz, [S.L.], v. 80, n. 3, p. 313-320, set. 1985. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0074-02761985000300007>

ROCHA, Daniela Tonini da. Caracterização de *Escherichia coli* patogênica aviária e *Escherichia coli* uropatogênica utilizando grupos filogenéticos e a resistência antimicrobiana. 2018. 60 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Veterinárias, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Veterinária. Programa de Pós-Graduação em Ciências Veterinárias, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/178267>. Acesso em: 20 out. 2021.

Roriz-Filho J, Vilar F, Mota L, Leal C, Pisi P. Infecção do trato urinário. Medicina (Ribeirão Preto Online) [Internet]. 30jun.2010;43(2):118-25. Available from: <http://www.revistas.usp.br/rmrp/article/view/166>

RORIZ-FILHO, Jarbas S. et al. Infecção do trato urinário. Medicina (Ribeirão Preto. Online), [S. L.], v. 43, n. 2, p. 118, 30 jun. 2010. Universidade de São Paulo, Agência USP de Gestão da Informação Acadêmica (ÁGUIA). <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2176-7262.v43i2p118-125>

SANTANA, Tatiana Cristina Fonseca Soares de et al. Perfil de resistência de *Escherichia coli* e *Klebsiella* spp isoladas de urocultura de comunidade do município de São Luís - MA no período de 2005-2008. Revista de Patologia Tropical, [S. L.], v. 41, n. 3, 22 out. 2012. Universidade Federal de Goiás. <http://dx.doi.org/10.5216/rpt.v41i3.20754>.

SANTOS, André Luiz dos, et al. *Staphylococcus aureus*: visitando uma cepa de importância hospitalar. Jornal Brasileiro de Patologia e Medicina Laboratorial, [S.L.], v. 43, n. 6, p. 413-423, dez. 2007. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1676-24442007000600005>.

SILVEIRA, Solange Aparecida; ARAUJO, Marcelo Costa; FONSECA, Fernanda Machado; OKURA, Mônica Hitomi; OLIVEIRA, Ana Carolina Santana de. Prevalência e Suscetibilidade Bacteriana em Infecções do Trato Urinário de Pacientes Atendidos no Hospital Universitário de Uberaba. Rbac: Revista Brasileira de Análises Clínicas, Uberaba, v. 42, n. 3, p. 157-160, 2010.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE NEFROLOGIA. Infecção urinária. Disponível em: <<https://www.sbn.org.br/orientacoes-e-tratamentos/doencas-comuns/infeccao-urinaria/>>. Acesso em: 06 de novembro de 2021

Susan KS, Marjorie SL. Urinálise e Fluídos Corporais. 5ª ed. Médica Paulista; 2009.

TISSIANI, Ana Caroline et al. *Escherichia coli* uropatogênica: uma breve revisão sobre fatores de virulência e resistência aos antimicrobianos. 2018. 10 f. Tese

(Doutorado) - Curso de Biomedicina, Universidade de Cruz Alta, Cruz Alta, RS, Cruz Alta, 2018. Disponível em: https://www.newslab.com.br/wp-content/uploads/yumpu_files/Escherichia%20coli%20uropatog%C3%AAnica%20uma%20breve%20revis%C3%A3o%20sobre%20fatores%20de%20virul%C3%AAncia%20e%20resist%C3%AAncia%20aos%20antimicrobianos.pdf. Acesso em: 20 out. 2021.

